



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE  
MESTRADO ACADÊMICO

**ALECSANDRE ALVES OLIVEIRA**

**O Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Palmas: A imagem dos  
sem-tetos e de sua causa no Jornal do Tocantins (1998-2007)**

Palmas (TO)  
2018

**Alecsandre Alves Oliveira**

**O MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA EM  
PALMAS: A IMAGEM DOS SEM-TETOS E DE SUA CAUSA NO  
JORNAL DO TOCANTINS (1998-2007)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Dantas Meneses.

**PALMAS (TO)  
2018**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

O48m Oliveira, Alexandre Alves.

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Palmas: a imagem dos sem-tetos e de sua causa no Jornal do Tocantins (1998-2007) . / Alexandre Alves Oliveira. – Palmas, TO, 2018.

141 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2018.

Orientadora : Verônica Dantas Meneses

1. Movimentos Sociais. 2. Luta pela moradia. 3. Enquadramento noticioso. 4. Jornal do Tocantins. I. Título

**CDD 302.2**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

ALECSANDRE ALVES OLIVEIRA

**O movimento nacional de luta pela moradia em Palmas: a imagem dos sem-teto e de sua causa no Jornal do Tocantins (1998-2007)**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 06/12/2018

Banca Examinadora:

*Verônica Dantas Meneses*

**Prof.ª Dra. Verônica Dantas Meneses**  
Universidade Federal do Tocantins  
Orientadora

*Suely Mara Ribeiro Figueiredo*

**Profa. Dra. Suely Mara Ribeiro Figueiredo**  
Universidade Federal do Tocantins  
Primeiro avaliador

*Frederico Salomé de Oliveira*

**Prof. Dr. Frederico Salomé de Oliveira**  
Universidade Federal do Tocantins  
Terceiro avaliador

*André Luís Campanha Demarchi*

**Prof. Dr. André Luís Campanha Demarchi**  
Universidade Federal do Tocantins  
Quarto avaliador

Palmas, 06 de dezembro de 2018.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a conclusão deste percurso a Filipe Sander Delmiro Oliveira e Luísa Brito de Lima Oliveira, meus filhos, a razão de superar os limites.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Todas as pessoas que diretamente e indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui, muito obrigado.

Agradecimento especial à minha orientadora Verônica Dantas Meneses que acreditou no meu espírito acadêmico até o fim deste percurso.

Agradeço as pessoas que vão ler este trabalho.

*A sociedade como um todo é algo feito de camadas  
superpostas, contraditórias, convergentes e  
divergentes, energizadas por dinâmicas não lineares,  
que dificultam distinções claras.*

Pedro demo, Sociólogo.

## Resumo

OLIVEIRA, Alecsandre Alves. **O Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Palmas: a imagem dos sem-tetos e de sua causa no Jornal do Tocantins (1998-2007)**. 141f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, 2018.

A presente dissertação busca compreender como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins e a falta de moradia popular como problema social foram abordados pelo Jornal do Tocantins, no período de sua maior mobilização, na última capital planejada do século XX. Buscou ainda compreender os contextos políticos e sociais que balizaram as ações do MNLM/TO, entender as principais estratégias de organização e mobilização do movimento e compreender como contribuíram para tornar público o problema da segregação socioespacial, que afetou especialmente os sem-teto, em Palmas-TO, estes em sua maioria trabalhadores que vieram para a nova capital em busca do sonho de uma vida melhor. A hipótese do trabalho defende que o contexto político interferiu na cobertura da imprensa. Como objeto de estudo elegeu-se o Jornal do Tocantins, principal diário e de maior duração na Região, na versão impressa no período de 1998 a 2007. A fundamentação teórico-metodológica foi orientada por estudiosos que discutem a Teoria dos Movimentos Sociais e a relação dos movimentos com a mídia. A Análise de Conteúdo e do enquadramento noticioso foram empregados no *corpus* composto por 73 matérias que se relacionavam ao MNLM/TO ou à questão da moradia e dos sem-tetos, as quais mostraram que o cenário político cooperou para significativa alteração tanto no discurso da mídia quanto nas estratégias do movimento.

**Palavras-chaves:** Movimentos Sociais. Enquadramento Noticioso. Jornal do Tocantins. Luta pela Moradia. MNLM.

## Abstract

OLIVEIRA, Alecsandre Alves. **The National Movement for the fight for housing in Palmas**: the image of the homeless and of your issue at *Jornal do Tocantins* (1998-2007) 141f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, 2018.

This work seeks to understand how the national housing Movement in Tocantins and the and homelessness popular as social problem was approached by *Jornal do Tocantins*, in the period of your largest at the last planned capital of the 20th century. Sought to realize the political and social contexts that surveyed *MNLM's* actions TO, understand the main strategies of organization and mobilization of the movement and understand how it contributed to make public the problem of socio-spatial segregation, which affected especially the homeless in Palmas-TO, mostly workers who came to the new capital in search of the dream of a better life. The working hypothesis argues that the political context interfered in press coverage. As object of study was elected the *Jornal do Tocantins*, main and longest in the region, in the printed version, for the period 1998 to 2007. The theoretical-methodological grounds was guided by scholars who discuss the theory of social movements and the relationship of the movements with the media. The Analysis of content and news framing theory were employed in the corpus composed of 73 news related to MNLM/TO or to the issue of housing and the homeless, which showed that the political scenario has cooperated for significant changes in both cooperated media discourse as the movement's strategies.

**Keywords:** News framing; *Jornal do Tocantins*; Fight for the House. *MNLM/TO*.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Região Sul – Palmas – TO.....	15
<b>Figura 2.</b> Quadras Arnos 31,32, 33, 41, 43 e 44 e Arnos 61, 71 e 72- Plano Diretor Norte de Palmas. ....	18
<b>Figura 3.</b> Quadras Arse 131, 132, 141 e 142, Palmas-TO. ....	20

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Modelo da tabulação.....	32
<b>Quadro 2:</b> Relação do corpus da pesquisa. ....	33
<b>Quadro 3:</b> Síntese do Corpus da pesquisa. Quantidade de matérias no JTO sobre a causa da luta pela moradia do MNLM/TO de 1998 a 2007.....	75
<b>Quadro 4:</b> Quantidade de matérias no JTO que aparecem no Corpus da pesquisa de 1998 a 2007, a partir dos mais citados. ....	78
<b>Quadro 5:</b> Quantidade de descritores por ano.....	82

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	27
<b>3. JORNALISMO, AGENDAMENTO POLÍTICO E SOCIEDADE CIVIL</b> .....	39
<b>4. MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA NO BRASIL E NO TOCANTINS</b> .....	50
4.1 Movimentos de luta pela moradia .....	50
4.2 Movimento nacional de luta pela moradia no estado do tocantins .....	54
4.2.1 As lutas e conquistas do MNLM/TO .....	62
4.2.2 A formação na relação com a Imprensa .....	72
<b>5. O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DO MNLM EM PALMAS</b> .....	75
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	114
<b>ANEXOS</b> .....	118
ANEXO - A .....	118
ANEXO - B: .....	119
ANEXO - C: .....	120
ANEXO - D: .....	123
ANEXO - E: .....	126
ANEXO - G: .....	130
ANEXO - H: .....	131
ANEXO - I: .....	132
ANEXO - J: .....	135
ANEXO - K: .....	138

## 1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais urbanos no Brasil começam a se projetar a partir dos anos 1970 especialmente com a formação dos grandes centros e refletem as problemáticas do capitalismo, perpassando desde as questões de trabalho, qualidade de vida, até os serviços de consumo urbano coletivo. Os anos 1980 fortaleceram estes movimentos. No Tocantins, um dos movimentos que ganhou força no primeiro decênio do século XXI foi o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN), o qual foi forjado especialmente no contexto de criação/construção da capital do Estado criado em 1988, Palmas, e das contradições políticas, sociais e culturais trazidas pelo exponencial crescimento populacional entre outros fatores.

Neste sentido, entendemos que uma das ações do Estado, principal opositor destes movimentos, mas não o único, é a articulação de políticas sociais “como ordenador das relações sociais, despolitizando as lutas, universalizando as temáticas e organizando a dominação” (GOHN, 1991, p. 35-36).

Palmas, por ser a capital do Estado, têm uma população que cresceu de forma desordenada, mesmo sendo uma cidade planejada, e, por consequência, possui também problemas relacionados ao desenvolvimento urbano e à habitação. Segundo Lira (1995) Palmas sofreu dois fatores que contribuíram para a ocupação do solo urbano:

As contradições de Palmas no campo das questões sociais envolvem fatores internos e externos: os internos estão explícitos na raiz do conceito de “cidade democrática”, que os arquitetos do Grupo Quatro tentaram desastrosamente criar em Palmas. Porque aí me surge a pergunta: democrática para quem? Para o capital? Para os políticos que usam os automóveis do Estado para se movimentarem a vontade na cidade e residir nas quadras mais ou menos estruturadas? (A grande maioria das quadras só tem: as avenidas abertas no cerradão e energia elétrica). E as pessoas de baixa renda? O trabalhador que construiu Palmas? Esse não teve o direito de morar nela, foi jogado em Taquaralto, nas vilas Aurenys, uma espécie de neocampo de concentração do cerrado e/ou depósito ao ar livre, de mão-de-obra barata, sem a mínima condição humana de ser habitada coletivamente (LIRA, 1995, p.272).

De acordo com Höfling (2001), as políticas públicas podem ser entendidas como o próprio “Estado em ação”, pois é o Estado que implanta um projeto de governo, por meio de programas voltados para setores específicos da sociedade. A autora enfatiza que as políticas sociais se referem às ações que determinam o padrão de proteção social pensada e implantada pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais

com o objetivo de diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Com base na origem destas políticas, podemos dizer que têm suas raízes (demandas) nos movimentos populares e basicamente são voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, e suas consequências (HÖFLING, 2001).

Muitos estudos sobre políticas públicas focam suas análises sobre os procedimentos institucionais, o processo decisório e/ou suas avaliações, adotando um viés gerencialista (PENTEADO; FORTUNATO, 2015). Essa abordagem enxerga as variáveis endógenas ao sistema como pouco relevantes no processo, privilegiando a ação dos especialistas na tomada das decisões, visando alcançar maior eficiência, em detrimento de uma preocupação com a atuação dos atores políticos dentro do processo decisório das Políticas Públicas. Mas é no campo exógeno que se processam grandes embates, incluindo os meios de comunicação. Bauman enfatiza a relação entre os atores políticos e a população quando afirma que:

As cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização. Os cidadãos e aqueles que foram eleitos como seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais (BAUMAN, 2009, p. 11).

Neste sentido, mesmo que existam abordagens que estudem a atuação dos meios de comunicação e informação na definição das políticas públicas, faltam estudos mais densos neste assunto, especialmente dentre os intelectuais da Ciência Política (PENTEADO; FORTUNATO, 2015).

Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) sustentam que “as demandas, discursos e práticas políticas, bem como as estratégias políticas e de mobilização de muitos dos movimentos atuais estão amplamente espalhadas, às vezes de modo invisível, pelo tecido social”. Gohn (1991) entende que os movimentos sociais são criados a partir das ações da sociedade civil que se utiliza do conteúdo político e de comunidade para conferir sentido a uma nova cultura política, a qual é fundada no aprendizado de uma nova cidadania, na qual as reivindicações em torno dos direitos ocupam o lugar central.

A imprensa é considerada uma das principais estratégias de construção das ações coletivas dos movimentos sociais. Porém, Gohn (2004) adverte que a mídia tem retratado os movimentos segundo certos parâmetros ideológicos, sob os quais os interesses políticos e econômicos formatam as considerações e as análises que configuram o processo em que

a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião pública sobre o acontecimento. E é este o foco do presente trabalho.

Em relação aos movimentos sociais esta proposta de pesquisa se limita a estudar o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins. No tocante ao seu alinhamento teórico, o trabalho foi guiado pelas concepções acima descritas, que vinculam os movimentos sociais a uma ação política e as políticas públicas resultantes do embate entre os atores políticos, a mídia e a sociedade civil organizada.

Palmas se apresenta como uma cidade excludente, apesar de ter sido uma cidade planejada, a última do século XX, em que o Estado organiza o processo de ocupação do território. De acordo com Silva (2009), Palmas nasce com a descrição que denota a segregação, quando em seu Plano Básico já traz elementos segregacionistas, pois no seu memorial descritivo define áreas para a classe média alta. Segundo o autor a ocupação do território foi marcada pela forte atuação do Estado para tirar os pobres do “Plano Diretor”.

O Relatório do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais do município de Palmas traz reportagens da imprensa que confirmam a prática e relatos de técnicos que trabalhavam em órgãos públicos que atuavam na definição das ações a serem tomadas para manter os pobres fora do Plano Diretor, o relatório da prefeitura foi adotado:

Visando uma ocupação ordenada e sequenciada o governo determinou o fechamento da Rodovia no limite de Taquaralto. Desta forma todo imigrante que chegava sem um lugar definido para morar, era obrigado a descarregar sua mudança em Taquaralto. Transformando-o em um bairro densamente povoado, recebendo do governo todo o apoio de infraestrutura e sendo mais tarde agregado a um projeto de implantação em sua margem oposta os denominados bairros Aurenys (PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS, 2001, p. 15).

O processo de segregação sócio-espacial planejada partiu do poder público como explica o documento, havia contenções de acesso dos pobres à cidade planejada, tal ação contribuiu para criar condições e desenvolver “duas cidades”, sendo uma para os “pobres” e outra para os “ricos”. O processo de urbanização do chamado centro da capital passa a ser realizado por pessoas que tinham condições econômicas e financeiras de comprar um lote nesta parte da cidade. Além da barreira de contenção ao centro da capital tocantinense os pobres eram direcionados para os bairros Jardins Aurenys I, II, III e IV que foram construídos para abrigar a classe que não podia morar na cidade planejada, de forma que sua ocupação funcionasse em harmonia. Ao serem direcionadas para a Região Sul da

capital (Figura 1), algumas famílias recebiam um lote e/ou subsídios doados pelo governo e outras faziam aquisição do imóvel na região, por um preço simbólico.

**Figura 1.** Região Sul – Palmas – TO.



Fonte: Google Maps

De acordo com o documento oficial houve um severo controle nas estradas para vetar que o deslocamento migratório adentrasse à cidade, conduzindo-o em direção a outras áreas fora do Plano e afastadas do centro da cidade a fim de que essas pessoas se abrigassem. Lira (2011) explica que neste caso o próprio poder público induziu o processo de segregação socioespacial, e ao esclarecer o que seria para ser a cidade de Palmas se manifesta: “[...] era para ser uma cidade majestosa e única, ‘desnecessariamente’, transformou-se em duas. Uma, onde o economismo neo-liberalista se fazia ‘verdade’ absoluta e outra onde as consequências desse sistema transformava tais verdades em jargões teóricos e discursos políticos” (LIRA, 2011, p. 211).

Eu vivenciei essa realidade em 1992 ao vir à capital com meu pai, quando tinha 16 anos, um adolescente que ainda não concluíra o Ensino Fundamental; viemos junto com outras famílias tentar a vida em Palmas. Antes de entrar na cidade éramos “entrevistados” para identificar quais as condições sociais e econômicas, conforme o levantamento do perfil; no caso do meu pai recebeu um lote e material de construção, uma vez que segundo

o diagnóstico do perfil não tínhamos condições de comprar um lote ainda que por um valor simbólico. Fomos direcionados para o bairro Aurenly IV, situado a fora do Plano Diretor. Ao recebermos “os benefícios” - lotes, tijolos, telhas, lembro-me dos planos que meu pai fazia enquanto construíamos a “casa”, na verdade era apenas um barraco pequeno, porque o material não era suficiente para fazer o acabamento da casa. Essa alegria e planos eram percebidos também nos vizinhos. Eu pude ter vivência dessa prática do poder político da época, que, com esse método, conseguiu manter a cidade limpa dos pobres e estes não percebiam que estavam sendo segregados, separados do centro da cidade.

As casas eram construídas em forma de mutirão, essa característica permitiu que fosse desenvolvida uma identidade cultural do grupo, conforme Hall (2001), própria nesses bairros, o espírito de comunidade e pertencimento a esta região da cidade é presente até hoje, existe um sentimento de negação em não pertencer à cidade de Palmas que é percebido nas expressões de uso da linguagem no cotidiano, por exemplo: *vou a Palmas hoje*, ou, *Lá em Palmas*. Essa realidade foi percebida nas falas dos participantes da 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Palmas<sup>1</sup>, que aconteceu no dia 22 de julho de 2017, na Escola do Tempo Integral Eurídice de Melo, no Jardim Aurenly III. O objetivo era oportunizar a população para fazer sugestões para serem aproveitadas no planejamento da política urbana da Capital (OLIVEIRA; HENRIQUES, 2017).

Segundo Fernando Cruvinel Teixeira, um dos autores do projeto do plano diretor de Palmas, “a estratégia de implantação do plano previu uma expansão controlada da urbanização” (TEIXEIRA, 2009, p. 97). O autor esclarece que um plano não é uma peça acabada, ele é um processo sem fim que norteará a organização da cidade, porém a decisão de implementá-lo não está na mão de seus autores, mais sim dos administradores políticos:

A gestão pública do processo de evolução urbana é que – inspirada na correção original do plano urbanístico – deveria cuidar do detalhamento, aperfeiçoamento e correção do plano, de acordo com as exigências de cada contexto. Todavia o processo de gestão da implantação da cidade por parte do governo foi orientado principalmente por questões políticas em detrimento das orientações do plano diretor (TEIXEIRA, 2009, p. 99).

Teixeira (2009) informa que na implantação e urbanização da capital tocantinense, houve um controle ao acesso dos pobres que se estabeleceram antecipadamente e em quantidade maior que as outras camadas sociais. “O controle sobre esses novos grupos

<sup>1</sup> Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Palmas acontece neste sábado, 22 (julho de 2017). Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/instituto-municipal-de-planejamento-urbano-de-palmas-impup/noticia/1505256/audiencia-publica-de-revisao-do-plano-diretor-de-palmas-acontece-neste-sabado-22/>>. Acessado em 30 de out de 2018.

sociais, experimentando uma convivência recente e sujeita a tensões, inspirou a edição de uma lei seca<sup>2</sup> no território da cidade em construção” (TEIXEIRA, 2009, p. 98). Quando o autor menciona a expressão Lei Seca está se referindo à Lei Nº 11.705/2008<sup>3</sup>, conhecida como “Lei Seca”, que determinou “tolerância zero” para motoristas que consumir qualquer quantidade de álcool e em seguida dirigir. A expressão foi usada para comparar o método usado pelo governo com o objetivo de controlar o acesso das classes menos favorecidas social e economicamente que não teriam o direito de morar no centro de Palmas. Deixa claro que houve um rigoroso controle nos primeiros anos da implantação da capital.

O autor explica que para conter as ‘invasões’ havia uma estratégia política para controlar, uma vez que: “A preocupação com a expansão da ocupação urbana, e, sobretudo das invasões para além do plano básico, fez surgir um grande loteamento de sítios de recreio no entorno da cidade, como estratégia de contenção” (TEIXEIRA, 2009, p. 98). Ao opinar sobre as ocupações ocorridas na cidade o projetista esclarece que a “grande ‘invasão’”, ocorrida na região norte da cidade conhecida como Vila União, uma região valorizada no plano diretor, é um dos exemplos de ocupação que deu certo, uma vez que houve a participação dos próprios moradores na construção das casas e a área foi regularizada mais tarde.

Segundo Nascimento (2013), diante destes graves problemas habitacionais é organizado e fundado no dia 10 de agosto de 1995 o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia no Tocantins (MNLMT/TO). Este se organiza a partir da união de lideranças ligadas às pastorais sociais da Igreja Católica, organizações estudantis e partidos de esquerda, entidades que estavam contribuindo com o processo de mobilização das famílias sem teto de baixa renda de Palmas e nas ocupações denominadas Vila União, correspondente às quadras Arnos 31,32, 33, 41, 43 e 44; Vila Independência, composta pelas quadras Arnos 61, 71 e 72, e as Arnes 51 e 61, na Região Norte do “Plano Diretor” de Palmas, chegando ao total de 11 quadras no Plano Diretor conquistadas através da luta do Movimento, conforme mostram as Figura 2 e 3.

---

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111705.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111705.htm). <Acessado em 02 de Nov. de 2018>

**Figura 2.** Quadras Arnos 31,32, 33, 41, 43 e 44 e Arnos 61, 71 e 72- Plano Diretor Norte de Palmas.



Fonte: Google Maps

Silva (2009), citando Scherer-Warren, argumenta que movimentos sociais são os processos sociais desenvolvidos pelos grupos que se reúnem em busca de libertação contra a opressão de qualquer natureza. A autora defende que o combate contra o jugo pode ser manifestado de diversos modos tais como protestos mais agressivos ou menos. Para esclarecer sobre as razões porque os movimentos sociais devem existir, a pesquisadora defende que as ações destes “podem se expressar das mais variadas formas de pressões como greves, manifestações, dentre outras, como podem também ser apáticas. Porém, a luta pela libertação para ocorrer faz-se necessário um agir ativo dos sujeitos envolvidos” (SHERER-WARREN apud SILVA, 2009, p. 21).

Assim, o público que o movimento trabalhava em sua maioria era os trabalhadores da construção civil que construía os prédios oficiais do governo, porém não podiam morar perto do seu local de trabalho, e ainda donas de casa em busca de trabalho, desempregados e aqueles que vinham para Palmas com o sonho de que aqui era um “El Dourado”, como explica Reis (2011). Autores como Bazolli (2007), Lira (2005), Moraes (2003), Reis (2011, 2015, 2018), Silva (2010), Silva (2009), Teixeira (2009), Xavier (2007) explicam como se deu esse processo de expulsão dos pobres do “Plano Diretor”, essa população sem-teto encontrava na organização do Movimento uma esperança de que

um dia pudesse conseguir uma “casinha”, às vezes nem tendo consciência de que estava sendo separada da cidade que ela mesma construía e dava vida<sup>4</sup>.

O período de nossa análise, além de ser um momento de intensa ocupação e crescimento de Palmas, é marcado por uma forte atuação política, com mudanças significativas no governo estadual e no governo federal, como veremos adiante. Assim, o que nos motivou inicialmente nesta pesquisa foi saber se estes contextos políticos contribuíram para que a imprensa começasse a modificar as abordagens na cobertura aos sem-tetos. Para perceber se houve alteração na cobertura do Jornal do Tocantins-JTO, no período de 1998 a 2007, o presente trabalho vai analisar e comparar as reportagens e matérias que fazem referência às ações dos sem-tetos organizadas pelo MNLM-TO.

A situação de descaso com os sem-tetos por parte do governo estadual e municipal contribui para que o Movimento tomasse uma decisão radical, como explicam Nascimento (2013) e Oliveira (2008). Em 2000 o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins em Palmas mobiliza e organiza uma das maiores ocupações na história de sua atuação no Estado, para que isso acontecesse promove mobilização de aproximadamente 2.500 famílias que ocuparam uma área, no centro da cidade, o que equivalia às seguintes quadras: Arse 131, 132, 141 e 142, como mostra a Figura 3.

---

<sup>4</sup> (A discussão será melhor apresentada no capítulo I.

**Figura 3.** Quadras Arse 131, 132, 141 e 142, Palmas-TO.



Fonte: Google Mapas

Esta ocupação foi intitulada pelos organizadores da ação como “Acampamento Olga Benário”, em alusão a esposa de Luis Carlos Prestes, conferindo uma simbologia revolucionária à manifestação. Porém a ocupação da Quadra 1.306 Sul (antiga ARSE 132) foi o estopim e pretexto para o governo estadual organizar a maior operação policial no estado até aquele momento. No dia 3 de dezembro as famílias foram retiradas pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar. No dia 4 de dezembro de 2000, a Edição número 1.987 do Jornal do Tocantins publica a matéria intitulada “*Operação policial retira invasores da Arse 132*”. Esta ocupa toda a página 7 do jornal, a reportagem é dividida em quatro reportagens com destaque para o título: *Operação policial retira invasores da Arse 132* (Ver Anexo A).

Como explica Nascimento (2013), a desocupação só foi possível porque o governador Siqueira Campos, (PFL) consegue na justiça a autorização para usar a força na retirada dos sem-tetos o autor esclarece que, “em 3 de novembro daquele ano, o governo do Estado conseguiu uma liminar na justiça de reintegração de posse e a desocupação foi concretizada, derrubando barracos construídos [...]” (NASCIMENTO 2013, p. 192).

A organização e fundação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Brasil, segundo Miranda (2005), vêm da articulação que se inicia nos anos em que houve grandes mobilizações de vários setores da sociedade que lutavam para garantir na constituição de

1988 o direito à moradia como um direito social, neste contexto é que o Movimento é fundado:

Os primeiros passos nesse sentido foram as caravanas de moradia a Brasília realizadas nos anos de 1986 a 1988 com o objetivo de levar ao Governo Federal as reivindicações de um número significativo dos Sem Teto, Mutuários do SFH, inquilinos e favelados, representado por associações, federações estaduais e movimentos locais. A realização do I Seminário Nacional de Moradia Popular promovido pela CNBB, Pastoral da Moradia de São Paulo realizado em janeiro de 1989 e os trabalhos de entidades de assessoria ao movimento popular, sobretudo da ANSUR – Articulação Nacional do Solo Urbano e a articulação dos movimentos de moradia em torno da emenda popular da Reforma Urbana apresentada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, durante o processo de elaboração da atual Constituição Federal e com a realização em 1990, do I Encontro Nacional de lideranças de vários estados do País, foi fundado oficialmente o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia. – MNLM. Hoje organizado em 20 estados da Federação (MIRANDA, 2005, p. 9).

Atualmente, o Movimento está presente em 20 estados. De acordo com Oliveira (2008), nos 21 anos de atuação do MNLM/TO, sua imagem ecoou na imprensa de diversas maneiras, ora sendo criminalizado, por suas ações em favor dos sem-tetos recebia o enquadramento da imprensa como invasores, ora em que esta em diversas coberturas não reconhecia a falta de moradia como um problema social. O autor esclarece, contudo, que houve uma mudança a partir das grandes mobilizações realizadas pelo Movimento, em 2003 e 2004, em que a imprensa tocantinense noticia as mesmas ações como problema social<sup>5</sup>.

Oliveira (2008) explica que neste período o movimento passa a contar com um serviço voluntário de comunicação do militante e autor desta pesquisa. Inicialmente as estratégias de comunicação eram conduzidas pelo militante e jornalista Lucas Milhomem, que se afastou em 2002, em seguida, assume a função o militante e estudante de jornalismo, Alexandre Oliveira, que recebeu instruções do primeiro.

Neste sentido, e a partir das questões expostas acima, nosso trabalho tem o foco de identificar as possíveis mudanças na cobertura e abordagem do Jornal do Tocantins-JTO, durante o recorte temporal deste trabalho. Por outro lado busca-se também olhar para a organização interna do movimento, procurando compreender como o MNLM/TO mudou a estratégia de mobilização e comunicação com o objetivo de ter suas reivindicações atendidas pelo poder público e uma melhor visibilidade junto à sociedade e à própria imprensa.

---

<sup>5</sup> A imprensa mencionada no presente trabalho está delimitada ao Jornal do Tocantins, conforme anexos

Tem se como problema de pesquisa qual enquadramento dado pelo Jornal do Tocantins na cobertura ao MNLM-TO e ao problema da falta de moradia em Palmas, no que se refere ao papel do Movimento como propositor em busca de solução para o problema do sem-tetos e contribuindo, assim, para a implantação de políticas públicas de habitação de interesse social?

Parte-se da hipótese que o campo da mídia sofre pressão e é disputado pelo poder econômico e político, e assim buscará atender em parte aos interesses diretos desses campos, porém por outro lado a mídia não pode ignorar os problemas sociais, no caso estudado, a falta de moradia, ou seja, a habitação de interesse social, sendo esta uma das bandeiras de luta do MNLM/TO.

Porém, existem filtros que a mídia usa nas abordagens que faz aos movimentos sociais, uma vez que a cobertura da mídia hegemônica nem sempre aponta os problemas estruturais que levam a existência dos movimentos sociais urbanos e rurais, no presente trabalho tem como foco movimento de moradia urbano. Portanto, percebendo que o campo político tem uma influência junto à mídia de maneira mais explícita entende-se que o cenário político de cada contexto temporal interfere na cobertura jornalística aos movimentos sociais, especialmente ao MNLM/TO, ora para criminalizar ideologicamente, ou para referendar a causa defendida por estes.

O objeto deste estudo é o Jornal do Tocantins (JTO), em sua versão impressa, compreendendo o recorte temporal do período dos anos de 1998 a 2007. Em princípio este recorte deveria contemplar os anos de 1995 a 2007, em função do surgimento oficial do Movimento, no entanto, não possível trabalhar com essa meta, pois não foram encontrados arquivos nos locais onde foi realizada a pesquisa com matérias sobre este período. A coleta de dados aconteceu em dois locais, no Arquivo da Fundação Cultural de Palmas (FCP) na Casa da Cultura<sup>6</sup>, e no Centro de Documentação (CDOC) do Grupo Jaime Câmara (GJC). A finalidade do escopo da pesquisa fazia-se necessário para abarcar o período em que o Movimento foi fundado até a consolidação da maior conquista, a Quadra 1.306 Sul no Plano Diretor de Palmas. Devido não encontrar exemplares do jornal dos anos 1995, 1996 e 1997, o escopo da pesquisa tem o recorte temporal a partir do período do ano 1998 a 2007, tendo em vista que, somente foram encontrados exemplares do jornal que faziam

---

<sup>6</sup> A Casa da Cultura, que passa a ter sede própria e já abrigava a Gerência de Patrimônio Histórico-Cultural da Fundação Cultural de Palmas, passou a abrigar também o Conselho Municipal de Cultura. É a primeira vez, desde a criação, que o Conselho de Cultura é beneficiado com uma sede para atender suas demandas. Disponível em <http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/cultural/noticia/4803/casas-sussuapara-e-da-cultura-serao-entregues-nesta-terca-feira-09/>. Acesso em 14 de nov. de 2018.

referência aos sem-tetos neste período. Portanto, daqui para frente toda vez que se mencionar o recorte temporal será a partir de 1998 a 2007. Foram selecionadas matérias que fizeram menção aos descritores utilizados como unidade de registro na presente pesquisa, os quais são definidos na metodologia.

Propõe-se com esta pesquisa compreender de que forma a imprensa cobre as ações do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO, focados em sua capital, Palmas, e como o amadurecimento do Movimento causou mudanças em suas mobilizações e em sua visão da comunicação interna e com a imprensa, a partir da análise dos contextos das ações do movimento em um período de intensa mobilização e ainda a partir do entendimento de como o Movimento é retratado nas matérias.

Morar dignamente é direito de todos. Mas nem sempre se observa em virtude da forma como ocorreu o desenvolvimento urbano nas grandes cidades brasileiras e das implicações da desigualdade na distribuição da renda. Sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social Cardoso (2008, p. 13) explica que:

Os objetivos do SNHIS serão atendidos havendo a produção de habitações de qualidade e bem localizadas para os mais pobres. Para tanto, faz-se necessário implementar programas de subsídios e investimento para garantir o acesso da população de menor renda à moradia digna, compreendido como um componente fundamental do direito à cidade sustentável, atuando em parceria com os demais entes federativos e apoiando iniciativas da sociedade civil (entidades privadas sem fins lucrativos) de produção social da moradia e utilização de tecnologias sustentáveis alternativas.

Para tanto, busca-se estudar a Imprensa no papel de mediadora do processo de implantação das Políticas Públicas de Desenvolvimento Urbano e Habitação tendo como objeto de análise o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins – MNLM/TO e sua atuação na cidade de Palmas durante os anos de 1998 a 2007.

O jornal foi fundado em 1979 na cidade de Araguaína é o único jornal diário impresso no estado com uma tiragem de aproximadamente três mil exemplares, em 2016 o jornal passa por mudanças no projeto gráfico, sobre essas alterações Morais e Silva explicam que agora o JTO tem as seguintes editorias:

“[...] de Política, Economia e Mundo incluídas no tema Notícias, enquanto segurança pública, transporte, saúde, educação, meio ambiente e urbanismo fazem parte do tema Vida Urbana. Com a última mudança no projeto gráfico em agosto de 2016, o caderno relacionado à cultura e comportamento foi o que mais sofreu alterações, conhecido como Arte & Vida, passou a se chamar Magazine, que engloba uma editoria com temas

sobre saúde, qualidade de vida e alimentação”(MORAIS; SILVA, 2018, p. 2-3).

Portanto as editorias que existiam a época dos acontecimentos pesquisados dentro do recorte temporal eram as editorias de Política, Geral (e Economia), Esporte, Estado e Arte & Vida. Os conteúdos veiculados eram mais aprofundados. Esta delimitação ao veículo justifica-se pelo fato de a sede ser em Palmas e ter sucursais em Araguaína e Gurupi, portanto havia equipe de profissionais para cobertura jornalística diária.

Segundo Gohn (2004), é necessário entender a mídia como uma das principais estratégias de construção de ações coletivas dos movimentos sociais. Por meio da atuação da imprensa, as lutas sociais se potencializam e passam a atuar em redes que ultrapassam as fronteiras locais e nacionais. No entanto, a relação imprensa e movimentos sociais é marcada pela ambiguidade, uma vez que os movimentos precisam da presença da imprensa para serem noticiados, a fim de divulgarem suas reivindicações e até mesmo suas plataformas de luta. A autora esclarece que a ambiguidade, se manifesta numa via de mão dupla, pois os *medias*, não podem ignorar o problema social, ou seja, as plataformas, estas exigem a atuação do Estado, por isso há ambiguidade.

Para Thompson (2008) a centralidade da mídia nas relações sociais contemporâneas confere aos meios de comunicação um importante papel dentro da dinâmica social, além de incorporar novos atores nas disputas políticas. A visibilidade midiática da atuação da sociedade civil organizada, das negociações em torno de políticas públicas, ou mesmo da agenda política que diz respeito às mobilizações e movimentos sociais são fatores que exercem influência (direta ou indireta) sobre os diferentes atores políticos que atuam nestes contextos (PENTEADO; FORTUNATO, 2015).

Por este motivo é que se justifica esta pesquisa que busca compreender a dialogia Movimentos Sociais *versus* Imprensa, considerando este último ator como um mediador entre Estado e Sociedade ao interferir nas agendas políticas e sociais.

As referências teóricas a serem seguidas serão as do uso dos meios como mediações, desenvolvida por Barbero (1987), a Teoria dos Movimentos Sociais discutida por Gohn (1991, 2003, 2004, 2010), e Castells (2000, 2005), e a função do jornalismo como mediadora entre as diversas agendas em Pena (2008), Traquina (2001, 2005, 2008) e outros teóricos que questionam a hegemonia comunicacional. Esses autores explicam ser preciso pensar a comunicação a partir da relação de hegemonia e contra hegemonia.

Barbero (2006, p. 28) esclarece que a comunicação tornou-se uma questão de mediações, mais de que os meios. Em consonância com Barbero a pesquisa busca

identificar como foi construída a apropriação da comunicação como mediadora das demandas dos sem-tetos. O autor explica que é preciso investigar a partir das mediações e dos sujeitos, isto é, a partir das articulações entre práticas da comunicação e movimentos sociais.

Tem-se como objetivo geral discutir o papel da imprensa como mediadora do debate sobre as Políticas Públicas de Habitação de Interesse Social, e a atuação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins, especificamente em Palmas, no período de 1998 a 2007, a partir da imagem do Movimento retratada no periódico.

Como objetivos específicos contextualizar as ações coletivas desenvolvidas pelo MNLM/TO em Palmas, e relacioná-las com as principais reivindicações e com as políticas públicas de habitação de interesse social evidenciadas no período estudado. Busca analisar o enquadramento das matérias veiculadas no Jornal do Tocantins de 1998 a 2007 na cobertura do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e realizar e interpretar o conteúdo das matérias. Buscou-se ainda contextualizar o cenário e os contextos políticos e relacioná-los com a cobertura jornalística sobre as lutas do MNLM.

Quando MNLM-TO foi fundado o governo do estado era José Wilson Siqueira Campos, do extinto Partido da Frente Liberal (PFL), a presidência da República era exercida por Fernando Henrique Cardoso, Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB).

Parte-se da hipótese que o contexto político influencia as abordagens da cobertura do Jornal do Tocantins ao Movimento, alterando o tratamento jornalístico aos movimentos sociais no Estado do Tocantins. As alterações cenário político nacional, com a mudança do governo de Fernando Henrique Cardoso, Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), e a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002. A mudança na conjuntura política com a eleição de Marcelo Miranda (PFL), que assume o lugar de José Wilson Siqueira Campos (PFL), apesar de não haver há mudança de partido, a mudança causa otimismo, pois é o primeiro mandato de um jovem governador eleito que buscava se aproximar do novo governo federal. Esta questão gera uma indagação nesta pesquisa, se a mudança no contexto político contribuiu para uma possível mudança na abordagem do Jornal do Tocantins sobre o problema social da falta de moradia para as famílias de baixa renda, estes sendo organizados pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO.

Busca-se identificar esta percepção com a análise do conteúdo e de enquadramento que o jornal fez nas coberturas aos sem-tetos no recorte temporal do *corpus* da pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos esta dissertação está dividida em mais cinco capítulos além desta introdução.

Inicialmente, foi apresentada a metodologia e os procedimentos da pesquisa. No capítulo seguinte, traçamos um panorama sobre a criação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins e discutimos os contextos políticos paralelos ao seu fortalecimento como movimento social.

A fim de melhor subsidiar a análise dos resultados, foi necessário o debate sobre Jornalismo e Política e suas relações de proximidade, presente no capítulo II. No presente capítulo o leitor encontrará uma discussão sobre jornalismo e política e quais relações aproximam os dois campos. Para compreender esta relação foi apresentado diálogo com autores que trabalham com a relação que é estabelecida entre o jornalismo e a construção da realidade social, como em Berger e Luchmann (2004), que discorrem sobre a construção social da realidade no cotidiano por meios de meios, entre eles a linguagem.

No capítulo III, buscou-se dialogar com autores que discutem a teoria do agendamento e enquadramento das notícias. Conversamos com McCombs (2009); Traquina (2001, 2005, 2008); Pena (2008); Sousa (2000) e outros autores que trabalham o tema; para situar o leitor da relação entre jornalismo, política e movimentos sociais tem-se como suporte teórico especialmente de Patrick Champagne (1996) e Maria da Glória Gohn (1999, 2003, 2004 e 2010).

O capítulo da análise dos resultados tem como objetivo confirmar, ou refutar, a hipótese do projeto, que o cenário político contribui para a possível alteração de abordagem do Jornal do Tocantins na cobertura do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins. Foram analisados os títulos, subtítulos e conteúdo das matérias que fazem referência à atuação do movimento em Palmas, apresentando os dados de forma descritiva e por meio de quadros com a síntese de alguns elementos analisados. Para se chegar ao resultado das análises adotou-se as técnicas de análise do Enquadramento Noticioso, Análise de Conteúdo e do Eu-Participante.

## 2. METODOLOGIA

O novo conceito do político no estudo dos movimentos sociais latino-americanos, (ALVAREZ; ESCOBAR; DAGNINO, 2000), segundo estes autores, estudiosos do tema, tem uma atenção especial às relações dos movimentos com os poderes sedimentados com os partidos políticos, Estado e instituições. E neste sentido o presente trabalho buscou empreender o seu viés teórico metodológico.

A pesquisa realizou uma análise da cobertura do Jornal do Tocantins em matérias relacionadas à cobertura ao MNLM/TO, sendo este interlocutor entre a sociedade e Estado, e verificou de que maneira esta mediação contribuiu para a implantação e desenvolvimento da Política Pública para habitação de interesse social.

O presente trabalho limita-se a pesquisar matérias relativas ao MNLM no Jornal do Tocantins, na versão impressa, no período de 1998 a 2007. A pesquisa documental foi realizada na Fundação Cultural de Palmas (FCP), junto ao acervo da Casa da Cultura, e no arquivo do Centro de Documentos (Cedoc) do Jornal do Tocantins, do Grupo Jaime Câmara (GJC). Nos exemplares disponíveis nos dois locais onde se realizou a pesquisa foi feita a identificação, seleção e recorte das ocorrências dos descritores selecionados para a unidade de registro da análise de conteúdo. O recorte temporal do *corpus* da pesquisa tem como início 1998, embora tenha sido feita uma discussão acerca do Movimento e sua atuação em Palmas desde 1995, ano de fundação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins, e encerra-se em 2007. A escolha deste ano como limite da seleção do corpus empírico da pesquisa tem como referência a inauguração das primeiras 200 casas construídas pelo movimento na área que foi ocupada em 2000, de onde os sem-tetos foram retirados de forma violenta<sup>7</sup>. Portanto, o retorno à quadra é carregado de simbolismo para o MNLM-TO, assim o ano 2007 se torna um marco para a história do MNLM no Tocantins, significa, além da conquista de um lugar para viver para dezenas de famílias que vieram para Palmas em busca de melhores condições de vida, trata-se do retorno dos sem-teto ao território que há sete anos haviam sido expulsos de maneira violenta. Por isso optou-se por esse evento para encerrar o recorte da pesquisa.

Na condição de sem-teto, militante e estudante de jornalismo da Universidade Federal do Tocantins-UFT teve participação efetiva para a concretização desses objetivos, atuando especialmente na função de assessor de imprensa. Neste sentido, a recuperação da

---

<sup>7</sup> Veremos no capítulo seguinte a descrição deste contexto, incluindo a criação do Projeto Construindo Juntos, que foi desenvolvido na mesma quadra onde ocorreu a ocupação em 2000.

trajetória do movimento teve contribuição do olhar do pesquisador, como eu-participante. Não se trata de uma pesquisa participante em si, mas uma vez que existe um envolvimento do autor que permite ter uma inferência política para discutir o processo e o objeto ora pesquisado. Esta participação foi utilizada basicamente na descrição da história do MNLM no Tocantins, de seus movimentos de luta e redefinição de estratégias de luta. A abordagem foi validada pela definição do campo de investigação, pela percepção das diversas relações de interesses, consulta de documentos e entrevistas (GIL, 1999).

Assim, a pesquisa empírica, portanto, buscou fazer análise dos dados encontrados nos exemplares dos jornais disponíveis nos arquivos. Depois de realizada a pesquisa nos arquivos não foi possível encontrar exemplares referentes aos anos de 1995, 1996 e 1997, o que forçou a delimitar nosso corpus para o período de 1998 a 2007. Os exemplares estão encadernados, o que dificultou o manuseio destes. O JTO, desde a fundação, tem arquivo digitalizado, no entanto este fica em Goiânia o que inviabilizou acessar o arquivo. Para coletar os dados nos exemplares que continham os descritores, a reportagem foi fotografada, por meio de câmara de celular ou máquina fotográfica.

Para a seleção das matérias, utilizou-se o método da Análise de Conteúdo (AC), utilizando a técnica de Unidade de Registro (UR). A Análise de Conteúdo é conceituada por Bardin como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 2007, p. 26).

Segundo Bardin (2007, p.26), “a Análise de Conteúdo é um método muito empírico, dependendo do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objectivo”. A autora esclarece que não existe regra fixa em análise de conteúdo, o que existe são algumas regras. Ao trabalhar com o método que tem uma amplitude a referida autora ressalta a importância de se definir a ferramenta UR, que “é a unidade de base, visando à categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2007, p.104), logo após a coleta das matérias será formado tabelas de acordo com a UR em que se enquadram.

As Unidades de Registros utilizadas neste trabalho são: *‘Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins - MNLM/TO’*; *‘Movimento<sup>8</sup>’*; *‘movimento social<sup>9</sup>’*; *‘sem-tetos’*; *‘moradia popular’*; *‘políticas públicas de habitação e/ou moradia’*; *‘invasão’*,

---

<sup>8</sup> Quando o termo faz referência ao MNLM/TO

<sup>9</sup> Quando o termo faz referência ao MNLM/TO

'ocupação'; 'negociação'<sup>10</sup>, 'habitação de interesse social'. Serão selecionadas as matérias que apresentar as URs nos títulos, intertítulos, retrancas, chamadas de capa, legenda das fotos e chapéus.

A análise quantitativa, segundo Bardin (2007, p 107) constitui-se na frequência de aparição de alguns elementos na mensagem. Já a abordagem qualitativa se utiliza de certos elementos não frequenciais suscetíveis de permitir inferências. A autora esclarece quais os elementos que caracterizam uma análise qualitativa: “é o fato de a inferência, sempre que realizada, ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.)”.

A organização na análise de conteúdo, sugerida por Bardin (2007, p.89), segue os seguintes critérios três etapas para realizar a Análise de Conteúdo sendo a pré-análise a primeira desta que consiste em estabelecer contato com os documentos e analisar o texto. Esta fase chama-se “leitura flutuante”, que pouco a pouco se torna mais precisa, possibilitando a formulação de hipótese ou objetivos e a elaboração de indicadores temáticos para fundamentar a pesquisa. Esta fase será concluída a partir das leituras referentes ao objeto e do próprio referencial teórico, que contribuirão para definir variáveis e categorias de análise.

A segunda etapa é composta pela exploração do material, esta fase é o que se chama propriamente de análise, pois é nesta etapa que por meio da codificação, É por meio desta que se transformam, segundo as regras, os dados ainda em bruto do texto por meio de “[...] recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto que podem servir de índices” (BARDIN, 2007, p. 97). Por fim, a terceira etapa é o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, nesta fase os dados em bruto são tratados de maneira a serem significativos ‘falantes’ e válidos, de acordo com Bardin (2007). As operações estatísticas simples (percentagens) e as complexas (análise fatorial) permitem estabelecer resultados que o analista, de posse destes, pode propor inferências e explicar as interpretações a propósito dos objetivos previstos na pesquisa e outras descobertas inesperadas.

De acordo com Bardin (2007) a abordagem qualitativa se utiliza de certos elementos não frequenciais de aparição na mensagem, suscetíveis de permitir ‘inferências’. Explica ainda que este tipo de análise sempre que realizada deve ser fundada na presença de índices tais como: tema, palavra, personagem, etc.

---

<sup>10</sup> O descritor faz referência ao governo estadual em diálogo com MNLM/TO

O enquadramento noticioso contribuirá para identificarmos a relação das ações do movimento e do tratamento dado a elas pelo veículo jornalístico aqui estudado na definição das políticas públicas sobre a habitação em Palmas. A teoria do enquadramento consiste numa abordagem teórico-metodológica, um método interpretativo da realidade, de forma a identificar, segundo Erving Goffman, elementos de ‘organização da experiência’ humana (em vez de ‘organização da sociedade’) em certo momento da vida (FRANCISCATO; GOES, 2012).

A aplicação da teoria do *framing* nos estudos em comunicação ocorreu a partir da década de 1970, período em que havia a presença acentuada de modelos de estudo como o *agenda-setting* e o *newsmaking*, este aplicado diretamente ao fenômeno jornalístico. Isto significa haver uma diversidade de abordagens e modelos para se pensar as relações de agendamento e enquadramento que são estabelecidas pelos mídias (organizações e profissionais), público/audiência e demais atores (organizações e instituições sociais), reforçando, por um lado, a força desses modelos como métodos interpretativos de fenômenos de uma dimensão pública da vida social. Ao mesmo tempo, os métodos de descrição e análise desses fenômenos, mesmo dentro dessas duas perspectivas teóricas, em suas variações ou combinações, deslocam a ideia de um modelo teórico-metodológico acabado de teoria do enquadramento (FRANCISCATO; GOES, 2012, pp. 297-298).

Para resgatar o contexto histórico do MNLM-TO faz-se necessário realizar uma pesquisa documental em arquivo do próprio movimento, buscou-se ainda ouvir relatos de militantes, a matérias publicadas em jornais, não só o jornal pesquisado, mais a outros periódicos que não existem mais e a artigos acadêmicos que pesquisaram o MNLM-TO, bem como a vivência do autor junto ao movimento a partir de 2001, na condição de sem-teto, sem uma participação militante efetiva, esta sendo intensificada a partir de 2002 ao se tornar estudante de comunicação, quando passou a atuar como “Assessor de Imprensa”.

Assim, a fim de resgatar o contexto histórico do MNLM-TO, especialmente sua relação com a imprensa, articulada a partir do ano 2002 com o entendimento da necessidade que o movimento precisava ter visibilidade positiva com os profissionais da mídia, utilizou-se a pesquisa documental em material de arquivo do Movimento, relatos de militantes, arquivos publicados na imprensa e a participação do pesquisador a partir da vivência como militante no Movimento de 2001 a 2007.

Foi realizada uma revisão de literatura relacionada ao tema da pesquisa, dos autores citados e de outros estudos realizados sobre o tema e Leitura Flutuante (pré-análise) a fim de se empreender na definição das unidades de registro e categorias de análise. Também foi desenvolvido um estudo sobre as ações empreendidas pelo MNLM/TO em Palmas.

Após se definir as Unidades de Registro foram coletados os dados nos objetos mencionados, e em seguida os resultados foram tabulados e interpretados a luz das teorias estudadas. O período da análise, entre 1998 e 2007, como explicado a (à) falta de exemplares nos anos anteriores, o período de análise levou em conta ter sido o de maior mobilização do Movimento em torno da habitação em Palmas. A partir do material coletado e tabulado, a análise foi realizada também com a abordagem do Enquadramento noticioso como suporte de observação dos processos de produção no jornalismo.

A coleta das matérias publicadas no Jornal do Tocantins relacionadas às ações do MNLM/TO foi realizada na Fundação Cultural de Palmas no acervo da Casa da Cultura, a busca foi realizada de acordo com o recorte temporal da pesquisa, também foi realizada a coleta de dados no Arquivo do Jornal do Tocantins em Palmas, na sede do Grupo Jaime Câmara. A interpretação dos dados buscou a identificação das abordagens da cobertura da imprensa no período estudado, se tal cobertura jornalística influenciou ou foi influenciada pelo contexto político e pela atuação do movimento.

Como procedimentos metodológicos a pesquisa empírica foi empreendida a partir das seguintes categorias:

- Categorias relativas ao contexto político-econômico dos debates e políticas públicas no período estudado, para entender se estas agendas influenciaram no posicionamento do Jornal sobre o movimento, de acordo com os descritores apontados acima.
- Categorias relativas à adjetivação do movimento e de suas ações inerentes. Por exemplo, a opção pelo termo invasão em detrimento à ocupação, pois enquanto o primeiro sugere uma ação até mesmo penal a segunda sugere uma ação política como a última alternativa de determinado movimento para dialogar com o poder público sobre seus direitos.

Para organizar o material encontrado no jornal pesquisado buscou-se construir um quadro sinopse composto de oito colunas assim distribuídas: *Data*, nesta coluna coloca-se os dados referentes ao dia, mês e ano que foi publicado o jornal e no mesmo espaço será anotado o número da Edição que foi encontrado material de interesse da pesquisa; *Chamada de capa/Foto-legenda*, nessa coluna será transcrita a chamada de capa com indicativo de página onde esta se localizará, às vezes não existe chamada de capa, encontra-se apenas a foto com uma legenda sem fazer anunciar a localização da matéria no interior d jornal, por isso optou-se a fazer os dois registros; *Editoria*, na referida coluna será catalogado em que parte do jornal a matéria foi publicada, por exemplo, Editoria de

Estado, Editoria de Política e na mesma coluna será colocado número da página que foi publicada a matéria. *Título da matéria*, na coluna se escreve o título matéria e/os títulos destas; *Autoria* diz respeito quem escreveu o texto da matéria; *Legenda foto da matéria* aqui será anotado o texto que identifica os personagens das fotos; e na mesma coluna será descrito crédito para identificar o fotógrafo/a autor/a da foto; *Sinopse* nesta coluna será apresentado um resumo da matéria com fragmento desta e *Enquadramento* onde descreve qual o enfoque, da notícia os termos usado pelo jornal na cobertura ao movimento.

**Quadro 1:** Modelo da tabulação

Data/ Edição Ed.	Chamada de Capa/Foto- legenda	Editoria/Pág	Título Matéria	Autoria	Legenda Foto da Matéria/ Crédito Foto	Sinopse com fragmento do texto	Enquadramento

**Fonte:** Do autor. Base de dados da pesquisa.

Ao total foram identificados setenta e três títulos de matérias que fazem referência aos descritores utilizados para selecionar o material da pesquisa. Nem todas as reportagens tiveram chamadas na capa no JTO, onde esta serve para induzir o leitor a localizar a matéria no interior do jornal e destaca a relevância dada pelo diário ao tema, tendo em vista critérios de seleção e hierarquização dos fatos noticiosos segundo as teorias do jornalismo. No universo de material foi encontrado várias matérias que apresentavam alguns descritores, porém estas não têm relação com a presente pesquisa e nem com o público que o Movimento de Moradia trabalha. As reportagens faziam referência aos empresários e políticos que ocupavam áreas junto ao Lago da Usina Luís Eduardo Magalhães, mesmo com a presença dos descritores não analisaremos e nem fará parte corpus deste trabalho.

A matéria “Famílias terão que deixar o Santa Bárbara. *Não contemplados com projetos vão ser levados para o Morada do Sol III: local ainda não tem infraestrutura*” não apresenta explicitamente nenhum descritor no seu título, no entanto esta é uma ação do movimento, uma vez que este organizou a ocupação e pressionou para que a prefeitura regularizasse a área e construísse casas populares. Assim, o conteúdo da reportagem apresenta o contexto de desocupação e vem ao encontro do nosso objeto de pesquisa.

No quadro abaixo estão relacionadas às matérias que compuseram o corpus da pesquisa. A título de organização, os chapéus<sup>11</sup> e as retrancas<sup>12</sup> estão grafados em negrito, os títulos em corpo normal e os subtítulos em itálico.

**Quadro 2:** Relação do corpus da pesquisa.

<b>Ano 1998</b>	
<b>Título da matéria ou reportagem</b>	<b>Observação</b>
<i>Título da matéria:</i> Prefeitura já iniciou triagem de famílias que terão acesso às casas populares.	Matéria com foto
<i>Título da matéria:</i> Onda de invasões em Palmas preocupa entidades.	Chamada de capa sem foto Matéria com foto
<i>Título da matéria:</i> Onda de invasões em Palmas preocupa entidade.	Chamada de capa sem foto Matéria com foto
<i>Título da matéria:</i> AD-TO anuncia venda de novos lotes na capital	Chamada de capa com foto Matéria com foto. Com Chapéu
<i>Título da matéria:</i> AD-TO prorroga prazo de senhas de lotes.	Foto-legenda. Matéria com foto. Com chapéu
<b>Total de Matérias 1998</b>	<b>05</b>
<b>Ano 1999</b>	
<b>Título da matéria ou reportagem</b>	<b>Observação</b>
<i>Título da Matéria:</i> AD-TO anuncia entrega de títulos e lotes em Palmas	Chamada de capa sem foto Matéria com foto
<i>Título da matéria:</i> Arno 61 busca sua emancipação. <i>Título da matéria:</i> Invasores são expulsos de uma área municipal.	Chamada de capa sem foto Matéria com foto Chamada de capa sem foto Matéria com foto
<i>Título da matéria:</i> Famílias devem ser retiradas de invasão	Chamada de capa sem foto Matéria com foto
<i>Título matéria</i> Termina prazo para desocupação de quadra	Matéria sem foto
<i>Título da matéria:</i> Déficit habitacional pode superar os	Chamada de capa sem foto

<sup>11</sup> **Chapéu** - Palavra-chave colocada acima do título de uma reportagem. Os chapéus vêm sendo substituídos por selos, que, por serem melhor elaborados graficamente, atraem mais a leitura. Os chapéus são colocados sempre acima dos títulos. Os selos podem ser colocados em qualquer parte do alto de uma reportagem, mas normalmente são publicados junto ao primeiro parágrafo.

<sup>12</sup> **Retranca** - Palavra que identifica um texto. “Samba” pode ser uma retranca que identifica um texto sobre as escolas de samba. O ideal é que a retranca tenha uma só palavra.

Disponível em <<http://www.casadosfocas.com.br/vocabulario-de-jornalismo/>> Acessado em 24 de mai de 2018

100 mil.	Matéria sem foto
<u>Título da matéria:</u> Famílias solicitam apoio dos deputados	Matéria com foto
<u>Título matéria:</u> Famílias são obrigadas a deixar área invadida	Chamada de capa com foto Matéria com foto. Chapéu
<u>Título matéria:</u> Famílias se abrigam na 605 Norte	Chamada de capa sem foto Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Sem-teto mantém esperanças no ano novo	Matéria com foto
<b>Total de Matérias 1999</b>	<b>10</b>
<b>Ano 2000</b>	
<b>Título da matéria ou reportagem</b>	<b>Observação</b>
<u>Título da matéria:</u> Invasões marcaram os primeiros anos da capital	Matéria com fotos
<u>Título da matéria:</u> Sem-teto ocupam sede de secretaria	Chamada de capa sem foto Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Sem-teto estão em casa abandonada	Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Invasores queriam um pedaço do cerrado	Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Sem-teto fazem passeata na Capital	Chamada de capa sem foto Matéria com foto
<u>Título da Matéria:</u> Ação tenta Desmontar invasão na Capital.	Foto-legenda com retranca Matéria com foto
<u>Títulos da reportagem:</u> Operação policial retira invasores da Arse 132( <u>Título 1</u> ). MP acompanhou toda ação ( <u>Título 2</u> )  Sem-teto serão investigados ( <u>Título 3</u> ).  Cenas de violência foram inevitáveis ( <u>Título 4</u> )  A história da ocupação ( <u>Título 5</u> )	Chamada de capa com fotos  Reportagem com fotos
<u>Título da Matéria:</u> Retirada dos invasores	Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Campo de futebol e feira abrigam sem-teto.	Foto-legenda Matéria com foto. Com chapéu
<u>Título da matéria:</u> Feira coberta abriga mini-favela (mini favela)	Foto-legenda Matéria com foto
<u>Título Matéria:</u> Sem-teto dizem que ação da PM foi violenta.	Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Prefeitura vai retirar ciganos de invasão.	Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Estado já sofre com aumento da violência	Matéria sem foto.
<b>Total de Matérias 2000</b>	<b>13</b>

<b>Ano 2001</b>	
<b>Título da matéria ou reportagem</b>	<b>Observação</b>
<u>Título da matéria:</u> Invasão já abriga 650 famílias na capital	Chamada de capa. Matéria com foto. Com chapéu
<u>Título da matéria:</u> Falta de moradia ainda é um problema crônico	Matéria sem foto
<u>Título da matéria:</u> Invasão no Aurenly I já abriga 50 famílias	Chamada de capa sem foto. Matéria com foto. Com chapéu
<u>Título da matéria:</u> Itertins faz operação para retirar invasores	Chamada de capa com foto. Matéria com foto Com chapéu
<u>Matéria 1</u> Invasões começam a ser combatidas	Chamada de capa sem foto. Reportagem com foto Com Retranca
<u>Matéria 2</u> Governo que acabar com ocupações ilegais	
<u>Matéria 3</u> Incêndio em favela impulsionou movimento	
<b>Total de Matérias 2001</b>	<b>05</b>
<b>Ano 2002</b>	
<b>Título da matéria ou reportagem</b>	<b>Observação</b>
<u>Título da matéria:</u> Estado assina hoje convênios de R\$ 9,68 mi	Chamada de capa sem foto. Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Área pública será desocupada hoje	Foto legenda Matéria sem foto
<u>Título da matéria:</u> Casas em área pública são demolidas	Foto legenda Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Famílias constroem em área regular	Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Movimento prepara diagnóstico habitacional	Matéria com foto
<b>Total de Matérias 2002</b>	<b>05</b>
<b>Ano 2003</b>	
<b>Título da matéria ou reportagem</b>	<b>Observação</b>
<u>Título matéria 1:</u> Desocupadas áreas invadidas em Palmas.	Chamada de capa sem foto Matéria com fotos Com chapéu
<u>Título matéria 2:</u> Loteamento irregular é barrado pela AD	
<u>Título da matéria:</u> Presidente anuncia plano de habitação	Chamada de capa com foto Matéria com foto Com chapéu
<u>Títulos das matérias:</u> <u>Título 1:</u> Governo abre diálogo com grupo de sem-teto <u>Título 2:</u> Movimento faz cobrança de lotes prometidos	Foto legenda Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> Habitação será discutida em conferência	Matéria com foto
<u>Título da matéria:</u> <b>Moradia</b> , problema na Capital e no interior.	Matéria com foto Com Retranca
<b>Total de Matérias 2003</b>	<b>05</b>
<b>Ano 2004</b>	
<b>Título da matéria ou reportagem</b>	<b>Observação</b>

<u>Título da matéria:</u> Prefeitura notificará proprietário de lote	Foto legenda Matéria com foto. Chapéu Com Retranca
<u>Título da matéria:</u> Reintegração será pedida nesta 3ª	Matéria sem foto Com Retranca
<u>Título da matéria:</u> Liminar determina reintegração de posse	Foto legenda Matéria sem foto Com chapéu Com Retranca
<u>Título da matéria:</u> Cumprida ordem para desocupação de área.	Matéria com foto Chapéu Retranca
<u>Título da matéria:</u> TJ mantém reintegração de posse	Matéria com foto Com Retranca
<u>Título da matéria:</u> Famílias transferidas vivem drama social	Foto legenda. Matéria com foto. Chapéu. Retranca
<u>Título da matéria:</u> Palmas têm 800 famílias em locais irregulares	Chamada de capa com foto. Matéria sem foto, Com chapéu. Com Retranca
<u>Título da matéria:</u> MNLM que regularizar quadra	Foto legenda. Matéria sem foto
<u>Título da matéria:</u> Ocupação irregular reflete déficit habitacional.	Com chamada de capa. Com retranca Matéria com foto. Com Retranca
<u>Título da matéria:</u> Política habitacional precisa estar aliada ao crescimento da cidade	Chamada de capa sem foto.  Matéria com foto. Com Retranca
<u>Título da matéria:</u> Exclusão Social e falta de moradia em debate	Chamada de capa sem foto. Com Retranca  Matéria com foto e Retranca
<b>Total de Matérias 2004</b>	<b>10</b>
<b>Ano 2005</b>	
<b>Título da matéria ou reportagem</b>	<b>Observação</b>
<u>Título da matéria:</u> Mais de 600 famílias invadiram loteamento	Foto legenda. Com Retranca Matéria sem foto. Com retranca
<u>Título da matéria:</u> Famílias desocupam loteamento invadido	Chamada de capa sem foto Matéria com foto Com retranca
<u>Título da matéria:</u> Palmas têm ocupação irregular	Chamada de capa com foto. Com Retranca
<u>Título da matéria:</u> Movimento contesta dados positivos	Matéria com foto. Com Retranca
<u>Título da matéria:</u> População carente concorre a casas populares	Foto legenda. Matéria sem foto. Com Retranca
<u>Título da matéria:</u> Investimento na habitação já supera o	Matéria com foto. Com Retranca

total de 2004	
<i>Título da matéria:</i> Manifestação reivindica melhores condições	Foto legenda. Com Retranca Matéria sem foto. Com Retranca
<i>Título da matéria:</i> Estado e município fazem levantamento de invasões	Foto legenda. Com Retranca Matéria com foto. Com Retranca
<i>Título da matéria:</i> Reduzir déficit habitacional é a principal meta da região	Sem chamada. Matéria com foto. Com Retranca
<b>Total de Matérias 2005</b>	<b>08</b>
<b>Ano 2006</b>	
<b>Título da matéria ou reportagem</b>	<b>Observação</b>
<i>Título da matéria:</i> Em 17 anos, Palmas já têm 11 favelas.	Foto legenda. Com Retranca Matéria com duas fotos. Com retranca
<i>Título da matéria:</i> Invasões continuam sendo problemas	Chamada de capa com duas fotos. Matéria sem foto
<i>Título da matéria:</i> Ocupações irregulares na mira da prefeitura	Chamada de capa com foto. Com retranca. Matéria com foto. Com retranca
<i>Título da matéria:</i> Siqueira fala de estrada e Marcelo, de habitação.	Sem chamada de capa Matéria com foto
<i>Título matéria 1:</i> Invasão ainda é realidade na Capital após 17 anos <i>Título matéria 2:</i> Drama de viver sem condições mínimas de moradia	Chamada de capa com foto. Com retranca. Matérias com fotos. Com Retranca
<i>Título da reportagem:</i> Questões sobre habitação ganham destaque	Sem chamada de capa Matéria sem foto
<b>Total de Matérias 2006</b>	<b>06</b>
<b>Ano 2007</b>	
<b>Título da matéria ou reportagem</b>	<b>Observação</b>
<i>Título da matéria:</i> Cem pessoas ocupam área na Capital	Foto legenda. Com retranca. Matéria com foto
<i>Título da reportagem:</i> Jovem palmense almeja plano habitacional	Chamada de capa sem foto Matéria com foto.
<i>Foto Legenda</i> Invasão este ano: problema aumenta com crescimento	Foto legenda
<i>Título da reportagem</i> Beneficiados com lotes continuam em invasões	Chamada de capa com foto. Com Retranca. Reportagem com foto. Com retranca
<i>Título da reportagem:</i> Moradores de área invadia (invadiam) em risco	Foto legenda. Com retranca. Reportagem sem foto. Com retranca
<i>Título da reportagem:</i> Famílias vivem em condições precárias	A chamada de capa tem apenas a arte da Série Palmas Minha Cidade. Matéria com foto

<b>Total de Matérias 2007</b>	<b>06</b>
<b>Total geral</b>	<b>73</b>

**Fonte:** Do autor. Base de dados da pesquisa.

O cenário político é uma das inferências que alimentam as hipóteses neste trabalho, que questiona as abordagens do veículo noticioso pesquisado, a fim de verificar como os contextos políticos, social e midiático se agendaram para que possam ter ocorrido mudanças nas abordagens em relação às ações que foram desenvolvidas pelo movimento durante o recorte temporal da pesquisa e das políticas públicas implantadas.

A pesquisa faz análise das matérias buscando o aporte nas teorias do jornalismo, abordando as ideologias por traz de cada gênero e formato da notícia, além de outros aspectos como fotografias, legendas, editoria, as manchetes e a página em que foi publicada a matéria sobre o objeto pesquisado. O “novo jornalismo” é classificado com diferentes nomes: jornalismo comunitário, de serviço público, público e cívico (TRAQUINA, 2001, p. 171). “O jornalismo comunitário atende às demandas da cidadania e serve como instrumento de mobilização social” (PENA, 2008, p.185). Dizendo de outra forma, de acordo com o autor o jornalismo auxilia como ferramenta de aliança coletiva para ajudar no atendimento das reivindicações da cidadania. Também serão pesquisados aspectos referentes aos atores e protagonistas que são evidenciados nas matérias analisadas.

### 3. JORNALISMO, AGENDAMENTO POLÍTICO E SOCIEDADE CIVIL

Neste capítulo discute-se a relação entre o jornalismo, política e movimentos sociais, no sentido de refletir sobre os processos de agendamento político que a imprensa faz e como a sociedade civil percebe este relacionamento, discutindo deste agendamento do jornalismo ser apresentado através dos enquadramentos noticiosos sobre determinados ângulos de um fato.

Na obra *Os elementos do jornalismo*, Kovach e Rosenstiel (2005, p.18) esclarecem que “o jornalismo é o sistema criado pelas sociedades para fornecer notícias”. Os autores explicam a função do conceito do jornalismo na criação de uma comunidade e mais tarde da democracia. Esclarecem ainda a importância fundamental do jornalismo como um elemento mantenedor da democracia. Em acordo com o pensamento dos autores acima conclui-se que o jornalismo contribui para a construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2008). Para estes a realidade se mostra de múltiplas maneiras: “Entre as múltiplas realidades há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência. É a realidade da vida cotidiana. Sua posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação de realidade predominante” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 38). Assim, por estar inserido na cotidianidade, o jornalismo tem este aspecto.

Para Traquina (2008) era costumeiro no início do século XXI destacar o poder *dos mídias*. O autor tem como referência Lippmann (1922), explica que na obra *Opinião Pública*, já destacava a importância da mídia nas sociedades modernas, o autor sustentava que os media “são a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens que as pessoas têm na cabeça acerca desses acontecimentos [...]” (LIPPMAN, 1922 apud TRAQUINA, 2008, p. 15).

Para explicar o poder do jornalismo Traquina destaca que há mais de 150 anos, na metade do século XIX, o jornalismo foi considerado como “um poder do reino, mais poderoso que quaisquer um dos outros poderes” (TRAQUINA, 2008, p. 187). Nesse período era denominado o “Quarto Poder”. Contudo, de acordo com Traquina, no início do século XXI, distintas vozes tais como do mundo social, político e acadêmico, já consideram o jornalismo como o “primeiro poder”, dentre os variados poderes nas sociedades modernas.

A importância do jornalismo também foi refletida por Patrick Champagne (1996), no livro *Formar a Opinião*, na qual o sociólogo esclarece que a marcha dos agricultores franceses não foi para diante do parlamento e nem dos órgãos governamentais, o

movimento social dos agricultores franceses marchou para frente das emissoras de televisão, tendo como objetivo conquistar a opinião da população para suas reivindicações.

O pensamento de Traquina está em consonância com o que defende Maria da Glória Gohn, segundo a qual “na era do poder das mídias as representações simbólicas nos auxiliam a transmitir as mensagens” (GOHN, 2010, p. 8). Esta observação permanece nos dias atuais, com o universo *on line* permeando as trocas cotidianas, de forma que as representações dos movimentos se deslocam do território local, fixo e podem se fazer presente em multiterritórios, tendo como objetivo chamar a atenção do governo e também sensibilizar a população para as suas demandas.

Para a autora é necessário examinar o discurso da mídia e investigar como ele muda ao longo do tempo, ao difundir e disseminar as ações dos movimentos sociais (GONH, 2004, p. 85), pois a relação mídia *versus* movimentos sociais na maioria das vezes é tensa uma vez que o enquadramento dado pela mídia hegemônica (GRAMSCI, 2005) em geral é de criminalização destes movimentos. Por outro lado como os problemas sociais são fatos noticiosos esta não pode ignorá-los e deixar de noticiá-los.

McCombs (2009, p.134) explica a diferença entre o agendamento tradicional com o agendamento de atributos, ou seja, o segundo tipo de agendamento possui efeitos substanciais de magnitude, resultados nos estágios iniciais nos procedimentos de comunicação os quais abrangem com tal força o ponto inicial da concentração do público e o subsequente entendimento a respeito do conteúdo da notícia.

O autor esclarece que no processo de desenvolvimento da Teoria da Agenda, o agendamento de atributos é a terceira fase, “uma expansão significativa do foco da primeira fase sobre a transferência da saliência do objeto e a segunda nas condições contingentes que estimulam ou reduzem estes efeitos do agendamento” (McCOMBS, 2009, p.134).

Segundo McCombs (2009) a Teoria da Agenda teve um contínuo desenvolvimento durante mais de 35 anos, isso porque segundo esta complementa e tem compatibilidade com uma variedade de ideias nas ciências sociais. O autor ao explicar a respeito do agendamento de segunda dimensão esclarece que a agenda de atributos tem relação com a concepção da teoria a um conceito-chave atual, o enquadramento, ao esclarecer sobre o que é enquadramento de acordo com o agendamento de atributos o teórico explica:

Às vezes este conceito refere-se a um enquadramento particular do conteúdo da mídia e noutras vezes ao processo de enquadramento, as origens dos enquadramentos ou sua difusão desde os *mass media* ao público. Aplicada a agenda midiática, um enquadramento é “a ideia central que organiza o conteúdo noticioso que por sua vez fornece um contexto e sugere sobre o que o assunto trata através do uso de *seleção, ênfase, exclusão e elaboração*”. Especificamente em termos de saliência e o processo de enquadramento (MCCOMBS, 2009, p.137).

McCombs (2009, p. 137) enquadrar é: “selecionar algum aspecto de uma realidade percebida e torná-la mais saliente num texto comunicativo de tal forma a promover uma definição de um problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito”.

Desenvolve a ideia sobre a “convergência do agendamento com o enquadramento para a análise dos efeitos da mídia que surge do conteúdo de uma mensagem específica [...]” (MCCOMBS, 2009, p. 138). Ao falar sobre o papel dos enquadramentos esclarece que este tem a função de estruturar o pensamento com o objetivo de formar um arquétipo adaptado ao ambiente. Ainda sobre a função dos enquadramentos estes possuem significados narrados do modo de ‘um esquema de interpretação’. Por outro lado McCombs (id Ibidem, p. 140) defende que o agendamento de atributos destaca as competências da mídia em levar como nós retemos os objetos.

Ao explicar sobre o agendamento dos atributos este se fundiu a Teoria da Agenda com o conceito do enquadramento. Isso significa dizer que ao definir os atributos da agenda os *mass media* utilizam-se da concepção do enquadramento para fazer os destaques ao problema, fazer a interpretação causal e outras saliências ao assunto. Citando a frase de Lippman “as imagens em nossas cabeças”, o autor afirma que:

a teoria do agendamento de atributos traz uma profundidade adicional ao nosso conhecimento sobre a influência dos *mass media*. A convergência do agendamento dos atributos com o conceito de enquadramento oferece novos entendimentos sobre a influência mantida por vários padrões de atributos encontrados nas notícias de como o público pensa sobre os temas públicos (MCCOMBS, 2009, p.151).

O conceito de enquadramento desenvolvido por McCombs (2009) guiará a análise das reportagens na busca de identificar quais os enquadramentos nas reportagens realizadas pelo JTO, na cobertura das ações dos sem-tetos em Palmas desenvolvidas pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins/MNLM-TO no período de 1998 a 2007.

Patrick Champagne (1996), ao esclarecer sobre a formação da opinião pública, apresenta um estudo empírico sobre a manifestação dos agricultores franceses, desenvolve

a noção conceitual de “opinião pública”, expressa como o termo é de certa forma muito fácil de apreender, mas que tal característica torna-se um tanto difícil de analisar. No entanto, o autor elucida que a expressão “opinião pública” apresenta-se de forma simultânea familiar e erudita, cuja roupagem foi “consolidada” por um conjunto de atores sociais, políticos e jornalistas.

A manifestação do movimento dos agricultores franceses nos anos 1980, segundo Champagne (1996), tinha sido pensada em função da “imagem” dos agricultores junto à opinião pública, o movimento captou por meio do serviço de pesquisa de sondagem, solicitada pelo sindicato dos agricultores, que tinha como objetivo demonstrar para a “opinião pública” a relevância de suas demandas.

Os movimentos sociais percebem que no cenário social há muitos atores e que estes em muitas ocasiões devem estar a favor de suas causas, como bem explica Champagne é preciso ganhar a “opinião pública”, por isso as manifestações dos agricultores franceses tinham como objetivo construir e passar uma boa imagem para “ganhar a opinião pública” para suas reivindicações. O sindicato dos agricultores franceses contratou o “serviço de imprensa”, ou seja, uma assessoria de imprensa para alimentar com comentários positivos sobre a manifestação todas as redações parisienses.

Champagne deslinda que a preocupação do sindicato em “ganhar” a mídia e a importância desta:

[...] a posição essencial ocupada, atualmente, pela mídia, com efeito, os jornalistas que dão conta do “acontecimento” contribuem amplamente para que este exista do ponto de vista político, isto é, para que ele exista. Além disso, não era nada difícil identificar, nos bastidores do sindicato, a presença de “conselheiros em comunicação política” que ajudavam na organização e encenação, como se tratasse de um espetáculo, desse movimento de protesto, a fim de que tivesse o maior “impacto” possível na “opinião” (CHAMPAGNE, 1996, p.15).

Como exemplo apresentado fica esclarecido que existe uma preocupação por parte dos movimentos sociais em “ganhar a atenção da mídia”, como também explica Gonh (2004), a autora defende que os movimentos precisam da mídia para tornar suas reivindicações, suas bandeiras visíveis e assim contribuem para dar visibilidade destas demandas aos governos a fim de que trabalhem na construção de políticas públicas.

Sousa (2000) ao esclarecer sobre Gramsci e a Teoria da Hegemonia explica quais as razões de a expansão da superestrutura política ser parcialmente independente da infraestrutura econômica. O autor defende que “para que a hegemonia ideológica sobrevivesse e se expandisse, uma vez que essa hegemonia decorria da capacidade modeladora da

ideologia dominante enquanto sistema de interpretação e de significação usado globalmente pelo meio social” (SOUSA, 2000, p.154-155).

O autor explica que neste sentido o campo da comunicação jornalística evidencia certas ocorrências e certas ideias ao focar nos procedimentos de interpretação e de definição construídos sobre esses acontecimentos e sobre as ideias, uma das mais importantes forças de apoio e de expansão da ideologia dominante e hegemônica (SOUSA, 2000).

O conceito de hegemonia em Gramsci segundo Sousa é: “o aparelho de domínio que favorecia a consolidação e expansão da hegemonia ideológica englobava também as igrejas, as escolas, os próprios sindicatos e a comunicação social” (SOUSA, 2000, p. 155).

### 3.1 Movimentos Sociais, política e mídia

Peruzzo enfatiza a inserção da comunicação nas estratégias dos movimentos sociais e como a mídia atua como uma espécie de filtro de suas ações. A comunicação foi aos poucos sendo descoberta e utilizada pelos movimentos por um lado como suporte no interior deles, como afirma Berger (apud PERUZZO, 1998, p. 124), “o significado da comunicação popular está em ser um fenômeno emergente, do povo ou com ele relacionado, comprometido com a mudança social e a transformação deste em sujeito histórico”. Contudo, segundo Peruzzo, os meios de comunicação popular podem valer-se das formas massivas ou inserir-se nelas. As relações sociais são mais complexas e os meios de comunicação devem ser vistos como complementares e não excludentes. Embora o campo da cultura e das experiências cotidianas híbridas e multiculturais exijam meios que incorram além do entretenimento e da informação capitalista-globalizada. É importante, portanto, compreender as duas vertentes de comunicação de forma dialética, como manifestações sociais, mediatizadas pela cultura, “e por isso não podem ser avaliadas como instrumentalizadas, onipotentes, isoladas nem opostas” (PERUZZO, 1998, p. 135).

Na contemporaneidade, os movimentos sociais estão ainda mais investindo na comunicação, basicamente por meio de redes de relações. Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) explicam que os movimentos estão espalhados em diversas partes do mundo e com diferentes propósitos e articulações, seja as redes político-comunicativas atingindo os parlamentos, a academia, a igreja, os meios de comunicação e assim por diante. Portanto hoje em dia é quase impossível encontrar um movimento social atuando em um só lugar ou de forma solitária. Há mais de uma definição de movimentos social, conforme o paradigma

utilizado (GOHN, 2004). Assim, iremos abordá-los sobre algumas óticas, especialmente o caráter político e acionalista dos mesmos.

Os movimentos sociais populares têm suas ações voltadas para um opositor, em geral o Estado, e suas demandas devem ser atendidas pelo poder público por meio dos processos de negociação, ficando evidente que se trata ação política dos movimentos sociais, portanto estes são eminentemente político (GONH, 2004). Para a autora não tem como separar o elemento político dos Movimentos Sociais, ou seja, se trata da Teoria da Mobilização Política, que a autora evidencia no escopo das teorias sobre Movimentos Sociais na Era da Globalização dentro do contexto da história dos movimentos sociais. Os movimentos sociais são repletos de conteúdos políticos e não é possível separá-los da teoria social destes (GONH, 2004).

Os movimentos sociais usam estratégias de negociação com o poder público institucionalizado confrontando-o com dados do sistema político (poder estatal) para “rebelar” e contrariar a naturalização social das causas dos problemas sociais (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Refletindo o pensamento de Touraine, Gohn (2004, p. 147), destaca que “o Estado não é apenas aparelho de poder. É um agente social de reação e transformação, uma força social de mudança histórica”.

Inicialmente Touraine pensou em três dimensões que forjam o contexto de ação dos movimentos: classe, nação e modernização. Mais tarde se distanciou da abordagem de classe, (GOHN, 2004) , a autora esclarece que Touraine deixa de optar pelos estudos a respeito da classe operária passando a concentrar seus estudos sobre a ação social de outros categorias grupais. Touraine ainda destacou três elementos presentes em um movimento social: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito, embora “todo movimento social é voltado para uma ação crítica, que repousa sobre a contradição e não sobre o conflito” (GOHN, 2004, p. 145). Contraditório, pois por trás da ação coletiva existem projetos pessoais de seus atores, e tais movimentos são criados dentro do próprio sistema de forças sociais nos contextos onde pleiteiam o controle do seu campo cultural (GONH, 2004).

Assim, Gohn assegura que todo o Movimento Social acaba tendo Ação Política por dois caminhos: primeiro ele vai ter um embate junto à institucionalidade pública. Por outro lado são espaços que os Movimentos Sociais criam ao terem atendidas as suas reivindicações, pois estes vão demandar novas legislações para realizar políticas públicas, que são demandadas por estes. A autora explica que os movimentos surgem da mudança de lugares em que as pessoas saem do seu contexto de luta individual, passando a formar uma

ação coletiva. Como resultado dessa ação política a ação/demanda de um movimento social passa a atingir todo um segmento social mesmo sem estar alinhado com o movimento específico: por exemplo, o caso do MNLM/TO, com sua ação contribuiu para a formulação da política estadual de habitação de interesse social do Tocantins, que acaba beneficiando outros atores não envolvidos diretamente no Movimento.

Gohn (2004) defende que nos anos 70 os movimentos sociais urbanos defendiam lutas isoladas por água, luz, transportes, creches, etc. A partir deste período eles se aglutinaram em organizações locais no final da década, estas organizações tinham o apoio de facções da esquerda e de setores liberais que lutavam contra o regime militar. “O opositor era um só: o Estado”. Na década de 1980 segundo a autora, os movimentos populares se transformaram, para perceber a série de transformações dos movimentos sociais é necessário pensar acerca da conjuntura brasileira dos anos 80.

No entanto, Gohn esclarece que os anos 1980 foi um marco divisor na nova configuração dos Movimentos Sociais o Estado Brasileiro, não repensa e redireciona seu modelo de desenvolvimento socioeconômico, não criando uma política de bem-estar social. Neste período, privatiza ou transfere suas responsabilidades para as comunidades organizadas, utiliza do discurso político de “políticas participativas estatais”. Os governos constituídos mudam seus discursos e práticas. “Os grupos organizados deixam de ser vistos como opositores. Passam a ser conclamados como parceiros. Parceria com a comunidade será a nova técnica de órgãos públicos até então assistencialistas, clientelistas ou repressores” (GOHN, 1991, p. 12).

Os “Novos Movimentos Sociais” (GOHN, 2004) são assim chamados porque deixam de fazer ‘reivindicações isoladas’ e passam a formas mais agregadas e mais amplas de atuação, interligam as demandas populares como, por exemplo, creches, transportes, moradia e etc., “unifica essas demandas através das semelhanças pelas carências; o desejo de se ter acesso aos direitos mínimos e básicos dos indivíduos quanto cidadãos [...], (GONH, 2004, p.13)”.

Esclarecendo as razões porque que os movimentos entram em crise nos anos 1970 e 1980, Gohn ilustra que esta foi mais de ordem interna (*dos movimentos*) no que diz respeito à mobilização dos movimentos populares, esses movimentos tiveram crises não só de mobilização, mas de organização, de propósitos e habilidade de interferir na esfera política, por outro lado a autora justifica que “foram os movimentos populares mandatários de bens e serviços para suprir carências materiais básicas” (GOHN, 2003, p. 46).

Ao explicar sobre a relação que os movimentos sociais estabelecem com o Estado, Gonh esclarece que “os movimentos populares são quantitativamente os mais numerosos”. A autora explica que, do ponto de vista político, são “os que têm gerado transformações sociais substantivas dado o conteúdo de suas demandas, relações que mantêm com o Estado e o papel que desempenham na luta de classes mais geral” (GONH, 1991, p. 9). Citando Tarrow, a autora admite que esse acredita que os movimentos sociais tem pouco poder cultural, no sentido de que são um contra poder à massificação da mídia. Por um lado, os movimentos podem formar opiniões que se opõem às opiniões difundidas pela mídia. A autora chama a atenção de que os estudos mais recentes da Teoria da Mobilização da Política enfatizam o papel da mídia, em que esta atua como uma “espécie de filtro ou espelho dos movimentos sociais”, definindo quais devem ou não se tornar mais visíveis para a população (GONH, 2004, p. 75).

Para ampliar a atuação política e a capacidade de mobilização a autora defende que os movimentos usam os recursos da mídia para mobilizar seus seguidores, e ainda usando do conteúdo político, que é uma das bases de sustentação dos movimentos, mobilizam seus militantes por meio da mídia e a partir da relação com a imprensa como explica Gonh (2004), é uma relação tensa, no entanto, se estabelece tacitamente um consenso, assim esclarece a autora, uma vez que, os motivos da existência dos movimentos é ter como causa maior um problema social, portanto é um conteúdo jornalístico, isso significa dizer que a mídia não pode ignorar a luta dos movimentos sociais populares, defende Gonh. Neste sentido, a grande mídia passa a não ser mais vista como um inexorável vilão, mas como um campo social que deve estar dentro da teia de relações dos Movimentos (PERUZZO, 1998).

Gonh esclarece que os Movimentos Sociais Populares têm uma capacidade maior de capilaridade em buscar e/ou encontrar soluções para suas demandas. Fazendo e/ou estabelecendo variadas relações com o Estado, sendo estas de atuação política por parte dos Movimentos Sociais Populares, vai além do pronto atendimento destas reivindicações, às vezes os Movimentos Sociais Populares por meio da ação junto ao poder estatal chegam a assumir algumas funções de assessoria técnica e política junto à máquina da administração pública.

Os *projetos* são conjuntos de propostas e diretrizes que explicam e organizam a práxis de um movimento social. Estes projetos não são necessariamente transformadores, pois existem vários movimentos sociais reacionários defensores do *status quo*. Os projetos que contemplam ações transformadoras podem se desenvolver tanto sobre

problemas imediatos como sobre problemas mais globalizantes. O caráter transformador de um projeto é dado pela sua natureza em si e da prática do grupo que pode estar voltada para a solução de questões localizadas (água na favela), mas contempla uma totalidade maior para equacionar este problema no aspecto da divisão social do trabalho e das injustiças sociais (Direitos) (GOHN, 1991, p. 43).

A autora esclarece que a sociedade civil e os movimentos sociais populares passam por mudança de postura onde busca uma espécie de interferência direta na sociedade política, com o objetivo de colocar mecanismos de funcionamento da sociedade e do Estado, via Poder Legislativo. A “sociedade civil organizada passa a buscar inscrever em leis seus direitos e deveres” (GONH, 1991, p. 11).

De acordo com a socióloga existe um cenário político onde não há participação efetiva o que se tem o processo de consulta às bases, onde se busca conversar tão somente com os segmentos dos movimentos afinados ao partido que se encontra no poder. Destaca ainda que é apenas consulta por meio de seminários, encontros e congressos. Para a autora a participação efetiva dos movimentos não ocorre. Ao diferenciar a organização dos movimentos sociais da dos partidos, a autora afirma que embora sejam duas formas de organizações diferenciadas, os movimentos e os partidos, estas correm em leitos paralelos e uma é realimentadora da outra. O fluxo que há entre eles não neutraliza nenhuma das formas de organização de luta.

A junção de movimento popular e ações da sociedade civil institucionalizadas forjadas especialmente a partir da redemocratização na década de 1980 no Brasil, e assim temos dois processos mais gerais na história dos movimentos sociais populares no Brasil:

[...],a ocorrência de dois processos. Num primeiro momento, uma fusão entre os interesses dos movimentos populares e das propostas político-partidárias da oposição contra o então regime político autoritário vigente. A unidade aparente era dada por um denominador comum – a luta contra o *status quo* vigente se traduzia na luta pela redemocratização da sociedade. A perda de unidade de objetivos e fim do regime militar levou à quebra da unidade de ação e à fragmentação do movimento popular. Nesta fragmentação, a cisão entre dois projetos políticos para os movimentos populares ficou bem claro. Um partindo dos próprios movimentos – de conteúdo transformador; e outro, partindo do Estado e de certas alas do movimento popular que estavam articuladas com aqueles setores que ascenderam ao poder, de conteúdo institucionalizador (GOHN, 1991, p. 38-39).

Gohn (1991) afirma que embora os movimentos sociais se declarem formalmente apartidários, porém *todos* os movimentos urbanos, segundo a autora estes estão em constante articulações partidárias, nesse processo de transição e de formação entre as

organizações que se constitui um movimento propriamente. A pesquisadora reitera: “Portanto, no Brasil, os movimentos sociais populares urbanos não se organizam de costas para o Estado e para os partidos políticos. Ao contrário, esses podem até ser agentes indutores”. (GOHN, 1991, p.40).

Gonh (2004) defende que a relação dos movimentos sociais e imprensa é marcada pela ambivalência, se de um lado o campo da mídia atendendo a pressões dos campos político e econômico não dá o devido destaque ao problema, por outro lado esta não pode ignorar o problema social. Thompson (2008) indica que uma das características da mídia de massa é a capacidade de seus produtos serem disponibilizados para uma pluralidade de destinatários, portanto há uma relação de tensão entre a mídia e estes.

Ao citar Oliveira (1994) a autora explica que a aparente crise que os movimentos apresentam na verdade faz parte da passagem para a redemocratização. “O que ocorreu, afirma o autor, foi uma mudança na forma de interlocução dos movimentos com o Estado fazendo com que os movimentos não apareçam na mídia ou no imaginário das pessoas como interlocutores diretos com o Estado” (GOHN, 2003, p.46).

A hegemonia no conceito de Gramsci tem sido alterada (1891-1937), segundo Coutinho (2003) a conduta do Estado, não mais se impõe pela força, mas pela negociação. O esclarece que Gramsci defendia dois grandes ‘planos’ superestruturais: um que podia ser identificado como ‘sociedade civil’, composto por um conjunto de organizações chamado de ‘privadas’; o outro plano de superestrutura é definida como ‘sociedade política ou Estado’ para Gramsci esta última corresponde a função de hegemonia, essa função é exercida pelo grupo que tem domínio, ou comando que se expressa no Estado e no governo jurídico, esclarece o autor.

Ao destacar hegemonia do Estado Althusser (2003), defende “A burocracia, as Forças Armadas, o Judiciário, o governo, não seriam repressivos porque se encontram em mãos de uma classe dominante ou seus representantes, mas porque seu funcionamento é coercitivo [...]” (p.16), essa atividade, por vezes repressivo ou mesmo ideológico, dos dispositivos do Estado são parciais, instrumental e é unidirecional. O autor esclarece ainda que:

Nesse sentido, o “aparelho” em questão não deveria ser representado como um *bastão* servindo de alavanca, em que força empregada de um lado desloca um obstáculo inerte do outro lado, mas como uma *corda* num cabo-de-guerra, em que a força empregada numa ponta encontra uma resistência proporcional se não igual na outra ponta (ALTHUSSER, 2003, p.16).

Em consonância com o pensamento de Gramsci e Althusser, Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p.30) ratificam que ao explorar o político nos movimentos sociais devemos ver a política como algo mais que um conjunto de atividades específicas, ela deve ser vista abrangendo também lutas de poder realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais. Desse modo os autores dão a devida atenção às relações dos movimentos sociais com os poderes sedimentados de partidos, instituições e com o Estado.

## 4. MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA NO BRASIL E NO TOCANTINS

### 4.1 Movimentos de luta pela moradia

Na atualidade, Gohn destaca dez eixos temáticos para refletir sobre os movimentos sociais organizados, em que se destaca os movimentos populares. “Os *movimentos sociais* de diversos segmentos da sociedade, e mais especificamente os populares, dada a importância destes no contexto geral dos movimentos sociais, são exemplos básicos de agentes estruturantes das ações coletivas” (GOHN, 2010, p. 43).

Estes eixos são: Movimentos sociais ao redor da questão urbana; em torno da questão do meio ambiente urbano e rural; Movimentos identitários e culturais, como em torno de gênero, etnia e gerações; demandas na área do direito; em torno da questão da fome; movimentos e mobilizações na área do trabalho; decorrentes de questões religiosas; mobilizações e movimentos rurais; movimentos sociais no setor de comunicações; e movimentos sociais globais.

Assim, a moradia ganha um espaço qualificado neste cenário na temática questão urbana. Esta abarcaria ainda movimentos em torno da violência, de áreas sociais como educação, saúde e transporte. Os movimentos pela moradia estão aglutinados em três frentes de luta: Grupos, fóruns e movimentos que atuam no âmbito institucional; rede de movimentos sociais populares de luta pela moradia; movimentos de associações de moradores (GOHN, 2010). Nesta segunda frente está o MNLM.

Para os autores Oliveira, Biavatti, Meneses e Ertzogue (2018, p. 221-222) esclarecem que na atualidade a casa deve ser concebida como um espaço que representa “a situação, os processos e as concepções daqueles que a residem, logo, por conseguinte a moradia não compreende apenas o espaço para morar e de proteção das intempéries, mas também é um discurso social, político e ideológico”. Portanto, de acordo com os autores “morar pressupõe uma escala mais abrangente, com espaços e conexões de propriedade comum, coletivos e públicos, que permite o habitar num sentido pleno”.

Nessa perspectiva Gohn fala do papel dos movimentos sociais nas lutas para solucionar os problemas que afetam a cidade a autora defende que estes são assim definidos:

[...]. Os movimentos sociais urbanos propriamente ditos assim devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. Portanto são movimentos sociais urbanos as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo (GOHN, 1991, p. 34).

Diante da problemática urbana o Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM surge, alinhado com as definições da autora com uma plataforma de luta além da habitação. Porém antes de contar a história da fundação do Movimento, faz-se necessário entender o que foi o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)<sup>13</sup>, que teve seu início nos anos 60, “época que os segmentos progressistas da sociedade brasileira demandavam reformas estruturais na questão” (SAULE JÚNIOR, 2006, p.13).

Seu objetivo principal era a Reforma Urbana nas cidades brasileiras foi inicialmente formulada no Congresso de 1963, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), mas o golpe de 1964 inviabiliza a realização dessas reformas. Este tema volta a ser discutido nos anos entre 1970 e 1980. Saule Júnior explica que o auge da luta pela reforma urbana voltou à tona com a Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Foi este lapso no tempo, que vai de 1964 até 1988, quando houve “um grandioso espaço de luta política, em que as forças populares tiveram um árduo trabalho: o de articularem suas demandas e ao mesmo tempo fizeram o embate com os poderosos lobbies das forças conservadoras” (SAULE JÚNIOR, 2006, p.14).

É preciso destacar a importância do MNRU e o seu papel na Reforma Urbana, no país. Este Movimento nasce em janeiro de 1985 (SAULE JÚNIOR, 2006). No princípio tinha um caráter individual de reivindicação por moradia. Mais com o fim do regime militar passa a incorporar “a idéia de cidade, a cidade de todos, a casa além da casa, a casa com asfalto, com serviços públicos, com escola, com transporte, com direito a uma vida social” (SAULE JÚNIOR, 2006, p.14).

O MNRU, ganha caráter nacional, aglutinando várias entidades da sociedade civil, tais como a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE, Instituto dos Arquitetos

---

<sup>13</sup> O Movimento Nacional pela Reforma Urbana articulou o cenário de participação popular em todo o Brasil no processo da Constituinte de 1988, formado por um grupo heterogêneo, cujos participantes atuavam em diferentes e complementares temáticas do campo urbano. Reuniu-se uma série de organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos. Entre eles a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).< <http://www.redbcm.com.br/arquivos/Bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>>. Acessado em 02 de Nov. de 2018.

do Brasil, Articulação Nacional do Solo Urbano-ANSUR, Ação Pastoral e o Solo Urbano, ligado a Igreja Católica e outras.

Com a bandeira das questões urbanas consolidadas unifica-se os movimentos sociais por meio de uma plataforma urbana que ultrapassa as questões locais. Hoje o conceito de Reforma Urbana vai além das questões urbanas, “porque se estende para âmbito da justiça social e da igualdade. Tem como centro nodal a questão da participação democrática na gestão das cidades” (SAULE JÚNIOR, 2006).

Segundo Miranda (2005) o surgimento do MNLM está ligado à ideologia do MNRU. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia pode ser considerado um movimento político de massa que organiza famílias de trabalhadores sem moradia e/ou com moradia sem condições dignas, no projeto de reforma urbana para atender os interesses e as reivindicações legítimas dessas populações.

Durante a realização do I Seminário Nacional de Moradia Popular promovido pela CNBB, Pastoral da Moradia de São Paulo realizado em janeiro de 1989 e os trabalhos de entidades de assessoria ao movimento popular, sobretudo da ANSUR – Articulação Nacional do Solo Urbano e a articulação dos movimentos de moradia em torno da emenda popular da Reforma Urbana apresentada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, durante o processo de elaboração da atual Constituição Federal e com a realização em 1990, do I Encontro Nacional de lideranças de vários estados do País, foi fundado oficialmente o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia. – MNLM. Hoje organizado em 20 estados da Federação (MIRANDA, 2005, p. 15).

Portanto, a origem do MNLM tem relação direta com as grandes ocupações de áreas e conjuntos urbanos que surgem a partir da década de 80; também está ligado à Emenda Popular da Reforma Urbana apresentada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana-FNRU<sup>14</sup> durante o processo de elaboração da atual Constituição Brasileira. O MNLM foi oficializado em julho de 1990, durante a realização do primeiro encontro Nacional do Movimento que aconteceu em Goiânia com a participação de 13 estados brasileiros. Hoje o Movimento está presente em 20 estados nacionais (MNLM, 2008)<sup>15</sup>.

A luta do Movimento, como vimos acima, transcende a questão da moradia, é contra a concentração e especulação imobiliária; pela regularização fundiária e contra os despejos; pela participação das pessoas na construção da nova cidade; pela preservação

<sup>14</sup> O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) é uma articulação nacional que reúne movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa com a finalidade de lutar pelo direito à cidade, modificando o processo de segregação social e espacial para construirmos cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas. O FNRU é uma importante frente de resistência e contestação contra as forças dominantes que têm determinado o atual modelo excludente de nossas cidades. < <http://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 02 de nov. de 2018.

<sup>15</sup> Arquivo do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM – São Paulo-SP: Rua José Córdoba, n.º 202, sala 03-sobreloja, Bairro Jardim Ataliba Leonel, 2008

ambiental; pela viabilização de geração de trabalho e renda; pela formação de cooperativas ou trabalhos coletivos; pelo planejamento urbanístico e saneamento e pelo acesso a saúde e a educação pública (MNLM, 2008).

A fundação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Brasil surge da necessidade de buscar maior articulação entre as diversas formas de luta pela moradia, em nível nacional, gerando a demanda por uma entidade articulada que fosse capaz de ser um pólo importante de aglutinação da luta por melhoria das condições de vida no Brasil. Os primeiros passos nesse sentido foram às caravanas de moradia à Brasília realizada nos anos de 1986 a 1988 com o objetivo de levar ao Governo Federal as reivindicações de um número significativo dos sem-teto, Mutuários do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, inquilinos e favelados representados por associações, federações estaduais e movimentos locais (MNLM, 2008).

Para esses movimentos sociais existe uma diferença entre invasão e ocupação, que nos é útil pontuar aqui, para o acompanhamento analítico deste estudo. Essa diferença é percebida na “Análise do processo de reforma urbana no Assentamento Canaã” feita em Santa Maria - RS, a invasão é quando a entrada se dá em um local que está sendo utilizado. Já a ocupação é quando o local não está atendendo a função social de propriedade prevista na Constituição, ou seja, encontra-se sem uso, abandonado (MNLM, 2008). Para Almeida (2011) a diferença entre invasão e ocupação, busca mitigar o significado dessas abordagens pela imprensa:

Ocorre que, a carga sociológica-política por trás da singela definição de INVASÃO e OCUPAÇÃO. [...] INVASÃO, de certo, possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade. Como afirmam os dicionaristas, denota algo contrário ao juízo de valor social, algo reprovável. De seu turno, a OCUPAÇÃO mitiga essa ilegalidade e nos põe a par de um sentido mais brando, é posse legalizada de algo; significaria ter a posse legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada. Ocupação, aliás, possui até mesmo um sentido outro: o de trabalho, de labor, de emprego de força intelectual ou física para auferir renda ou para produção de algo (ALMEIDA, 2011, p. 1).

O Movimento participa dos espaços políticos de gestão, tais como do Conselho Nacional das Cidades<sup>16</sup> e do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de

<sup>16</sup> Em janeiro de 2003, o governo federal cria o Ministério das Cidades com a competência de formular e executar políticas urbanas de forma integrada, visando o desenvolvimento urbano do país. O Conselho Nacional de Cidades - Concidades é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura básica do Ministério das Cidades. O Conselho foi instituído em 2004, em convergência com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O conselho tem por finalidade formular e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e metropolitano, de forma integrada ao desenvolvimento regional, com participação social e integração das políticas fundiária, de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. <

Interesse Social - FNHIS<sup>17</sup>. O Movimento é organizado em rede nacional participando de espaços de controle das políticas públicas e de fóruns como o Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNUR.

Gohn (1991) explica que a maneira como se organiza o movimento tem relação direta com sua práxis. “O importante não é o fato de uma organização ser formal ou informal, mas saber como ele se estabelece como ela se articula em relação às suas bases, qual a sua direção, que sentido estabelece para o movimento” (GOHN, 1991, p. 40). A autora explica que a identidade não é dada, esta é construída por processos históricos de lutas. Destaca que no Brasil um grande fomentador da constituição de identidade tem sido o Estado, por meio das suas políticas as quais buscam responder às demandas dos movimentos populares.

#### 4.2 Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Estado do Tocantins

Gohn explica que nos anos 1980 os movimentos sociais saem das reivindicações localizadas, isoladas, para o processo de luta mais ampla das chamadas demandas populares a exemplo, “como foi o caso de luta por creches, pela moradia, pelo transporte etc.” (GONH, 1991, p.12). Enquanto no cenário global surgem novos atores sociopolíticos e culturais e novas questões que envolvem as manifestações coletivas, no contexto da América Latina são retomadas e ressignificadas antigas questões, como as indígenas e a da moradia, com um aspecto comum:

A sociedade fragmentada e polimorfa que se configurou a partir dos anos 1990, o modelo de associativismo que está se consolidando ao longo dos anos 2000, caracteriza-se pela tendência dos grupos e movimentos sociais organizados de se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes (GOHN, 2010, p. 11).

Assim, o MNLM no Tocantins surge já dentro de um novo paradigma dos movimentos sociais. A luta pela moradia tem se articulado em movimentos que se mantiveram com suas causas ativas especialmente até a década de 1980. Contudo, em

---

<http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/134-conselho-nacional-das-cidades/270-conselho-nacional-das-cidades>>. Acesso em 02 de nov. de 2018.

<sup>17</sup> O FNHIS é um fundo de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda. O FNHIS é composto por recursos do OGU, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS e outros recursos. Os recursos do FNHIS são aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios que firmarem Termo de Adesão ao SNHIS e cumprirem as condições estabelecidas. As transferências de recursos do FNHIS para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficam condicionadas ao oferecimento de contrapartida do respectivo ente federativo, nas condições estabelecidas pelo Conselho Gestor do Fundo e nos termos da lei complementar nº 101, de 4/05/2000.< <http://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FNHIS/detalhe/sobre/> >. Acesso em 02 de nov. de 2018.

casos como o de Palmas e várias cidades do interior do Brasil que tiveram crescimento acentuado e intensa urbanização, como é o exemplo aqui na Região Norte de Parauapebas e Marabá (PA) e a planejada Palmas (TO), ou no Nordeste Luís Eduardo Magalhães e Barreiras (BA)<sup>18</sup>, estes movimentos continuam ativos mesmo nos anos 2000.

Lira (1995) esclarece sobre a “construção” do discurso para manter a chama viva da criação do novo estado. Toma como exemplo a CONORTE (Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano), uma sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em Brasília, em 1981 por burocratas e empresários nortenses que tinham atividades em Goiânia e Brasília, com os seguintes objetivos:

Os propósitos da CONORTE, segundo seu estatuto, aprovado em 26 de dezembro de 1981 podem ser avaliados por essas três finalidades da comissão: 1 – Congregar a população do norte goiano conscientizá-la da realidade atual, de suas potencialidades e de seu potencial humano econômico. 2 – Pesquisar e debater os problemas do norte goiano e traçar um plano de desenvolvimento integrado para a região. 3 – Viabilizar o aumento da representatividade dos norte - goianos junto aos poderes constituídos, independentemente de vínculo partidário ou religioso. Como se vê, todas elas estão voltadas pra o que convencionamos a chamar de causa tocantinense. Em última análise, é mais uma chama acesa ao movimento separatista, sintetizando a práxis da questão norte goiana (COSTA, 1982, p. 30, apud LIRA, 1995, p. 143).

A obra *Tocantins eu também criei*, do publicitário e membro da CONORTE José Carlos Leitão, dedica o sexto capítulo do livro para falar da vitória da comunicação onde esclarece: “Consciente da importância da comunicação como instrumento capaz de vencer aquele desafio, a nova direção da CONORTE decide colocar a campanha pela criação do Estado do Tocantins com toda força nas ruas” (LEITÃO, 2000, p. 104). Segundo o autor, uma das peças publicitárias lançadas pela entidade, na qual listava os “candidatos de Tocantins<sup>19</sup>”, apresentava a lista de todos os partidos e sensibilizava os eleitores com a mensagem: “Vote neles, por você e pelo Tocantins” (Ver anexo A) .

No CD que acompanha o livro acima o autor apresenta o Hino da CONORTE, que acompanha as peças utilizadas na abertura de cada capítulo de sua obra. No texto, é possível perceber a onda de otimismo e idealismo sobre o novo Estado, que atraiu empresários, mais também os trabalhadores, muitos que deram corpo ao MNLM/TO:

Tá na hora da virada a nossa meta é conquistar/ temos tudo, não dá mais  
prá segurar/O Brasil é muito grande e na federação o novo Estado vai

<sup>18</sup>C. f. Revista Veja 1º de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Aparece entre aspas no livro porque o Tocantins ainda não existia legalmente, mas a expressão trazia uma mensagem que o norte-goiano já é Tocantins

nascer/não acompanho tradiçãooooo, somos muito, somos forte só queremos construir um Estado, um Estado de esperança e com o país contribuir. Com o Tocantins no coração, nosso Estado vai brotar/ não tem mais como fugir é agora é prá ficar. Estado do Tocantins fique com ele. (LEITÃO, 2000).

Ao destacar a importância da imprensa nas ações da CONORTE, o autor explica que a entidade teve o apoio da empresa Grupo Brasileiro de Publicidade (GBP), a empresa de comunicação servia como uma espécie de barricada na luta subliminar pela construção de mensagens que vinham ao encontro das necessidades da população do norte de Goiás, para a criação do Estado do Tocantins, contribuindo assim para a campanha de separação. Por outro lado, a CONORTE buscou chegar à mídia nacional através do trabalho de assessoria de imprensa, graças a esse trabalho a causa tocantina chegou à grande mídia à época:

Grandes reportagens foram ao ar, como a transmitida pelo Fantástico, da TV Globo, mostrando as belezas e potencialidades da região. A imprensa escrita não fez por menos. Tocantins foi matéria de capa da revista Veja e tema de várias matérias especiais da revista. Matérias especiais eram publicadas com regularidade em publicações como o Jornal da Tarde, de São Paulo e o Jornal do Brasil. O material mais amplo, no entanto, ficou por conta do Correio Braziliense, com uma série de cinco matérias semanais abrangendo todos os aspectos do Tocantins (LEITÃO, 2000, p.108).

A organização CONORTE não surgiu da vontade do povo simples do norte de Goiás como esclareceu Lira (1995), essa organização tinha interesses políticos, econômicos e sociais. Leitão (2000) um dos membros da organização que ajudou na luta pela divisão do norte goiano para criar o Tocantins, explica que houve muitas estratégias foram utilizadas para ganhar o sertanejo do norte de Goiás para a causa de criar o Estado do Tocantins que o uso massivo da comunicação tanto local, como nacional contribuiu decisivamente para a concretização do sonho.

Portanto o surgimento de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, também é carregado do discurso ideológico, ufanista e de interesses políticos, esta é fundada em 20 de maio de 1989, com um Plano Diretor projetado para abrigar 500 mil habitantes, fato que não foi posto em prática até os dias de hoje, desde sua implantação, desordenada, pela ação política. O projeto da capital tocantinense elaborado pelo Grupo Quatro (1989) descrevia áreas de serviços, comércio, órgãos públicos e classe média alta, porém não havia destinação de áreas para pessoas de baixa renda.

A narrativa da construção e implantação de Palmas, segundo Reis (2011), é precedida do discurso ideológico voltado para a “construção de um ‘novo país’, de um ‘país moderno’, e, no caso de Palmas, o ‘novo El Dourado’”. A propaganda sobre a criação de Palmas correu os quatro cantos do país, gerando expectativas baseadas em promessas políticas carregadas de ufanismo elucida a autora. Para corroborar com o pensamento da autora transcrevemos (*ipsis litteris*) trecho do documentário: Palmas história da criação e implantação<sup>20</sup>, que apresenta Palmas que nasceu com a sina para ser grande nas palavras do governador a época, Siqueira Campos explica como foi à escolha do local para a sede do governo:

É com a mesma emoção que eu e Dona Aurenny de mãos dadas atravessamos uma cerca de arame farpado [aponta para o local e explica], hoje é a rótula dessa praça, olhando para o platô, para a colina, onde está hoje o Palácio Araguaia diversas vezes gritava: é aqui, meu bem. (Aurenny) é aqui o quê? É aqui que nós vamos implantar o Palácio Araguaia, o centro da cidade mais bonita do Brasil, a cidade mais central do Tocantins e do Brasil, é aqui que nós vamos construir a última capital planejada do século XX, em termos mundiais, é aqui que nós vamos construir, a terra de força energética extraordinária que vai atrair grandes valores, é aqui a terra dos bons fluídos, onde brasileiros vindos de todas as regiões do país aqui vão se dar as mãos e vão viver em harmonia para construir a grandeza do nosso Estado, para construir um mundo de prosperidade e de luz (SIQUEIRA CAMPOS, 1989)<sup>21</sup>.

Para Reis o ufanismo com que se propagaram Palmas, é possível identificar matérias publicadas na imprensa nacional como, por exemplo, Revista Veja<sup>22</sup> com o título: *A corrida à última terra da promessa: a última fronteira*. A matéria descreve as oportunidades que a capital tocantinense oferecia. Faz referência ao isolamento do resto do Brasil e ninguém ouvia falar em inflação e outros problemas que envolvia a economia brasileira. A matéria fala sobre os valores dos terrenos próximos ao Palácio Araguaia que custavam em média \$ 3.000 (três mil dólares), e para aquisição de uma chácara há 2 km de distância da sede do governo valia \$ 15.000 (quinze mil dólares). Narra à história de comerciantes que investiram e se deram bem segundo a reportagem, sendo o primeiro no ramo de armas, o segundo comercializava piscina, os outros no ramo da construção civil. Descreve as belezas da capital, destacando a Praia da Graciosa, compara-a a Ipanema-RJ, adjetivando-a de “Ipanema do Cerrado”. Em nenhum momento a matéria faz alguma referência sobre o problema das ocupações realizadas pelos sem-tetos.

<sup>20</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=bzKXPFHo46Y>>. Acesso em 14 de nov. de 2018

<sup>21</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=bzKXPFHo46Y>>. Acesso em 14 de nov. de 2018

<sup>22</sup> C.f Revista Veja 4 de agosto de 1993.

Uma turba de pessoas de muitas regiões do país dirigiram-se a terra das ‘oportunidades para todos’, só que estas eram mais para uns do que para outros. A julgar pela distribuição das massas que chegavam a Palmas, nem todos podiam ocupar o Plano Diretor, isso implica dizer que a cidade planejada não toleraria ser habitada por todas as classes sociais. Essa separação aconteceu a partir da ação política, pelo processo de segregação através da ação política, onde havia rígido controle para definir quem poderia residir no Plano Diretor. Assim, Lira (1995) questiona como uma cidade planejada se apresentou democrática, o autor lança algumas perguntas para refletirmos sobre essa democracia citatina:

[...] democrática para quem? Para o capital? Para os políticos que usam os automóveis do Estado para se movimentarem à vontade na cidade e residir nas quadras mais ou menos estruturadas? E as pessoas de baixa renda? O trabalhador que construiu Palmas? Esse não teve o direito de morar nela, foi jogado em Taquaralto, nas vilas Aurenys, uma espécie de neocampo de concentração do cerrado e/ou depósito ao ar livre, de mão-de-obra barata, sem a mínima condição humana de ser habitada coletivamente (LIRA, 1995, p.272).

Como explicou o autor, o progresso serviu para algumas camadas sociais, porém para outras não houve a opção de fazer parte do Plano Diretor, significa que para os braços que petrificaram os prédios públicos e as construções privadas, seu lugar democrático ficava distante do “centro do poder”, da capital tocantinense, em no mínimo 20 km. No início da construção da capital tocantinense o distrito de Taquaralto já existia e segundo o documentário *Palmas, história da criação e implantação* o distrito era descrito assim:

Taquaralto na época era apenas um povoado perdido a margem de uma estrada que não ligava nada, a lugar nenhum; como se costumava dizer na época. Trabalhadores da construção civil, mão de obra, em busca de emprego; pequenos comerciantes e toda sorte de aventureiros que Palmas atraía e acabavam conseguindo espaço em Taquaralto (*moradia*), em menos de um ano o Distrito se transforma na primeira cidade satélite de Palmas (PALMAS, 1989).<sup>23</sup>

Como descrito acima o primeiro “bairro espontâneo” não precisou da ação do governo estadual, porém milhares de pessoas chegavam a Palmas semanalmente, assim o governo montou postos de “purificação da cidade”. Na época Palmas tinha apenas três pontos de acessos, um ao Norte, outro ao Sul através da Rodovia TO-050, e o terceiro à Oeste por meio do Rio Tocantins onde se atravessava o Rio Tocantins de balsa. Os

---

<sup>23</sup> Muitos destes bairros, como Taquaralto, estão em crescimento, agregam um comércio movimentado durante o dia e bares e restaurantes no período noturno.

postos foram montados nos acessos tendo como objetivo de “prestar assistência” aos que chegassem à cidade. Contudo, estes faziam triagem e eram feito o encaminhamento aos bairros Jardins Aurenys I, II, III e IV, aqueles que não tinham recursos para manter-se no “Plano Diretor”. Um planejamento que excluiria de forma ordenada os subalternos. Trata-se de um processo de urbanização que considera a “limpeza” da cidade dos pobres. Palmas já nasceu com esta estratégia, que muitas metrópoles brasileiras passaram a experimentar especialmente a partir da segunda metade do século XX, com as revitalizações dos centros históricos.<sup>24</sup>

Neste contexto, explica Resende (2005, p. 119) que este ‘sujo’ trata-se de uma “perspectiva moderna de quem pensa que o limpo é a ordem e o previsível”. Para o autor, citando De Certeau, existem duas perspectivas que convivem na visão da cidade e que devem ser pensadas juntas, a cidade visível e a cidade que “se insinua metaforicamente no texto da cidade planejada”.

Com um rigoroso sistema de controle do governo do Estado e da Prefeitura de Palmas, com a presença da Polícia Militar, realizava perfil socioeconômico dos migrantes que não tinha condição de morar no centro da cidade, estes eram encaminhados para os bairros fora do Plano Diretor, onde recebiam um ‘auxílio’ de um lote de 360 m<sup>2</sup>, tijolos, cimento, telhas e madeira para construir uma casa.

A segregação era realizada de forma imperceptível, uma vez que era difícil para uma família pobre que chegava à capital receber benefícios, nem percebiam que estavam sendo segregados do centro da cidade, ainda é presente na minha memória a euforia e os planos das pessoas que viviam nos bairros Jardins Aurenys I, II, III e IV e Taquaralto. Essa população desenvolveu o espírito de comunidade, realizando ajuda mútua para superar as dificuldades, como por exemplo, a falta de água encanada (tratada), ao procurar o melhor lugar para perfurar uma cisterna, o local escolhido foi no lote do meu pai, realizou um mutirão com vários vizinhos para realizar a tarefa, a partir do momento que a cisterna ficou pronta todos tinham livre acesso. Esta é apenas uma das memórias que tenho registrada.

Neste sentido, Silva (2009) esclarece que a segregação social em Palmas foi planejada, haja vista que a separação de classes encontrava-se descrita em seu Plano

---

<sup>24</sup> Freitag (2003, p. 115) considera neste contexto cinco tipos: “(a) cidades históricas abandonadas, em ruínas; (b) cidades coloniais intocadas que sobreviveram pelo olvido no tempo, sendo redescobertas hoje; (c) cidades históricas em sua origem que sofreram o “arrastão da modernização” sem maiores cuidados em preservar seus centros antigos; (d) cidades sem história, que saíram da prancheta do urbanista, tipo Goiânia [e acrescentamos Palmas]; e (e) cidades utópicas que nunca saíram do papel, como o projeto de Le Corbusier para o Rio de Janeiro”. C.f.: FREITAG, B. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. CADERNO CRH, Salvador, n. 38, p. 115-126, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18617>. Acesso em: 24 mar. 2019.

Básico com elementos segregacionistas, quando define áreas para a classe média alta. Segundo o autor, a ocupação do território foi marcada pela forte atuação do Estado, para tirar os pobres do “Plano Diretor”.

Neste contexto o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLM), fundado em Palmas, em 1995. Para Suzuki (2016) os motivos que levaram a fundação do Movimento foram à falta de políticas públicas para moradia de Interesse Social e a situação irregular das famílias de baixa renda que ocupavam áreas públicas vazias e loteamentos distantes da área urbanizada. Em setembro de 1995, os sem-tetos realizam a primeira reunião para discutir a situação das ocupações (Ver Anexo B).

Depois da sua fundação o MNLM/TO mobiliza as famílias sem teto de baixa renda de Palmas, para resistir nas ocupações denominadas Vila União e Vila Independência, na Região Norte do “Plano Diretor” de Palmas, quadras inicialmente pensadas como áreas nobres. A fundação do movimento surge em um momento político desfavorável às políticas públicas de habitação para famílias de baixa renda, o governo federal, o estadual e municipal não tinham espaço para diálogo com os sem-teto, o que contribuía para o MNLM/TO realizar uma série de ocupações até o ano 2000.

Lira (1995) explica que o processo de ocupação do Plano Diretor proporcionou o surgimento de “*duas cidades*”. Primeiro foi à ação política que permitiu aos trabalhadores que construíssem a capital, e a mesma ação política fez o processo inverso como explica:

Segundo o arquiteto Luiz Hildebrando Ferreira Paz – que chegou a Palmas dia 15 de janeiro de 1990, junto com as primeiras secretarias de governo que se instalaram na nova capital, no final do primeiro governo, foram cedidos lotes no sistema comodato, nas quadras industriais (ASR-65-75) e uma espécie de área nobre de Palmas nas quadras residenciais (ARNO 31-31-33), essas últimas cedidas só para autoridades: juízes, promotores, oficiais do alto comando militar, altos funcionários do Banco do Brasil, prefeitos do PDC, vice-prefeitos e funcionários do alto escalão do governo. Quando o novo (atual) governador do Estado, Moisés Avelino (PMDB), toma posse, declara inválido o ato do governo anterior, a respeito dos lotes em sistema de comodato. Permitindo, então, o novo governo, as invasões (ocupações populares) nestas áreas. Nas quadras (ARNO 31-32-33) os lotes comodatos variavam em tamanho de 400 a 800 m<sup>2</sup>, atualmente as respectivas quadras pertencem à Vila União, um bairro popular, criado e/ou incentivado a ser criado pelo governo Moisés Avelino, inaugurando em Palmas uma espécie de “invasão estatal” na cidade e dando seqüência à desvirtuação do Plano Diretor de Palmas, iniciada pelo governo anterior. No caso das quadras industriais (ASR-65-75), houve o disfuncionismo das mesmas, que eram destinadas a instalação de indústrias, e não foi tomada nem uma providência, nem pelo governo estadual nem pela Prefeitura

Municipal, que tem ações tímidas sobre o espaço urbano de Palmas. O problema das invasões (ocupações populares) são contradições internas do Projeto de Palmas, as pessoas chegam, não têm onde morar e a cidade não têm como abrigar o contingente devido ao “controle” do solo urbano estar entregue nas mãos da iniciativa privada, parceira do governo no famigerado mercado imobiliário de Palmas. Essas contradições internas estão todo dia estampadas nos jornais da cidade como vemos (LIRA, 1995. p.273-274).

Lira apresenta a reportagem do Jornal do Tocantins, de agosto de 1993, p.6 para corroborar com a explicação do arquiteto. *“Cerca de 600 famílias que há dois meses vêm ocupando irregularmente a Avenida Teotônio Segurado no centro da cidade, ainda não foram despejados, conforme temiam. O prefeito propôs ao governador, uma ação conjunta através do Ministério Público, para a desocupação da área”*. Portanto, não teve como manter a cidade só para os políticos e os donos do capital. Lira apresenta uma entrevista do arquiteto Edson Eloy de Souza, do “Grupo Quatro”, um dos autores do Plano Diretor de Palmas, numa entrevista cedida ao Jornal do Tocantins (17 a 20 de abril, 1989, p. 6) onde o projetista explica como o projeto original foi desconsiderado. *“O projeto original da cidade está sendo todo desviado, comprometendo o futuro da capital e proporcionando um crescimento desordenado, que pode fazer de Palmas, uma capital completamente fora do Plano Diretor (...)”*.

Há vários contextos que moldaram a forma como Palmas foi povoada (por vários motivos que fizeram algumas ideias do projeto original foram descartadas, seja pela má gestão de recursos ou pela influência do mercado devido ao fato que, segundo Silva (2009), p. 127) existiram “contradições geradas a partir do momento em que o poder público passa a agir segundo a lógica de mercado”, entre outros fatores.

Cabe aqui questionarmos: por que o Estado não promoveu a doação de lotes dentro da área do plano? Por que há diferença de tratamento entre os cidadãos, sendo alguns “desqualificados” para morar na área originalmente planejada para se formar a cidade, e outros “qualificados” para morar dentro de seu perímetro? Se as glebas eram do Estado, por que se promoveu o planejamento de áreas para os “pobres” localizadas a mais de 30 km do centro? (COCOZZA apud SILVA, 2009, p. 129).

Em relação as contradições na implantação do projeto original, Lira (1995, p. (252), esclarece que se pode analisar o procedimento de construção civil em Palmas em dois modelos: “(1) A construção “pública” e (2) a construção “privada”. É bom ressaltar que os termos pública e privada aparecem entre aspas, porque eles se confundem no setor da construção civil em Palmas”. Essa divisão segundo o autor deixou os projetistas

autores do Plano Diretor irritados, uma vez que eles, de acordo com Lira não tinham participação na realização do projeto, sendo eles que haviam planejado uma cidade para que seu crescimento e a ocupação do solo urbano fosse controlado.

#### 4.2.1 As lutas e conquistas do MNLM/TO

Como explica Gohn (2004, 2010), os movimentos sociais são permeados pela política, que molda sua estrutura organizativa e de atuação. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins atua em rede articulando-se com organizações com atuação nacional e internacional, por exemplo, o MNLM/TO compõem o Fórum Nacional de Reforma Urbana-FNRU, conselhos de controle de política públicas, como o Conselho Nacional das Cidades, do Ministério das Cidades, e outras organizações que atuam na questão da moradia e da reforma urbana. A maneira de atuação do Movimento de Moradia no Tocantins está de acordo com que defende a autora sobre a atuação dos movimentos sociais na contemporaneidade.

Oliveira (2008) explica que o Movimento adotou a política de ocupar áreas vazias dentro do “Plano Diretor”; logo no início do ano de 1996 o Movimento organizou a sua primeira ocupação com 1.000 famílias, na quadra ARNE 15, próximo ao Palacinho, primeira sede Oficial do Governo do Estado de Tocantins. Essa foi a primeira conquista do Movimento, as famílias foram remanejadas para a Quadra ARNE 51 e ARNE 61, Região Norte de Palmas. Depois dessa conquista as novas ocupações organizadas pelo Movimento, nos anos de 1999 a 2000, não lograram êxito uma vez que todas sofreram despejos, sendo as mais importantes: Quadras ARNE 71, Região Norte de Palmas, ARSE 132 e ARSE 142, estas localizadas no Plano Diretor Sul. A única conquista efetiva do MNLM-TO, no período foi apenas 172 moradias, em uma área localizada fora do Plano Diretor de Palmas, no bairro chamado Conjunto Marly Camargo; esse feito foi publicado no *Jornal do Tocantins* de 04 de dezembro de 1999. Pág. 06. (ver Anexo C).

Com a aprovação da Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS<sup>25</sup>, cria-se o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui-se o Conselho Gestor do FNHIS. Os movimentos ampliam as parcerias com o poder público: federal, estadual e municipal passando a assumir responsabilidades que antes seria do estado tais como organizar mutirões para a construção de unidades

---

<sup>25</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm)

habitacionais, organizar e selecionar as famílias de sem-tetos que seriam beneficiadas. O movimento participou deste processo não só em Palmas, também em outras cidades do interior do Estado: Gurupi, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Araguatins, Augustinópolis e Taguatinga.

Suzuki (2016) esclarece que o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN), por ser o primeiro movimento social organizado em Palmas em torno da questão da moradia tem apresentado melhores resultados efetivos em relação às suas reivindicações.

A história de atuação do Movimento de Moradia às vezes se confunde com a história da capital tocantina, uma vez que os sem-teto já realizavam ocupações antes de o Movimento ser formalmente organizado para que os sem-tetos pudessem atuar de forma mais propositiva diante da falta de capacidade e vontade do Estado para solucionar problema da falta de moradia para aqueles menos favorecidos propiciando assim condições de surgimento de movimentos sociais<sup>26</sup>. Antes de 1995 já havia ocupações no Plano Diretor Norte da cidade, mesmo tendo um cenário político desfavorável, isso significa dizer que o governo estadual era exercido por José Wilson Siqueira Campos, do extinto Partido Progressista Reformador-PPR, já a prefeitura estava sob o comando de Eduardo Siqueira Campos, filho do governador, porém pertencia ao extinto Partido Progressista Brasileiro-PPB; ou seja, uma família comandava as duas esferas de governo. No entanto, a organização do movimento e a pressão popular obrigaram os governos a negociar com os sem-teto.

As ações de ocupar áreas no “Plano Diretor”, realizadas nos anos de 1999 a 2000, não tiveram o mesmo desfecho, pois a experiência anterior preparou o governo estadual para não fazer concessões, sendo que o comando do governo estadual era exercido novamente por José Wilson Siqueira Campos, desta vez vinculado ao extinto Partido da Frente Liberal (PFL). Em outubro de 2000 o MNLN/TO ocupou com mais de duas mil famílias a ARSE 132, não houve diálogo com os sem-tetos, o Estado conseguiu liminar para fazer a reintegração de posse que foi cumprida no dia 4 de novembro de 2000. A escolha do *corpus* do presente trabalho tem relação com este episódio uma vez que a cobertura do Jornal do Tocantins é estudada com o intuito de identificar as possíveis

---

<sup>26</sup> Gonh (1991, p. 23), explica que: “A emergência dos movimentos sociais é vista em função da incapacidade estrutural do Estado em atender as demandas coletivas no urbano, particularmente as relativas aos bens e equipamentos de consumo coletivo. Os movimentos sociais seriam a resposta dos grupos e das orgânicas à situação de carência e de necessidade não atendida. [...]. Sem movimentos sociais não haveria como realizar reformas urbanas na cidade, pois não se teria mecanismos para auscultar as necessidades reais”.

mudanças de abordagens nas matérias produzidas sobre as ações do MNLM-TO no período pesquisado que compreende os anos de 1998 a 2007.

Segundo Oliveira (2008) em 21 de abril de 1999 o MNLM/TO cria uma entidade jurídica denominada de Sociedade de Apoio à Luta pela Moradia no Tocantins (SALM-TO), esta foi criada com o objetivo de representá-lo juridicamente para assinatura de convênios, com governos federal, estadual, municipais e Ongs nacionais e internacionais que viessem a apoiar a luta.

A SALM-TO foi criada com os principais objetivos: “apoiar a luta pela reforma urbana, estimulando a aplicação dos instrumentos contidos na Lei 10.257/01 denominada Estatuto das Cidades; apoiar o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Estado de Tocantins e as articulações de moradia dos movimentos e organizações sociais que lutam pela reforma urbana; (...); defender os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (ver Anexo D). Assim, tal qual analisa Gohn (2004; 2010), é um período em que os movimentos sociais sofrem as consequências da globalização da economia e mundialização da Cultura acarretando na busca pelos movimentos de resultados, no diálogo com as iniciativas pública e privada, na organização e estruturação interna destes movimentos e, em seguida, no fortalecimento das redes de mobilizações civis.

De acordo com Oliveira (2008), no período de 2000 a 2003 o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO se recolheu depois da desocupação violenta da Quadra ARSE 132, que os sem-teto sofreram por parte do Estado. A estratégia tinha a finalidade de fortalecer a base a partir da formação política, os objetivos definidos com essa estratégia eram bem claros: primeiro estudar e tornar compreensível para a base o contexto político no que diz respeito a políticas de habitação, que naquele momento não havia perspectiva destas serem implantadas; o segundo organizar as bases, com formação política e ideológica, buscando sensibilizar os sem-teto de Palmas que o direito a moradia é uma política pública e a formação político-partidária buscou despertar o sentimento de cidadania colocando-os como sujeitos no processo capazes de modificar a realidade social por meio da política e o de pertencimento ao grupo. Neste lapso temporal que compreende os anos de 2001, 2002 e o primeiro semestre de 2003 o MNLM/TO concentrou-se na formação política, embora o MNLM/TO já realizava formação política desde 1999 (Ver Anexo E).

Neste período o Movimento não realizou manifestações públicas, porém trabalhou intensamente sua base com a formação política, fortaleceu os sem-tetos com a consciência de direito à cidade levando-os a conhecer, por exemplo, a Lei 10.257 de 2001, conhecida

como Estatuto das Cidades<sup>27</sup>, sem militantes sem-tetos nas ruas, porém com milhares em formação. O MNLM/TO tinha duas questões centrais: a primeira o contexto político referente às políticas de habitação e desenvolvimento urbano, ou seja, não havia perspectiva de estas serem implantadas; e a segunda a necessidade de organizar as bases, do movimento dos sem-tetos também buscava fazer a formação política e ideológica, tendo como referência tanto a política pública urbana e a político-partidária, e a despertar o sentimento de pertencimento dos sujeitos envolvidos ao grupo.

Esse método de trabalho do Movimento foi adotado depois da retirada da ocupação da quadra ARSE 132; em 2000 foi adotado depois da retirada das famílias, onde o movimento considerou a ação um “massacre” aos sem-tetos pelas forças dos aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 2003), para realizar a ação de retirada dos sem-tetos o governo estadual mobilizou mil policiais militares, conforme foi noticiado pelos meios de comunicação à época<sup>28</sup>. Esta experiência da expulsão truculenta e violenta tanto física como simbólica do MNLM/TO muda sua estratégia a partir da experiência dolorosa, não mais fazer ocupação de áreas.

De acordo com Miranda (2005, p. 12), dentre as mudanças de estratégias do Movimento se destacam a realização do primeiro Encontro Estadual do MNLM no mês de abril de 2001, em que se decide pela continuação da luta pela posse da quadra ARSE 132, e a formação de núcleos de bairros. “Neste sentido, o MNLM aprova uma nova metodologia de luta, não mais adotando a ocupação direta sem autorização legal do estado e resolve fundar 35 núcleos de sem tetos nos bairros com maior índice de famílias sem moradia de Palmas”.

Em de junho de 2003, o MNLM/TO percebe que era o momento de ir para a rua novamente tornando pública as reivindicações dos sem-teto de Palmas e mostrando que é um problema social o qual deve ser enfrentado pelos governos das três esferas e pela sociedade civil organizada (movimentos sociais urbanos). Com o fortalecimento das bases e as mudanças nos cenários políticos o Movimento avaliou que o momento de fazer ecoar o grito “Ocupar, Resistir Pra Morar”, essa foi a primeira marcha, que o movimento

---

27. Lei 10.257 de 2001, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)

<sup>28</sup> A retirada de forma violenta pelo Estado foi noticiado por vários veículos de comunicação, no entanto, fazendo uma pesquisa nos jornais não foi possível identificar de forma objetiva a abordagem jornalística que a ocupação dos sem-teto era um problema social. Ao analisar o conteúdo e consequente os enquadramentos percebe-se a criminalização dos sem-teto, como se estivessem fazendo ocupações por vandalismo e não por um direito constitucional e humano. Veículos Jornal do Tocantins, edição n°. 1.987, de 4 de novembro de 2000. Jornal Primeira Página de 30/10 a 05/11 de 2000. O Girassol de 30/10 a 05/11 de 2000. Jornal Diário do Tocantins, Ano I, edição n°. 235, 4 de novembro de 2000 (este não é mais publicado).

realizou rumo à sede do governo estadual, que aconteceu em 17 de junho de 2003, com aproximadamente 5 mil pessoas nas ruas, sendo a maior manifestação dos sem-tetos realizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO, depois da última ocupação realizada em 2000. Foi à primeira vez na história do Tocantins que o movimento foi recebido por um governador. Como foi noticiado pela imprensa. (Ver Anexo F)

Para realizar essa ação o Movimento de Moradia levou em consideração dois fatores, um de ordem interna (o fortalecimento de sua base através da formação político-ideológica do direito a moradia digna), o outro, de ordem externa, as mudanças no contexto político nacional, com a eleição do Presidente da República do Partido dos Trabalhadores (PT) alinhado mais à esquerda, e a conjuntura política local (estadual), quando foi eleito um governador jovem, pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL).

O cenário político mudou significativamente neste período. O governo estadual era exercido por Marcelo de Carvalho Miranda (PFL), que desejava maior aproximação com o governo federal, exercido por Luís Inácio Lula da Silva (PT). O contexto contribuiu para que o dia 17 de junho de 2003 ficou na história dos sem-teto, isso porque foi a primeira vez que o governador do Tocantins conversava como os sem-tetos, organizado pelo MNLM-TO, para discutir o problema da falta de moradia em Palmas e no Estado. A partir dessa audiência com o chefe do executivo estadual ficou definida uma agenda para formar um grupo de trabalho com o objetivo de encontrar uma solução com o objetivo de diminuir o déficit habitacional<sup>29</sup>, não só em Palmas, mas no estado.

A data de sete de agosto de 2003 acontece a primeira reunião para formar a equipe de trabalho, foi a primeira vez na história do Estado do Tocantins que o Movimento de Moradia conseguia reunir representantes dos governos estadual, municipal e de agentes da Caixa Econômica Federal detalhes conferir ata da reunião (Anexo G). Como resultado formou-se um grupo de trabalho que apresentou em 2004 a viabilidade de transformar a Quadra 1.306 Sul na primeira Zona de Interesse Social (ZEIS), de acordo com a Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, mais conhecida como Estatuto das Cidades. Após esse relatório o governo estadual, sendo o proprietário da área, decide doar a quadra para

---

<sup>29</sup>. Jornal do Tocantins, edição n°. 1.699, de 26 de novembro de 1999. Mais de 100 mil não tem habitação. O déficit habitacional no Estado atinge mais de 100 mil famílias, segundo levantamento do Governo. Em Palmas, 4,5 mil famílias não têm casa própria. Jornal do Tocantins, edição n°. 3.061 de 8 de maio de 2004. De acordo com o membro do MNLM, Hilton Faria da Silva, um levantamento realizado pelo Governo Estadual, em 1998 apontou um déficit habitacional em um número superior a 20 mil famílias. Ele disse, no entanto, que o MNLM, em Palmas, “é composto por 8 mil famílias. A prefeitura também trabalha com número aproximado de 8 mil”. Jornal do Tocantins, edição n°. 3.810, de 22 de outubro de 2006. HABITAÇÃO – Conforme números do MNLM, o déficit habitacional em Palmas é de 10 mil moradias, com 600 pessoas vivendo em áreas irregulares.

os sem-teto, porém, somente em 2004 o processo de doação da área para o Movimento de Moradia se efetiva administrativamente. No entanto, a Prefeitura de Palmas foi responsável pelo microparcelamento<sup>30</sup> da quadra, ou seja, definir os espaços para moradia, para equipamentos públicos e ruas internas.

Apesar deste marco institucional da conquista da quadra que está na história dos sem-teto de Palmas, uma vez que retornam ao mesmo território de onde foram expulsos, a conquista ainda está no mundo burocrático, isso significa dizer que do ponto de vista formal/legal a quadra, “já é dos sem-tetos”, isso não garantiu a ocupação da área, devido não ter infraestrutura básica: água, energia elétrica, ruas abertas. Diante desta situação, os sem-teto, ainda não se sentiam pertencentes a este território, diante da demora da prefeitura em fazer os serviços, voltaram a pressionar o poder público.

Para o MNLM/TO foi uma conquista ter mobilizado tantas organizações trabalhando na mesma direção para solucionar o problema da falta de moradia para as famílias de baixa renda. No período de 2003 a 2007 o movimento concentrou esforços para consolidar a conquista da quadra de onde os militantes foram tirados violentamente em 2000.

Em 3 de junho de 2004, em que é celebrado o dia Nacional de Luta pela Moradia no Brasil, o Movimento realiza uma marcha com mais de cinco mil militantes, desta vez tendo como principal opositor a prefeitura de Palmas, solicitando que esta disponibilizasse recursos para instalar a infraestrutura básica na Quadra 1.306 Sul (antiga ARSE 132 conforme nomenclatura do município), o movimento trabalhou intensamente na consolidação da quadra conquistada reivindicando que a prefeitura realizasse a infraestrutura básica: abrir as ruas, colocar água e energia elétrica a prefeito a época recebeu os líderes do MNLM/TO e explicou que a prefeitura não tinha orçamento para executar tais serviços naquele ano, entretanto garantiu que estes seriam colocados no orçamento do ano de 2005 e a próxima gestão poderia executar tais serviços como foi divulgado na imprensa<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Lei 468/94 | Lei nº 468 de 06 de janeiro de 1994. CAPÍTULO II- Quanto a Conceitos e Definições

Art. 6º - Para os efeitos desta Lei, são adotados os seguintes conceitos e definições: [...]

II- Micro-Parcelamento - é a divisão de uma Gleba Urbana, assim definida pelo Macro Parcelamento, em: lotes destinados à edificações de qualquer natureza; o respectivo arruamento hierarquizado; as áreas livres, aquelas destinadas a uso público e comunitário, tudo acompanhado das condições urbanísticas especificadas para a ocupação proposta as quais podem ir além do previsto nesta Lei e na Lei de Zoneamento e Uso do Solo. Disponível em< <https://cm-palmas.jusbrasil.com.br/legislacao/253174/lei-468-94>>. Acesso em 8 de nov. de 2018.

<sup>31</sup> Jornal do Tocantins, Ano 24, edição 3.083, editoria de Estado, de 4 de junho de 2004. Foto legenda: **Moradia**-Reivindicando obras de infra-estrutura na quadra 1.306 Sul (Arse 132), cerca de quatro mil pessoas, segundo a Polícia Militar, fizeram manifestação pelas ruas da Capital ontem, no Dia Nacional de Luta pela Moradia. Representantes do movimento foram recebidos pela prefeita Nilmar Ruiz, que afirmou que a prefeitura está impossibilitada de atender ao

O ano de 2005 o Movimento de Moradia continuava a dialogar com os governos federal, estadual e municipal, e trabalhava em várias frentes, buscando captar recursos nos três níveis de governos para construir as 958 casas populares, para a implantação da infraestrutura da quadra, neste momento o Projeto Construindo Juntos começa a ganhar suas primeiras ideias e se configurar como um projeto viável. Este é o nome do Projeto que o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins desenvolveu junto com o militantes, os técnicos, assessores e voluntários de diversas áreas, estudantes universitários que realizavam estágio supervisionados nas áreas de Serviço Social, Arquitetura e Engenharia Civil.

O trabalho do Movimento se dividia em duas atuações: a primeira atuava junto às famílias sem-tetos que foram contemplados no sorteio que ocorreu no dia 6 de março de 2005, diante do anúncio feito pelo governo estadual que as obras iniciariam em maio daquele ano<sup>32</sup>. As famílias queriam construir as casas dentro das suas condições, sem seguir as normas técnicas, isso porque a obras não iniciaram no prazo anunciado. O MNLM-TO teve que fazer um forte trabalho para convencer os beneficiados da primeira etapa do projeto, o objetivo desse trabalho por parte do Movimento era garantir que primeira ZEIS<sup>33</sup> dentro do ‘Plano Diretor’ fosse bem sucedida, para que o Movimento tivesse argumentos para pleitear novas áreas no mesmo formato.

A outra frente de trabalho que o Movimento tinha que realizar junto com as famílias que ainda não tinham sido beneficiados com um lote na quadra; o movimento dialogava com o governo para beneficiar os mais de quatro mil sem-tetos em Palmas.

De acordo com as autoras Bessa, Lucini e Souza, (2018, p. 129), Palmas, no seu projeto, tinha definições determinadas para que a ocupação do solo urbano se realizasse por etapas, o objetivo dessa proposta era “garantir a continuidade do traçado e evitar o espraiamento da cidade, estando à expansão territorial condicionada à demanda por novas áreas em função do ritmo de crescimento demográfico”. Pela descrição do projeto de

---

pleito este ano em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal. O movimento vai tentar recursos junto ao Governo Estadual e Federal.

32 Jornal o Girassol, Palmas/TO de 09/03/2005 a 15/03/2005, Página A7. De acordo com a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, as obras começarão no mês de maio. CASA PRÓPRIA: 275 famílias serão beneficiadas.

33 **Lei Complementar nº 155 de 28/11/2007.** *Dispõe sobre a política urbana do município de Palmas, formulada para atender ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes, conforme estabelece a Constituição Federal/1988, em seus arts. 182 e 183, e o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.* CAPÍTULO IV - DAS ZEIS

Art. 25. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas de uso específico e exclusivo para construção de habitação de interesse social, com parâmetros urbanísticos regulamentados por Lei específica, classificadas da seguinte forma:

I - ZEIS Tipo 1 - Glebas urbanas, públicas ou particulares, para fins de loteamentos de interesse social, englobando as quadras: ALC NO 33, ALC NO 43, ARSE 132 e ALC NO 13. Disponível em < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=176542>> . Acesso em 5 de Nov. de 2018.

construção da capital tocantina não tinha área reservada para construção de moradia popular, no memorial descritivo do Projeto (Grupo Quatro, 1989) há descrição de áreas destinadas para a classe média. Portanto, Palmas já nasce com a segregação sócio-espacial (BAZOLLI, 2007; SILVA, 2009; LIRA, 1995, 2011; REIS, 2011, 2018; MORAES, 2003). Além desses autores existem outros trabalhos que abordam sobre os processos de ocupação do Plano Diretor de Palmas e os métodos utilizados pelo poder público para tirar os pobres do centro de poder da cidade.

Além das várias frentes de atuações o Movimento de Moradia para os sem-teto amplia a “parceria” com o governo estadual para cidades como Araguaína, Pedro Afonso, Gurupi e Paraíso do Tocantins, para atuar como organizador dos sem-teto que estavam em ocupações irregulares ou em habitações precárias.

Em 2006 prosseguem as ações, neste período o Movimento consegue aprovar projetos através da pessoa jurídica que representa o Movimento nas relações institucionalizadas tais como: assinatura de contratos, convênios com órgãos públicos e Ongs (nacional e internacional) para captar recursos e iniciar a construção das primeiras 200 casas na quadra 1306 Sul, neste período a prefeitura realiza a execução dos serviços de infraestrutura básica. Outro acontecimento que marcou o ano foi à aprovação pela Assembleia Legislativa da Lei nº 1.659, em 15 de fevereiro de 2006, essa fazia a doação dos “lotes urbanos às pessoas inscritas no Programa Habitacional “Construindo Juntos”.

A escolha do nome tem um conceito simbólico, político e ideológico, com referência a 2000, quando aconteceu a última ocupação que o Movimento fez na capital, não porque os problemas tenham sido resolvidos, mais sim pela ação do Estado em expulsar os sem-tetos, como uma operação de guerra. Por este motivo a determinação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia em conquistar a mesma área. O MNLM decide recolher-se para se fortalecer, para que os militantes que estavam na ocupação em 2000 reconhecem que o Projeto Construindo Juntos não teve início em 2003 quando o MNLM fez grandes mobilizações rumo à sede do governo estadual e 2004 quando marchou para a sede da prefeitura. Na primeira mobilização contava com aproximadamente três mil pessoas, como foi noticiado pelo jornal, o segundo protesto de acordo com informações da Polícia Militar tinha cerca de quatro mil sem-tetos que caminharam pelo direito de morar dignamente, solicitando que a prefeitura colocasse infraestrutura na Quadra 1.306 Sul, (Ver Anexo H ). Em resposta às demandas levantadas, o Governo do Estado, a Prefeitura de Palmas, junto com a Caixa Econômica Federal, começaram a conversar para atender às reivindicações do MNLM-TO. Desse diálogo provocado pelo Movimento, foram

construídas várias propostas, dentre elas foi definido a viabilidade de urbanização quadra 1.306 Sul, ficando a Prefeitura responsável pelos projetos urbanísticos e a regularização da área, o Estado fazendo a doação da quadra e o Movimento organizando as famílias, assim nasceu o Construindo Juntos.

O Projeto Construindo Juntos torna-se modelo, pela metodologia construída envolvendo vários atores e pelo formato de construção das casas. A metodologia de construção das unidades habitacionais se diferencia dos outros mutirões, uma vez que os sem-tetos participaram de todas as etapas desde a escolha do modelo da casa a ser construída, conforme a disponibilidade dos recursos disponíveis, e ainda contribuíram com 600 horas de trabalho para construir a casa. Assim as ações do MNLM/TO tornaram-se referência para o Brasil, em unir diversos atores sociais e políticos de diversas instâncias e a sociedade civil para solucionar o problema da falta de moradia para as famílias de baixa renda, questões provocadas pelo próprio desenvolvimento urbano e gestão política.

No ano de 2007, enfim, com o “Projeto Construindo Juntos” materializa de forma efetiva tornando realidade a casa própria. A concretização do sonho/direito a moradia acontece primeiro para as 200 famílias que foram beneficiadas na primeira fase do projeto, que simbolicamente se inicia em 2000, quando o MNLM-TO fez sua última ocupação em Palmas, e se materializa em 27 de outubro de 2007 com as 200 casas entregues marcando assim a conquista da quadra. O “Projeto Construindo Juntos” que possibilitou a conquista da quadra foi noticiado no Jornal O GLOBO, em seu Caderno Razão Social publicado em primeiro de outubro de 2007, com a seguinte chamada de capa: “*Foi feita por todos, Projeto que reúne governo, empresa e sociedade constrói casas em Palmas*”; e com o título da matéria “*Mãos à obra pela casa própria*” (SOARES, 2007, p.14-15).

A matéria descreve a emoção quando uma das beneficiárias que participa do mutirão abriu a porta de sua própria casa. Na matéria a beneficiária que conquistou a casa própria fala da sua esperança no futuro: “*espera abrir não só a porta de um imóvel, mais de um novo tempo, em que não se sentirá mais humilhada por morar de favor, ou numa área invadida*” (SOARES, 2007, p.14). Em outra parte a reportagem explica o nome do projeto Construindo Juntos: “*é bem apropriado, os trabalhos contam com a contribuição das três esferas de governos, da iniciativa privada e dos futuros moradores*”. A matéria descreve como foi o processo da conquista da quadra fazendo referência ao ano de 2000 quando os sem-teto foram expulsos da mesma área e detalha a responsabilidade do Movimento na coordenação do mutirão descreve porque o projeto é feito por todos:

governo federal, estadual, municipal e Associação Brasileira de Cimento Portland-ABCP, que forneceu parte do material a preço de custo.

Assim, existe uma mudança da ação meramente reivindicatória para ações também propositivas, conforme relata Meneses:

Pois quando os movimentos sociais passam de uma posição mais reivindicatória e ideológica para uma articulação mais propositiva, no Brasil com um foco na década de 1990, muda também a sua relação com os demais setores. Assim, as parcerias com a institucionalidade pública, e mesmo com o mercado – não querendo aqui adentrar no assunto, abarcam grande parte das ações das organizações da sociedade civil, mesmo que nem sempre isso fique claro por questões ideológicas nessas entidades (MENESES, 2006, p. 5).

A trajetória que o Movimento de Moradia em Palmas realizou para conquistar a Quadra 1.306 Sul vem ao encontro do que explica Gohn (2003), de que uma etapa subsequente das ações dos movimentos sociais é deixar de ver o Estado como inimigo, pois o MNLM/TO como estratégia de resistência ocupou uma área em 2000, como não teve abertura de diálogo por parte do governo estadual, proprietário da quadra e que optou em retirar à força os sem-tetos, o movimento muda a estratégia e recolhe-se, porém, não fica em atitude paralisante, ao contrário trabalha com as estratégias internas preparando-se para voltar à cena pública e política, o que acontece em 2003.

Após 2007, de acordo com ex e atuais líderes do MNLM/TO, além de ter dado continuidade ao Projeto Construindo Juntos, o Movimento trabalhou na construção de casas populares e aquisição de terrenos em várias regiões do Estado, em parcerias com os atores políticos e recursos do Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social (PSH)<sup>34</sup>, Programa Crédito Solidário<sup>35</sup>, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)<sup>36</sup>, Programa Minha Casa Minha Vida. O Movimento, portanto, esteve atuante pela reforma urbana e moradia popular para além da capital, Palmas, em municípios como Porto Nacional, Gurupi, Guaraí, Pedro Afonso, Itacajá, Miracema, Bom Jesus, Araguaína, Araguatins, Fortaleza do Tabocão, além de São Valério, Augustinópolis, Paraíso do Tocantins e Wanderlândia.<sup>37</sup>

<sup>34</sup> <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov%5Fsocial/municipal/programa%5Fdes%5Furbano/programas%5Fhabitacao/psh/>

<sup>35</sup> <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/habitacao-popular/credito-solidario-fds/Paginas/default.aspx>

<sup>36</sup> <http://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FNHIS/detalhe/sobre/>

<sup>37</sup> 50 casas em Fortaleza do Tabocão, 28 em Carrasco Bonito, 50 em Bom Jesus, 165 e Pedro Afonso, 736 em Araguaína, 100 em Araguatins, 600 no Lago Sul em Parceria com a Prefeitura Municipal de Araguaína. Conquistou terrenos em Xambioá para 300 casas. Terrenos em Gurupi para 800 casas. Terreno em Araguaína para 136 casas. Terrenos em Bom Jesus para 100 casas, além de casas e apartamentos na capital, Palmas.

Quanto às ações de manifestação política mais reivindicatórias e ostensivas, como marchas e passeatas, o MNLM ainda mantém, incluindo a integração a manifestações coletivas maiores, como ocorreu com a Marcha contra Temer (Marcha contra o Golpe). Em Palmas, Xambioá, Araguaína e Brasília: Audiências Públicas, Manifestações contra o Golpe (Temer), Manifestações contra a venda do Patrimônio Público, Garantia de terreno, Garantia de Equipamentos Públicos para Escolas, Creches e Unidades de Saúde.

De acordo com líderes do movimento, o problema da falta de moradia ainda conta com um déficit de cerca de 70 mil moradias no Estado, e em Palmas de cerca de 25 mil. Algumas dificuldades precisam ser superadas para garantir uma maior mobilização do Movimento, como falta de formação política, desinteresse dos sem-tetos em lutar pelos seus direitos, muitas vezes devido à perseguição política e criminalização dos movimentos sociais.

#### 4.2.2 A formação na relação com a Imprensa

Como vimos, após um período de ações coletivas, a partir de 2000 o MNLM/TO passa três anos em *off*, contudo esteve se fortalecendo para fazer o percurso que o levaria para a conquista da terra da qual foi expulso *que nem animal tangido do pasto* pelo Estado, que não reconhecia os sem-teto como cidadãos que tinham o direito à moradia digna, como define a Constituição Federal. Quando o Movimento foi expulso da área ocupada, estes foram abordados pela imprensa à época como invasores e baderneiros (veremos mais no capítulo seguinte). Ao abordar sobre as alterações das relações sociais, econômicas e políticas Gonh (2004) destaca que os novos meios de comunicação, em especial a televisão e os jornais chamados de grande imprensa, exercem um papel central, desenvolvem papel de grande agente de pressão social. Contudo, a cobertura da mídia não está isenta da influência dos grupos de poder e em muitos casos está sob o controle destes.

Althusser (2003) esclarece que

[...] os aparelhos ideológicos funcionam de tal maneira maciçamente prevalente à base da ideologia, ao mesmo tempo em que funcionam secundariamente à base da repressão. [...] a diferença fundamental entre os dois aparelhos de Estado é o seu funcionamento à base da violência ou da ideologia, a diferença que está, de fato, no funcionamento maciçamente prevalente ou simplesmente secundário à base da primeira ou da segunda. Essa distinção permitiria compreender o jogo sutil entre o Aparelho repressivo e os Aparelhos ideológicos de Estado". (ALTHUSSER, 2003, p.21-25)

A definição do autor sobre como o Estado usa seus “braços” é pertinente na história do movimento dos sem-tetos, em como foram tratados como animais, expulsos foram largados em campos de futebol, em espaços onde ocorriam feiras, como foi noticiado pela imprensa. Mas a imprensa em sua maioria foi parcial, não reconhecendo a reivindicação por moradia como um problema social.

Com esta observação, os militantes do MNLM/TO perceberam a importância de compreender os mecanismos da imprensa. Por isso, dentre as ações do momento depois da retirada do movimento da quadra, também esteve à formação sobre comunicação social, em como estabelecer e melhorar o fluxo de comunicação com a imprensa após o episódio da desocupação da quadra, onde os meios de comunicação não trataram os sem-tetos como um problema social.

Assim, conforme Almeida (2010, p. 8), após entrevistas com seis coordenadores do MNLM no Tocantins,

Os mesmos perceberam a necessidade de se planejar, produzir e gerir a comunicação interna entre os coordenadores, equipe técnica e colaboradores. Todos acreditam que a comunicação é uma peça fundamental para o crescimento, credibilidade e visibilidade do movimento perante a população.

O movimento passa a entender que é preciso investir tanto na comunicação externa, com a mídia, demais atores interlocutores e com a sociedade, quanto na interna, de mobilização dos militantes e organização de ações. Contudo, não é problema exclusivo do MNLM no Tocantins, a falta de recursos para investir em profissionais qualificados é crucial. Neste sentido, é importante compreender a área para investir em veículos e formas de comunicação menos onerosas (ALMEIDA, 2010).

Conforme Meneses (2006, p. 4-5),

O interesse da mídia por temas socialmente aceitos e demandados pela sociedade gera a necessidade de interlocutores mais profissionais e capacitados. É preciso perceber que a imprensa também possui vícios na abordagem desses temas, o que compromete a qualidade e credibilidade das matérias, a exemplo da hegemonia das fontes oficiais, pois a maioria das matérias nesse sentido não surge pelo interesse da própria imprensa (agenda própria), e geralmente se percebe pouca criatividade e senso crítico na proposição de soluções e fontes alternativas para as questões.

A mídia muitas vezes aborda os movimentos sociais sob uma angulação de temas socialmente aceitos e que geram menos impactos negativos para a imagem do veículo. Assim, a mídia pode optar por temas que se limitam a falar apenas de projetos de caridade

e assistencialismo e assim utilizar-se destas ações da sociedade civil como forma de sedimentar uma imagem de responsabilidade social ao invés de problematizar as causas e consequências das questões sociais destes movimentos (MENESES, 2006).

Com tratamento parcial dado pela imprensa tocantinense à questão da moradia e ao Movimento, o MNLM/TO percebeu a importância de compreender os mecanismos de funcionamento das mídias, especialmente depois do evento da desocupação da quadra 1.306 Sul, no período que esteve em *desligado*. A minha participação no MNLM/TO têm dois momentos distintos de percepções: o primeiro como um militante sem-teto com pouca atuação; O segundo como estudante de Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A partir desta ocasião este autor passa a exercer a função de Assessor de Imprensa, no MNLM/TO, com a orientação e treinamento do jornalista voluntário e também militante Lucas Milhomem, assim se consolidou um relacionamento com a imprensa na dinâmica profissional do MNLM/TO, portanto a partir do trabalho busca-se construir um relacionamento com a imprensa. Com o afastamento do Movimento do jornalista Lucas Milhomem no final de 2002 continuei desenvolvendo as atividades e assim fortalecendo e ampliando o relacionamento contínuo com a imprensa, desenvolvendo atividades como produção e encaminhamento de releases, contatos telefônicos, envio da agenda das atividades do Movimento que eram executadas semanal, quinzenal e até mesmo mensalmente.

Esse trabalho contribuiu para solidificar o relacionamento contínuo com a imprensa, a tal ponto que esta se programava para cobrir a agenda do Movimento e em muitas vezes as redações ligavam solicitando pautas. Porém, para estabelecer este nível de relação foi preciso fazer mais que convencimento, o MNLM/TO passa a apresentar dados fundamentados sobre o problema da moradia, com estudos sobre déficit habitacional. De forma interna, o trabalho de comunicação priorizou as ações como formação política, atualização de dados cadastrais dos sem-tetos e logística nas grandes mobilizações.

## 5. O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DO MNLM EM PALMAS

O quadro abaixo nos mostra a síntese de matérias noticiadas pelo principal jornal impresso diário do estado do Tocantins, as quais compõem nosso *corpus* de análise:

**Quadro 3:** Síntese do Corpus da pesquisa. Quantidade de matérias no JTO sobre a causa da luta pela moradia do MNLM/TO de 1998 a 2007.

Ano	Matérias
1998	05
1999	10
2000	13
2001	5
2002	5
2003	6
2004	10
2005	8
2006	6
2007	6
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>

**Fonte:** Base de dados da pesquisa

Pelo exposto, percebemos que os anos de 1999, 2000 e 2004 apresentam mais matérias publicadas pelo Jornal do Tocantins-JTO abordando o MNLM ou a problemática da moradia. Este fato corrobora com o momento em que o Movimento atuou mais intensamente, sendo que em 1999 o Movimento realizou uma sequência de ocupações em várias partes da cidade.

Já as treze matérias que foram identificadas no ano 2000 marcam de forma circunstancial a atuação dos sem-tetos quando realizaram a maior ocupação em Palmas, devido à promessa do Governo de distribuir lote no Plano Diretor; a promessa não foi cumprida e o MNLM/TO, em 2000, tomou a atitude radical de mobilizar mais de duas mil famílias a ocupar a quadra 1306 Sul, da qual foram expulsos em seguida violentamente pela Polícia Militar que cumpria mandado de reintegração de posse do Governo Estadual. O procedimento adotado pelo Estado forçou o Movimento a adotar outra estratégia que não fosse via ocupação. Assim, o ano de maior produção de matéria sobre as ações dos sem-tetos, sob a coordenação do Movimento, foi em 2000, com treze reportagens, essa particularidade tem como pano de fundo a maior mobilização do Movimento para ocupar áreas no Plano Diretor da capital. Quando se observa a relação das matérias encontra-se

apenas uma citação textual ao MNLM/TO, quando as matérias usam os termos: *Movimento, Sem-teto, Invasão, Ocupação e Negociação*, esses descritores remetem às ações dos sem-tetos.

As dez reportagens de 2004 representam a nova fase que o MNLM/TO vivia, significa dizer que após 2000, as ações dos sem-tetos organizados pelo Movimento se pautaram na mobilização interna, política ideológica e partidária, isso significa que o MNLM/TO precisava se fortalecer e se organizar para colocar em prática a estratégia da negociação. Assim, após este período de menos mobilizações, a quantidade de reportagens volta a crescer em 2004, sobre a luta da causa dos sem-tetos fruto de manifestações coletivas que se iniciaram em 2003. Portanto, os períodos em que foi produzida a maior quantidade de conteúdo sobre a causa de luta do Movimento representa três momentos: primeiro a atuação em várias frentes de ocupações; o segundo em que se radicaliza nesta ação; e o último representa a fase da nova tática de atuação do Movimento em Palmas que passa a fazer uma interlocução estratégica com a institucionalidade pública.

Vimos ainda que apesar de termos encontrado cinco matérias em 1998 sobre a questão da moradia, não há referências nas reportagens e notícias ao MNLM. Isto implica dizer que o jornal fez referência aos descritores que mencionam a luta dos sem-tetos, mas não destaca o Movimento como ator social que os representa. Nas reportagens é possível inferir que há atuação do Movimento apenas por relatar que os sem-tetos fazem invasões.

Em 1999 são localizadas dez matérias que contêm as palavras descritoras que são analisadas neste trabalho, mas apenas um registro se remete nominalmente ao MNLM/TO, quando diz que: “Representantes do movimento estiveram na Assembleia”, contudo quando a reportagem faz menção aos termos: *invasores, sem-teto, ocupação, desocupação*, refere-se ao Movimento.

Em 2001 são identificadas apenas cinco matérias que tratam de forma direta e indireta da causa dos sem-tetos, no entanto, as reportagens citam textualmente o Movimento de Moradia, de forma negativa quando usa os termos como: *Sem-teto, Invasão, Ocupação, Desocupação*, reporta às ações do MNLM/TO.

Em 2002 o jornal apresenta cinco reportagens com característica idêntica, ou seja, cita apenas uma vez o Movimento de Moradia, porém quando apresenta os descritores, estes remetem à causa dos sem-tetos e à luta do Movimento.

O Jornal do Tocantins publicou seis reportagens em 2003, identificadas em nossa pesquisa de campo. Foi possível identificar duas citações diretas ao Movimento de Moradia sendo uma na foto-legenda da chamada de capa e a outra na legenda da foto,

todavia é possível perceber descritores como invasão, ocupação, desocupação, sem-teto, negociação, governo estadual e negociação relacionando à luta do MNLM/TO.

Devido às ações do Movimento em 2004 são identificadas dez reportagens que retratam os descritores selecionados para esta pesquisa, textualmente há três referências às ações do Movimento quando informa que “AMDU informa que os loteamentos União e Irmã Dulce têm problemas; MNLM aponta mais outras áreas” e ao evidenciar a ação do “MNLM que regularizar quadra” e ao mencionar o termo “movimento social”, contudo continua aparecendo termos como: invasão, invasores, ocupação, desocupação e sem-teto.

Identificou-se oito matérias contendo os descritores em 2005, nesse universo é possível mensurar quatro referências diretas à causa da luta dos sem-tetos quando as reportagens citam atividades desenvolvidas pelo MNLM/TO, como: *Movimento contesta dados positivos*, *Integrantes do MNLM protestam por moradia popular*, *Movimento pela Moradia reivindica melhores condições* e quando o MNLM apresenta levantamento sobre déficit habitacional em Palmas. Em relação aos outros descritores é semelhante aos anos anteriores.

Sobre o problema dos sem-tetos identificamos seis matérias em 2006, estas citam o Movimento de Moradia em situações positivas, duas delas faz referência ao apoio do MNLM/TO ao governador Marcelo Miranda e candidato a reeleição e a outra quando o Movimento apresenta o levantamento do déficit habitacional em Palmas, continua a nomear os sem-tetos como invasores, e suas ações como invasão, ocupação e desocupação.

Já no ano de 2007 que é o final do recorte temporal da pesquisa foi possível constatar a publicação de seis reportagens, no entanto nenhuma citava o MNML/TO, apesar disso, apresentavam descritores que se relacionam com a luta dos sem-tetos. As referências a ações promovidas pelo Movimento naquele ano encontravam-se no texto das matérias. As abordagens foram mais positivas, mostrando o contexto político e as ações do Movimento de negociar e formar parcerias com o poder público.

**Quadro 4:** Quantidade de matérias no JTO que aparecem no Corpus da pesquisa de 1998 a 2007, a partir dos mais citados.

<b>Ano</b>	<b>Qtd de Matérias</b>	<b>Principais descritores</b>
1998	5 <sup>38</sup>	“Invasão” “Políticas Públicas de Habitação ou de Moradia” “Ocupação”
1999	10	“Invasão” “Ocupação” Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO “Sem-teto” “Negociação” “Moradia Popular” “Movimento” “Moradia Popular”
2000	13	“Ocupação” “Invasão” “Sem-teto” Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO “Movimento” “Negociação”
2001	5	“Invasão” “Ocupação” “Políticas Públicas de Habitação ou de Moradia” Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO “Moradia Popular” “Movimento”
2002	5	“Ocupação” “Invasão” “Políticas Públicas de Habitação ou de Moradia” “Moradia Popular” Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO” “Movimento”
2003	6	Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO” “Movimento” “Moradia Popular” “Políticas Públicas de Habitação ou de Moradia” “Sem-teto” “Invasão” “Ocupação” “Negociação”

<sup>38</sup> As reportagens não citam o MNLM/TO, no entanto, é possível identificar a presença dos descritores do corpo do texto.

		“Habitação de Interesse Social”
2004	10	Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO” “Invasão” “Ocupação” “Sem-teto” “Políticas Públicas de Habitação ou de Moradia” “Moradia Popular” “Movimento” “Movimento Social” “Habitação de Interesse Social”
2005	8	Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO” “Invasão” “Ocupação” “Sem-teto” “Políticas Públicas de Habitação ou de Moradia” “Moradia Popular” “Movimento”
2006	6	Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO” “Ocupação” “Invasão” “Sem-teto” “Políticas Públicas de Habitação ou de Moradia” “Moradia Popular” “Movimento” “Movimento Social”
2007	6	“Invasão” “Ocupação” “Políticas Públicas de Habitação ou de Moradia” “Sem-teto” “Habitação de Interesse Social” Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO”

**Fonte:** Base de dados da pesquisa

A partir do quadro acima, percebe-se que com o passar do tempo a narrativa sobre o Movimento e sobre a causa da luta pela moradia ou problemas dos sem-tetos ganhou mais complexidade, pois foram surgindo debates que estavam no contexto das discussões políticas, como as expressões “Políticas Públicas de Habitação ou de Moradia” e “Habitação de Interesse Social”. A partir do ano 2000 o termo invasão também passa a ter menos destaque e outros, como a referência ao próprio MNLM começa a ganhar destaque, ainda que a utilização de invasão/ocupação como sinônimos permaneça em todo o período.

**Quadro 5:** Quantidade de descritores por ano.

Ano de Publicação das matérias	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total de descritores no copus
Quantidade de matérias com os descritores	5	10	13	5	5	5	10	8	6	6	
Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO	-	6	7	4	5	10	14	7	11	-	64
“Movimento”		1	2	2	3	7	5	2	1	-	23
“Movimento Social”	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	3
“Sem-teto”	-	6	28	-	-	5	9	5	4	2	59
“Moradia Popular”		2		3	6	7	4	2	1	1	26
“Políticas Públicas de Habitação ou de Moradia”	6	3	-	6	7	6	6	5	2	3	44
“Invasão”	15	28	32	37	8	5	14	7	7	15	168
“Ocupação”	1	21	36	24	9	5	14	7	11	6	134
“Negociação”	-	4	1	-	-	2	-	-	-	-	7
“Habitação de Interesse Social”	-	-	-	-	-	2	1	3	-	2	8
<b>Total por ano</b>	<b>22</b>	<b>71</b>	<b>106</b>	<b>76</b>	<b>38</b>	<b>49</b>	<b>69</b>	<b>38</b>	<b>38</b>	<b>29</b>	<b>536</b>

Já no quadro acima podemos constatar que os termos “ocupação” e “invasão” são os mais citados nas matérias, o que demonstra que as ações coletivas em torno de mobilizações ostensivas foram importantes também para dar visibilidade ao movimento. O termo invasão, entretanto, ganhou ainda mais destaque, mostrando que nem sempre tais ações do MNLM foram vistas de forma positiva e levando em conta o problema social da

falta de moradia em sua complexidade, especialmente quando cruzamos com expressões de conotações mais sociais e políticas que tiveram poucas referências nas matérias, como por exemplos “Movimento Social”, “Habitação de Interesse Social” e “Negociação”.

O recorte da pesquisa tem início em 1998, neste ano são encontradas três edições do Jornal do Tocantins-JTO que mencionam as palavras-chaves definidas como unidades de registro nas análises de conteúdo e enquadramento da cobertura do jornal. Na edição 1.200, de 14 de abril de 1998, temos a matéria, sem chamada de capa e nem chapéu, publicada na editoria de Política, página 3, com o título: *Prefeitura já iniciou triagem de famílias que terão acesso às casas populares*. Tem foto com a legenda: *Prefeitura afirma que só no ano passado foram construídas 600 casas*.

A matéria destaca os critérios que a prefeitura utilizará para beneficiar as famílias. O jornal destacou o anúncio das 600 casas e o trabalho dos técnicos para encontrar os pobres, porém não utiliza a categoria de sem-teto para identificar que a falta de moradia é um problema social e necessita de política pública nesta área e assim evidenciar o sem-teto como uma categoria social vinculada a uma luta política. O fragmento da reportagem confirma a escolha do enquadramento.

“[...] O processo de seleção feito pelos assistentes sociais define a real situação sócio-econômica do pretendente, uma vez que são priorizadas as famílias comprovadamente carentes de recursos”.

A edição apresenta implicitamente a categoria de análise “*política pública de habitação ou moradia*”, por ser uma ação do poder público municipal com objetivo de reduzir o problema da falta de moradia para os pobres, em nenhum momento da reportagem enquadra os sem-tetos e a falta de moradia como um problema social.

A Edição do Jornal do Tocantins de Nº. 1.288, publicada em 26 de julho de 1998, apresenta o descritor: *invasão*, logo na chamada de capa, e destaca “*Invasões nos últimos 60 dias preocupa entidades*”, reforma o termo no título da reportagem, publicada na Editoria de Cidades, pág. 7 “*Onda de invasões em Palmas preocupa entidades*”. Mais uma vez aparece o termo colocado em evidência na legenda da foto: “*Nos últimos 60 dias ocorreram várias tentativas de invasões na capital, todas elas frustradas pela ação da Polícia Militar*”. A reportagem faz um levantamento das diversas tentativas de ocupação por parte dos sem-tetos, e ouve apenas representantes de entidades que são contra as chamadas “*invasões*”. Dentre as entidades aparecia a Arquidiocese de Palmas, CDL, Sindjor, OAB, Loja Maçônica, CREA, COMAM dentre outras, portanto é possível inferir que não havia reconhecimento do problema social, nem pelo poder público e nem por

instituições as quais defendem a causa da moradia, além de não dar voz aos grupos organizados fortalecendo o enquadramento negativo sobre os sem-tetos. Pelo fragmento da reportagem percebe-se que o jornal dá ênfase ao papel da polícia:

“A segunda invasão aconteceu no dia 4 deste mês, quando um grupo composto por mais de 200 pessoas invadiu a Arse 121, começou a desmatar a quadra e a montar alguns barracos. Três dias após essa invasão, o mesmo grupo invadiu a Arse 132. As tentativas foram frustradas pela Polícia Militar”.

A ocorrência do termo “invasão” aparece na reportagem quatro vezes, na reportagem fica evidente que o enquadramento do jornal aos sem-tetos foi apenas de criminalizá-los, sem fazer referência à falta de moradia como problema social. A matéria enquadra os sem-tetos como “criminosos”, uma vez que as “invasões” são destacadas como ato criminoso exaltando a ação da Polícia Militar ao combater as ocupações.

Ainda na mesma edição do jornal apresenta implicitamente o descritor “*política pública de habitação ou de moradia*” e explicitamente “*invasão*”, uma vez que na chamada de capa destaca “*Cadastro de interessados em adquirir lotes na AD-TO*” e a matéria publicada na Editoria de Cidades, pág. 6 com o título “*AD-TO anuncia venda de novos lotes na capital*”, destaca com chapéu “*Agência garante que atenderá todos os interessados com preços baixos, cadastramento deve começar nesta 2<sup>a</sup>*” e retranca “*invasões*”, para destacar a importância da ação do governo a legenda da foto apresenta o texto “*Medida faz parte da estratégia contra a onda de invasões*”

É possível inferir que o jornal destaca ação do governo do Estado através do órgão responsável pela política de habitação e desenvolvimento urbano no Tocantins, a reportagem explica os motivos porque a AD-TO decidiu abrir novas quadras no Plano Diretor da capital, uma das justificativas segundo o órgão é para inibir o número de invasões, porém a matéria não faz referências a sobre como as famílias de baixa renda vão fazer a aquisição dos lotes, mesmo o governo informando que os imóveis serão ofertados a preços acessíveis, só que não diz como serão as condições de acessibilidade:

“Segundo a Agência de Desenvolvimento, os novos lotes adquiridos já serão legalizados, ainda darão o direito a financiamento para construção de casas próprias. Os lotes serão comercializados a preços acessíveis visando justamente que todas as pessoas sejam atendidas”.

A escolha de enquadramento do jornal foi destacar a ação do governo, não como uma política pública de habitação ou moradia, mas como uma ação isolada para solucionar

um problema específico, com o objetivo de “inibir” as “invasões”. Na matéria não informa como os sem-tetos que não tem condições de comprar um imóvel vão ficar. O agente público explica que o Plano Diretor não sofrerá alterações com as invasões, reforçando assim o poder do Governo em detrimento das questões sociais.

A edição 1.300, de 6 de agosto de 1998, de maneira subentendida apresenta o descritor “*política pública de habitação ou moradia*”, essa categoria é identificada em quatro oportunidades toda vez que se cita o termo *lote*, haja vista ser uma ação do governo estadual. O jornal destacou a chamada de capa: “*Os interessados em adquirir lotes na capital e que não tiveram disponibilidade para obter a senha poderão aproveitar hoje e amanhã para se credenciar. A Agência de Desenvolvimento do Tocantins (AD) vai funcionar no final de semana*”. A reportagem é publicada na editoria de Cidades, página 7, com título: “*AD-TO prorroga prazo de senhas de lotes*”. O chapéu destacava que: “*Os interessados na compra de lotes em Palmas terão até o dia 10 para obter senha; órgão vai atender no final de semana*”, a matéria ainda apresenta uma foto com legenda: “*O sonho de um lote tem levado centenas de pessoas à AD todos os dias, até ontem já haviam sido distribuídos 13 mil e 400 senhas*”.

A reportagem aborda a comercialização de lotes em Palmas, os interessados em fazer a aquisição precisavam adquirir uma senha através da AD-TO, órgão responsável pela política habitacional no Estado. Como explica a fração da matéria:

“Paralelamente à distribuição das senhas, a AD-TO também continuava fazendo o cadastramento normal dos interessados [...]. A Agência ressalta, porém que para fazer o cadastro o candidato terá que preencher os requisitos [...]. Para todos aqueles que preencherem os requisitos a AD-TO garante que não faltarão lotes”.

No destaque que o jornal fez sobre a ação do órgão do governo estadual, responsável pela política habitacional no Estado, não é possível identificar alguma menção àqueles que não tinham condição de comprar um lote, como estes ficariam, ou seja, não se reconhece o problema da falta de moradia como um problema social de ordem da gestão pública e das políticas de desenvolvimento e urbanização ocorridas desde sua criação em 1988. Na leitura da reportagem é possível identificar que a questão dos sem-teto não é citada nenhuma vez.

No dia 6 de agosto de 1998, em sua edição 1.388, o JTO apresenta dois descritores da unidade de registro “*invasão*” e “*ocupar*” utilizadas para analisar as matérias. A matéria sobre os sem-tetos de Palmas, o termo “*invasão*” é citado cinco vezes, quatro

como substantivo e uma na forma verbal infinitiva. A reportagem exibe chamada de capa: *“PM impede invasão na Arse 121. Ontem pela manhã a Polícia Militar surpreendeu e paralisou os trabalhos de invasão de lotes na Arse 121”*. A reportagem foi publicada na editoria Cidades, página 7, com o título: *“Onda de invasões em Palmas preocupa entidades”*. Realçada com texto do chapéu: *“Cerca de 200 pessoas tentaram ocupar a quadra na manhã de ontem, sendo impedidos pela ação policial”*. Destaca o texto com fotografia e legenda: *“Nos últimos 60 dias ocorreram várias tentativas de invasões na capital, todas elas frustradas pela ação da Polícia Militar”*.

É possível inferir que a narrativa trata o problema da falta de moradia como caso de polícia tendo em vista que não discorre sobre o problema da falta de moradia para as pessoas de baixa renda que os levou a ocupar áreas vazias, e “substantiva-os” como *“invasores”*, esse termo transmite uma mensagem subjetiva de que o ato é irresponsável. De acordo com o fragmento da matéria, o veículo nomeia os sem-tetos de forma a criminalizá-los, embora destaque as razões dos sem-tetos de estarem ali :

*“Os invasores afirmam que não estão ali para travar uma batalha com os policiais. “estamos aqui porque somos pobres e não temos condições de comprar um lote”. ‘Por essa razão, a única saída que temos é invadir’, disse o desempregado Raimundo Pereira Cruz, 35 anos”*.

É possível perceber o enquadramento dado pelo Jornal do Tocantins na matéria, primeiro não reconhecendo a falta de moradia como um problema social e segundo criminalizando os sem-tetos, tendo em vista que o jornal destaca a ação do Estado através da ação da Polícia Militar ao enaltecer que esta frustra as tentativas de ocupações, por parte dos sem-tetos, classificados como invasores. Também não faz referência ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins/ MNLM-TO, mesmo este já atuando de forma organizada desde 1995.

Em 27 de março de 1999, na Edição 1.496 o Jornal do Tocantins traz na chamada de capa: *“AD entregará 6 mil títulos de propriedade em Palmas Doação será feita no próximo dia 11; na mesma ocasião, 750 lotes serão sorteados para venda”*, e o título da matéria: *“AD-TO anuncia entrega de títulos e lotes em Palmas”*, além de um subtítulo para reforçar o título da reportagem *“Serão emitidos 6.464 certificados de propriedade e ainda sorteado 750 imóveis para famílias carentes cadastradas em 98”*, a matéria apresenta legenda da foto com fala do dirigente do órgão afirmando que *“Alexandre Ubaldo, presidente da AD-TO “acabou o dadismo””*.

Mais uma vez o jornal destaca de forma detalhada ação do governo à respeito da “*política pública de habitação*”, que é um dos descritores, pois trata do Estado fazer a regularização fundiária dos lotes que vendeu. Nas quadras que foram regularizadas algumas delas foram fruto da luta do Movimento de Moradia, porém a reportagem não cita nenhuma vez esse fato em seu texto:

“A Agência de Desenvolvimento do Tocantins (AD-TO) vai fazer a entrega de 6 mil e 464 títulos definitivos de posse. Os lotes serão doados para algumas famílias que participaram da implantação de Palmas. Os lotes estão distribuídos pelas quadras residenciais Arnos 31,32, 33, 41, 43, 44, 61, 71 e 72, nas Arses 112 e 122 e ainda nas Aurenys I, II, III e IV. De acordo com o presidente da AD-TO, Alexandre Ubaldo, mais títulos deverão ser entregues em vários locais do Plano Diretor da Capital [...]. Ele também anunciou que juntamente com a entrega de títulos, [...] serão sorteado 750 lotes para venda”.

Fica nítido que o enquadramento dado pelo jornal destacando a ação do governo tem o efeito opositor de também negar a ação do MNLM/TO que conquistou as quadras que estão sendo regularizadas ao enfrentar o problema, portanto á uma constante negação do movimento.

Na Edição nº. 1.579, de 4 de julho de 1999, o jornal em sua capa apresenta o título “*Conheça a história da Arno 61*”, o título da reportagem é “*Arno 61 busca sua emancipação. Parte de uma das maiores invasões da capital, a quadra está se estruturando e ainda pretende muito mais*”, publicada na Editoria de Cidades, pág. 7, uma foto com a legenda “*Vista parcial do centro da Arno 61, em Palmas, primeiras quadra a se inscrever em concurso ambiental*”. A matéria faz um resumo da história da quadra desde as primeiras ocupações, estas foram organizadas pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins. O porta-voz que narra à história é o atual presidente da Associação de Moradores a época, descreve as necessidades e dificuldades que a quadra ainda enfrenta.

“A Arno 61 ou 503 Norte é uma quadra fruto de um conjunto de esforços dos atuais moradores. A grande maioria mora nela desde a sua *ocupação* e orgulha-se de poder ter ajudado a construí-la. O próprio presidente da Associação de Moradores, Carlos Alberto Araujo Oliveira é um exemplo. Ele sabe afirmar quantas pessoas mudaram desde o início da ocupação, em torno de 500. Segundo ele todos foram para a quadra transferidos de invasões a maioria da Arno 33. A demarcação dos lotes teve início em 4 e sua ocupação em 7 de setembro de 1995”.

O jornal destaca que a quadra busca sua identidade emancipatória, apesar de destacar positivamente em seguida deixa claro que ela é fruto da maior “invasão” da capital o termo aparece duas vezes em toda a reportagem. No corpo da matéria aparece várias vezes a expressão e “ocupação” apenas uma vez, porém não faz nenhuma referência as ações do MNLM/TO na ocupação da quadra. De qualquer modo, o resgate do processo histórico de conquista da quadra é um aspecto que resgata a própria história de luta do Movimento.

A Edição 1.659, do Jornal do Tocantins publicada em 7 de outubro de 1999, apresenta uma relevante chamada de capa: *“Prefeitura retira invasores de lote. Cerca de 200 famílias que ocupavam uma área pública à margem da rodovia TO-050, próximo a Taquaralto, estão sendo retiradas do local por fiscais da Prefeitura de Palmas. O executivo palmense alega que quer coibir a invasão de loteamentos e que a maioria dos invasores do local já possui outro lote”*, reportagem publica na Editoria Cidades, pág. 6, como evidencia o título: *“Invasores são expulsos de uma área municipal”*, reforça a matéria com antetítulo *“Cerca de 200 famílias tiveram seus barracos derrubados por fiscais, durante operação especial”*. A reportagem traz uma foto mostrando os barracos sendo derrubados e legenda *“Barracos de invasores são desmanchados por funcionários da prefeitura da capital”*.

A abordagem do jornal destaca a retirada das 200 famílias que ocupavam área pública, segundo a narrativa da matéria, terreno que se localizava na Região Sul da capital no Bairro Santa Bárbara, no entanto não trata o problema da falta de moradia que é abordado como caso de polícia, uma vez que destaca a ação de retirada destacando como operação especial, por parte da prefeitura e esta não reconhece que os ocupantes são sem teto:

“A Prefeitura está desocupando área invadida desde a última sexta-feira”. Alguns moradores disseram que estão no local há mais de um ano e até construíram casas de alvenaria. Os fiscais da Prefeitura estão desmanchando os barracos dos ocupantes numa operação que começou no domingo, e levando os materiais para o depósito municipal. [...] A Advogada Geral de Palmas, Ângela Marquez, disse que a maioria dos invasores da quinta etapa do loteamento dos Aurenys conhecido como Setor Santa Bárbara são pessoas que vivem deste tipo de negócio. “Eles já são donos de lotes, mas vão lá invadem os lotes públicos na expectativa de ganharem outro para poderem vender depois”.

O jornal enquadra os sem-tetos como invasores, o termo aparece na edição seis vezes nas suas terminações: “invasores”, “invasão” e “invasões”. A reportagem também

faz referência aos sem-tetos com o termo ocupação, este aparece cinco vezes na versão: desocupação, ocupantes e ocupavam. Infere-se que o jornal enquadrou os sem-tetos em duas categorias: invasores e ocupantes, sendo que o primeiro é considerado ato criminoso e é mais agressivo, já ocupação semanticamente tem o sentido de reconhecer a ação como legítima e necessária. E o veículo apenas utiliza os termos como sinônimos. Mais uma vez o Jornal do Tocantins não menciona que a ocupação foi organizada e coordenada pelo MNLM/TO.

A Edição Nº. 1.694, de 20 de novembro de 1999, nos apresenta a chamada de capa— *“Famílias vão ser retiradas de invasão. A justiça concedeu ontem a reintegração de posse da Quadra 604 Norte (Arse 71), em Palmas, invadida no início da semana. O grupo garante que deixará a área pacificamente”*. A reportagem foi publicada na Editoria de Cidades, pág. 6 com título *“Famílias devem ser retiradas de invasão”*, sendo reforçada por chapéu destacando o *“Grupo garante que deixará a área pacificamente e decidiria ontem a noite para onde iria em seguida”*, a legenda da foto realçando que os sem-tetos são invasores: *“Famílias deverão deixar hoje pela manhã a área invadida desde a madrugada de segunda”*.

A narrativa descreve o mandado de reintegração de posse de uma área particular que está ocupada pelo Movimento Nacional de Luta Pela Moradia. É a primeira vez que o jornal cita ações do Movimento, porém de forma negativa, a reportagem privilegia a ação do Estado através do Poder Judiciário:

Segundo o advogado, são 200 lotes na região que deverão ser aprovados para loteamento no próximo ano para serem comercializados na média de 5,5 mil cada unidade. “Nós vamos pedir a retirada pacificamente, usando só a notificação dos oficiais de justiça” disse. A quadra foi invadida na madrugada da última segunda-feira por cerca de 500 pessoas, organizadas pela regional do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia. José Rodrigues Pires, disse ontem pela manhã que todas as famílias que estão acampadas no local sairão pacificamente, uma vez que também entraram na área sem tumultos. [...]. “Com a liminar, nós vamos sair do local, mas existe um consenso das famílias de não voltar mais para seus bairros para continuar pagando aluguel”, informou o coordenador.

A reportagem apresenta descritores que desqualificam a causa de luta dos sem-tetos, não foi possível identificar nenhuma abordagem na matéria onde dizia o fato de a ocupação ser a única opção pelos sem-tetos não terem moradia, este são enquadrados como invasores.

No dia 24 de novembro de 1999, em sua Edição Nº. 1.697 apresenta a reportagem com o título “*Termina prazo para desocupação de quadra*”, sem chamada, sem chapéu e sem foto. A reportagem apresenta o desfecho da reintegração de posse da Quadra 604 Norte. Traz à fala do representante máximo da Igreja que qualifica os sem-teto como invasores, mesma atitude tem o representante do Ministério, vejamos:

“[...]”. Ao invés de deixarem a quadra está aumentando a cada dia o número de famílias que ocupam ilegalmente o local, somando aproximadamente 1,2 famílias, lideradas pelo Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN). Até ontem eles estavam tentando negociar com o Governo do Estado a aquisição de lotes no local.

Os sem-teto afirmam que não pretendem deixar o local antes de abrir negociações com o Governo. “Nós pretendemos recorrer da decisão da juíza, buscando permanecer no local, mas no último caso sairemos porque não queremos confronto com a polícia”, afirmou ontem o coordenador nacional do MNLN, Miguel Lobato.

Lideranças do movimento haviam declarado anteriormente que estavam tendo apoio da Igreja nas negociações. No entanto, o arcebispo metropolitano de Palmas Dom Alberto Taveira informou ontem que não concorda com o método usado pela entidade coordenadora da invasão [...]. Já o Procurador-Geral de Justiça, José Omar Júnior, disse que está analisando o caso para verificar qual a participação do Ministério Público. “Ele antecipou, entretanto que o direito à propriedade é garantido pela constituição que invadir um imóvel particular é crime passivo de punição como qualquer outro”.

Observa-se que a abordagem da reportagem não destaca que as ocupações é fruto de um problema social, a falta de moradia para os mais pobres e a ação de realizar ocupações é a única saída para que os sem-tetos sejam vistos pelo poder público. Mais uma vez os sem-tetos são enquadrados como invasores e o braço do Estado através do Judiciário busca expulsá-los da área por meio do poder que lhe é delegado.

A escolha da edição nº. 1.774, do JTO publicado no dia 23 de fevereiro de 2000, para análise levou em conta o fato esta apresentar as ações do MNLN/TO o jornal destaca o ato com chamada de capa- “*Sem-teto invadem. Cerca de 16 famílias de sem-teto ocuparam ontem as dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário e deixaram o prédio, no mesmo dia obedecendo a ordem judicial*”. A matéria interna traz a reportagem com o título “*Sem-teto ocupam sede de secretaria*”, e foto com a seguinte legenda: “*Policiais retiram famílias que invadiram secretaria em Palmas*”. A reportagem foi publicada na Editoria de Estado pág. 2.

A matéria narra a ocupação das 16 famílias à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, as famílias são oriundas da ocupação da área da igreja na 605 Norte. Destaca a reintegração de posse do órgão público municipal. Explica que estas

famílias são ligadas ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Na fala do representante do governo este faz ameaça que as famílias não vão conseguir nada se continuarem com a prática de invasão:

“Cerca de 16 famílias de sem-teto que estavam acampadas na 605 Norte (Arno 72), invadiram na manhã de ontem as dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, na 106 Norte (Arne 12). Eles teriam ficado de fora, quando a Agência de Desenvolvimento do Tocantins (AD-TO) transferiu as famílias do acampamento para o Bairro Aurenny II e tiveram que desocupar o terreno da igreja onde ainda permaneciam acampados. No entanto, no final da tarde, os ocupantes, que fazem parte do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), deixaram o prédio, obedecendo à ordem judicial. O presidente da AD-TO, Alexandre Ubaldo informou que eles não vão conseguir nada da entidade enquanto mantiverem este tipo de comportamento”.

O jornal fez três tipos de enquadramentos dos militantes, primeiro na categoria de “sem-teto”, a expressão é citada seis vezes o reconhecimento pelo jornal do problema social; o segundo como “invasores”, o descritor aparece três vezes, e terceiro na condição de “ocupantes”, a sentença aparece duas vezes. A matéria destaca que os sem-tetos são ligados ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins, essa é a segunda reportagem do ano 2000 em que o jornal reconhece as ações do Movimento, porém na reportagem este não é apresentado de modo positivo. Especialmente quando destaca a fala oficial que infantiliza e inferioriza a ação: “não vão conseguir nada da entidade enquanto mantiverem este tipo de comportamento”.

O critério da escolha da Edição Nº. 1.879, de 28 de junho de 2000, levou em conta a atuação do Movimento em fazer manifestação e o destaque que jornal deu com a chamada de capa: *“Duas manifestações aconteceram ontem na Capital. Pela manhã integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia fizeram passeata e à tarde foi a vez dos servidores da justiça”*. Ainda que sem foto na capa, publicou a reportagem na Editoria de Estado, pág. 8, com o título *“Sem-teto fazem passeata na Capital”*. A matéria exibia foto com a legenda *“Sem-teto fazem passeata na Capital”*. Fica claro que a abordagem do jornal apresenta uma leve mudança. Mesmo a manifestação do MNLN sendo contra o governo estadual que não apresentou nenhuma proposta para resolver o problema das famílias cadastradas junto ao Movimento. Os manifestantes não foram recebidos por nenhum representante do executivo estadual. Os líderes do MNLN/TO exigiam uma solução para o problema da falta de moradia. Neste período o contexto político no estado não era favorável a políticas públicas de habitação popular uma vez que o governo havia endurecido a perseguição aos sem-tetos ao realizarem ocupações como

forma de pressionar. O Governo diz que está buscando estudar uma solução para o problema:

“Cerca de 200 integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) saíram ontem em marcha pelas ruas de Palmas em cumprimento a promessa feita no último sábado de que iriam as ruas caso o Governo não apresentasse nenhuma proposta de assentamento de mais de 5 mil sem-teto. Na manifestação eles prometeram iniciar várias ocupações em toda a Capital. [...]. Ao manifestantes gritando palavras de ordem percorreram várias ruas da Capital, visitaram a Agência de Desenvolvimento do Tocantins (AD-Tocantins), não foram recebidos, e outros órgãos estaduais e federais. Atualmente cerca de 5 mil famílias cadastradas ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Tocantins (MNLM) aguardam uma negociação do Governo do Estado. A confirmação foi feita pelo responsável do Movimento Estadual, José Pereira. Segundo ele antes as ocupações eram feita somente nas periferias, mas agora o centro da cidade também será alvo das invasões. Queremos uma resposta do Governo do Estado. Precisamos de soluções urgentes, pois, são famílias inteira”.

O jornal faz dois enquadramentos aos militantes do Movimento classificando-os como “sem-teto” e “ocupantes”, neste sentido a matéria é positiva para a ação que os sem-tetos realizam.

O parâmetro para selecionar a presente Edição 1.973, publicada no dia de 20 de outubro de 2000, foi a ação exercida pelo Estado, o jornal destaca o fato com uma Foto-legenda: Sem-teto – *“A Polícia Militar realizou, na madrugada de ontem uma operação para tentar conter o aumento das invasões nas quadras 1.304 Sul e 1.305 Sul (Arses 131 e 132), em Palmas”*, apresenta um título que busca justificar o ato *“Ação tenta desmontar invasão na Capital”*, a reportagem é enriquecida com foto e a legenda *“Sem-teto mostram barraco que teria sido destruído por policiais militares”*. A reportagem foi publicada na editoria de Estado, pág. 8.

A narrativa apresenta a justificativa da ação da Polícia Militar que faz operação sem mandado judicial de reintegração de posse nas ocupações das Quadras 131 e 132. Tinha como objetivo justificável coibir “invasões”, a polícia diz que a ação foi uma ação conjunta com órgãos da Prefeitura da Capital, porém há contradições:

“A madrugada de ontem foi tensa nas quadras Arses 131 e 132, em Palmas, onde sem-teto que estão acampados no local acusam a polícia de ter invadido os lotes ocupados, derrubando barracos e ameaçando as pessoas. De acordo com os ocupantes, a ação policial aconteceu por volta das 4 horas, quando cerca de 10 viaturas e mais um micro-ônibus teriam entrado de surpresa na quadra e começado a derrubar os barracos. O comandante do 1º. Batalhão da Polícia Militar de Palmas, coronel Marielton Francisco dos Santos, disse que a operação foi uma solicitação

da Secretaria de Obras da Prefeitura, em conjunto com a Advocacia Geral do Município. Segundo ele a ação foi preventiva e não houve violência. Já o chefe da fiscalização da Secretaria de Obras de Palmas, Jovaci Paula Ferreira, disse que desconhece qualquer ordem por sua instituição. Ele completou dizendo que a quadra 131 já foi totalmente desocupada e que a 132 está aguardando um deferimento da justiça para o pedido de reintegração de posse”.

Percebe-se que o Estado através dos seus aparelhos queria varrer os sem-tetos do Plano Diretor da capital, foi possível identificar três categorias de enquadramento que o jornal fez: “invasores”, “sem-teto” e “ocupantes”, porém isso não significa que as categorias que o jornal enquadrado sejam positivas, tendo em vista que a matéria no todo destaca a ação do governo, neste período o contexto político era desfavorável à política de moradia popular.

A reportagem em análise levou em conta este ser um momento decisivo para as ações posteriores do MNLM/TO, depois da violenta desocupação, a matéria tem caráter de reportagem especial, uma vez que a mesma ocupa toda a página 7, da editoria de Estado, da Edição Nº. 1.987, publicada no dia 4 de novembro de 2000. A matéria é cheia de destaque com duas fotos a legenda “*Sem-teto preparado para reagir à desocupação da Arse 132, ocorrida ontem, que teve a presença de mil homens da PM*”. A primeira (à esquerda) enquadra os sem-tetos com porretes; e a segunda (à direita) destaca a polícia com os escudos. Tem como chamada de capa “Operação retira invasores de quadra”. A reportagem apresenta cinco títulos acompanhados de fotos com legendas enaltecendo a atuação da Polícia Militar. Apresenta um quadro com o título *Saldo* onde mostra os sem-tetos presos, feridos, a quantidade de famílias retiradas e a quantidade policial usada para operação de retirada na qual apenas um ficou ferido.

*Titulo1-Operação policial retira invasores da Arse 132*

“Após 2 horas e meia de conflitos, cenas de desespero e muita correria, a Polícia Militar conseguiu retirar na manhã de ontem, mais de mil famílias que ocupavam o acampamento Olga Benário, na Arse 132, em Palmas. A desocupação foi feita com o auxílio de uma força de mil policiais militares, que fizeram cumprir o mandado de reintegração de posse [...]. De um lado, a PM usava bombas de efeito moral, cacetetes e balas de borracha. Do outro, os sem-teto tentavam reagir a desocupação com pedaços de pau cravados de pregos, barricadas incendiárias de pneus e até coquetéis Molotov. [...], as cerca de 1000 famílias que haviam ocupado a Arse 132 há aproximadamente dois meses tiveram um prazo legal para retirar seus pertences, mas muitos, alegando não ter para onde ir, nem como retornar ao aluguel, resolveram permanecer no local mesmo sabendo que havia um mandado judicial para sua retirada. A desocupação com uso da força policial foi decidida depois de reiteradas reuniões entre Ministério Público, Igreja, Centro de Direitos Humanos de Palmas e as

lideranças dos sem-teto, que não haviam chegado a uma acordo. [...]” a foto destaca a legenda “*Sem-teto é retirado de barraco pela PM, imobilizado e depois levado detido para o 2º. Distrito Policial de Palmas*” (Foto 1).

Ao ler a matéria fica evidente que o jornal enaltece a ação de reintegração de posse executada pela Polícia Militar, isso fica claro tanto na narrativa textual e no enquadramento imagético, destaca a força da polícia em retirar os sem-tetos dos barracos. Outra observação é que a narrativa pode dar a ideia de exagero da força policial pois também destaca a expressão “famílias” aliada ao termo “ocupação”. A matéria é acompanhada de foto com legenda “*Trator derruba barracos, enquanto família recolhe pertences*” (Foto 2). (Ver Anexo J)

*Título 2- MP acompanhou toda ação*

“Acompanhando os trabalhos da polícia, a promotora Maria Roseli de Almeida Ranieri, estiveram todo o tempo no. “acampamento junto aos policiais”. “O Ministério Público se faz presente para acompanhar de perto os acontecimentos no sentido de dar maior tranquilidade aos cidadãos como também aos policiais, para que a calma prevaleça e o direito das pessoas sejam garantido”, explicou. Presente na maioria das ações policiais o promotor Alcir Ranieri, afirmou que não houve excessos, mas o choque inicial entre policiais e sem-teto ocorreu em função da resistência do grupo em não querer ser retirado do local. Também esteve presente no local o promotor criminal Edson Azambuja, segundo o qual não houve tanta violência, apesar dos ânimos estarem exaltados. “Nós fizemos várias reuniões com a intenção de chegar a uma negociação pacífica e por isso, existe certa tranquilidade aqui, mas o Governo precisa olhar com mais carinho para essas pessoas ficando cada dia mais exclusas da sociedade”, disse o promotor.”.

Nesta narrativa o veículo apresenta a fala do representante do Ministério Público Estadual afirmando que não houve violência, mas apenas “ânimos exaltados”. Esclarece que houve várias reuniões para uma saída dos sem-tetos de forma pacífica no final da fala faz mea-culpa afirmando que o governo precisa olhar com mais carinho para essas pessoas, pois é a instituição que tem como dever cuidar dos direitos do cidadão. A fala oficial acaba por desvirtuar a luta e mostrar o poder público fez sua parte.

A narrativa do jornal faz referência que os sem-tetos cometeram crime em resistir e desobedecer à ordem de sair da área, em que se destaca a foto acima do título da matéria com a legenda “*Homens usavam porretes com pregos contra a polícia*” (Foto 3). Nesta matéria não explica porque os sem-tetos estão resistindo em não sair do local.

*Título 3- Sem-teto serão investigados*

“De acordo com a delegada Lindinalva Aquino, do 2º. Distrito Policial, todas as pessoas detidas pela polícia responderão inquérito por desobedecerem à ordem legal. Segundo o comando da PM, os policiais vão ficar de prontidão no local da invasão até que as famílias retirem todos os seus pertences do local. Quem tentar invadir o local novamente será detido. Dos dois dos líderes dos sem-teto, apenas um, Joselito Paiva Almeida, foi detido logo no início dos conflitos e levado para o 2º. Distrito Policial. O outro líder, conhecido como Benedito Pantoja, conseguiu escapar o cerco e não chegou a ser levado para a delegacia conforme informação da delega Lindinalva Aquino. Antes da operação de retirada Pantoja concedeu entrevista ao Jornal do Tocantins, por volta das 6 horas da manhã, disse “que a tendência era resistir contra a retirada, pois tudo que aquelas pessoas possuíam estava guardado naqueles barracões”. Eu mesmo vim do Pará para o Tocantins à procura de emprego e não tenho onde morar com a mulher e meus filhos. Essa casa que montei é, por enquanto, minha única expectativa”.

A quarta matéria possui uma foto com a legenda “*Policiais militares cercam casa de invasores que resistiam à desocupação e obrigam uma família a se retirar do local*” (Foto 4). A narrativa justifica assim a razão das ações violentas com os sem-tetos que estavam resistindo em deixar o local, por isso foi justificável o uso da força policial para obrigar a saída dos militantes. Como ilustração do tratamento que foi dispensado aos sem-tetos, destacamos o seguinte fragmento:

*Título 4- Cenas de violência foram inevitáveis*

“Apesar da presença do comandante do 1º. Batalhão de Polícia Militar de Palmas, tenente coronel Marielton Francisco da Silva e de dois promotores de justiça, pequenos e grandes excessos ocorreram na desocupação, a ponto do comando da PM chamar a atenção para o fato de que os policiais estavam ali somente para garantir a desocupação e não para derrubar casas. Uma bomba de gás lançada dentro de um barraco de lona causou espanto e indignação na dona de casa Rejane Gomes de Sousa “Eles quebraram meu guarda-roupas e ainda me deram um empurrão, além de assustarem minha filha com a bomba que jogaram aqui dentro”, reclamou. De acordo com o coronel, os policiais encontraram vários objetos utilizados pelos sem-teto, como facões, madeira com pregos na ponta, pedras e até coquetéis molotov. “A área foi totalmente desocupada e quem permanecer aqui estará descumprindo uma ordem judicial”. Quanto aos pertences, eles já tiveram prazo legal para retirá-lo. Das 24 pessoas detidas no conflito, seis tiveram ferimentos, a maioria cortes na cabeça e outros provocados, segundo os sem-teto, por balas de borracha.”.

Na última matéria da reportagem o jornal contextualiza a trajetória da ocupação, porém enfatiza que os sem-tetos não cumpriram a ordem judicial de reintegração de posse, por isso solicitou a ajuda da Polícia Militar para fazer cumprir o mandado de reintegração de posse (não tem foto).

*Título 5- A história da ocupação*

“Os sem-teto ocuparam as Arses 131 e 132 há cerca de 50 dias, ainda no período eleições e desde o início, as famílias vinham sendo comunicadas pela prefeitura sobre a ilegalidade da invasão. Durante todo esse tempo os sem-teto reclamavam de ações da PM, que estaria regulando a entrada e saída de pessoas no local. Os advogados do movimento chegaram a tentar na Justiça a garantia de permanência no local, mas a prefeitura acabou ganhando a reintegração de posse. Os invasores receberam um prazo de uma semana, a contar do dia 27 de novembro para sair do local. Como não cumpriram a ordem judicial, a Justiça pediu auxílio da Polícia Militar para retirar os sem-teto da quadra. Este já é o segundo acampamento em Palmas entre os anos de 99 e 2000, onde as forças policiais tiveram que ser empregadas”.

O episódio de retirada das famílias sem teto da quadra foi um marco divisional na forma de atuar do Movimento de Moradia, este saiu fragilizado, uma vez que as famílias foram espalhadas em vários locais da cidade como campo de futebol e as feiras cobertas que são espaços comuns na capital. Foram dois anos, como mostra o fragmento da matéria, em que o Estado usou a força para intimidar os atos de ocupação que o MNLM/TO realizava. A partir da violenta reintegração de posse o Movimento muda a estratégia e passa a não fazer mais ocupações em Palmas, como vimos nos capítulos anteriores.

A edição Nº. 1. 998, do Jornal do Tocantins publicada no dia 5 de novembro de 2000, um dia após a desocupação, foi selecionada para a análise qualitativa de conteúdo por causa de duas situações: a primeira por mostrar a condição dos sem-tetos; e a segunda para identificar qual a ação do Estado frente ao problema. A reportagem vem com chamada de capa “*Sem-teto vão para campo. Os sem-teto retirados da ARSE 132 estavam abrigados ontem, em um capo de futebol próximo à quadra. Outra parte foi levada para a feira coberta da Arse 122. A AD-Tocantins está listando as famílias*”. O título da matéria é “*Campo de futebol e feira abrigam sem-teto*”. Reforçando com subtítulo “*Após retirada de invasores, em Palmas, mais de 200 famílias ficaram sem ter para onde ir*”. A matéria é acompanhado de foto com legenda “*Até a tarde de ontem muitas famílias ainda estavam ao relento no local da invasão*”. Observa-se que o jornal, mesmo usando expressão como “*invasão*”, na matéria apresenta a situação crítica das famílias que foram retiradas da Quadra ARSE 132. Obviamente aqui está presente valores-notícia ligados ao interesse humano e empatia. Destaca que as famílias não têm para onde ir e estão ao relento, com os seus pertences. Informa que o Estado realiza um cadastro com o objetivo de atender às famílias. Esta narrativa pode ser interpretada como sendo um “reconhecimento” da luta do Movimento junto aos sem-tetos para conseguir a casa própria:

“Com a retirada dos sem-teto da Arse 132, em Palmas, numa ação realizada pela Polícia Militar na manhã de sexta-feira, cumprindo uma mandado de reintegração de posse expedido pelo juiz Sândalo Bueno, um grande problema social voltou à tona em Palmas”. Onde colocar as famílias desabrigadas, retiradas do acampamento Olga Benário, que realmente não têm para onde ir. Durante o dia de ontem os desabrigados contavam apenas com o auxílio de alguns caminhões da Prefeitura Municipal, que retiravam os pertences dos sem-teto e levavam até um campo de futebol, próximo a quadra Arse 122 a cerca de 500 metros do local da invasão, onde mais de 40 famílias já teriam passado a noite anterior com suas crianças e com o que sobrou da desocupação. Cercando todo o campo com barracas de lona as famílias buscavam durante todo o dia de ontem se organizar para não ficar sob a chuva [...]. O presidente da AD-Tocantins, Alexandre Ubaldo afirmou ontem que amanhã será lhe passado uma lista organizada pelo comandante do 1º. Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Marielton Francisco dos Santos, com o nome das famílias que não tem para onde ir. “Primeiramente nós vamos priorizar aquelas famílias que já estão cadastradas, e que não estavam em invasão [...]”.

Infere-se que, segundo a fala do representante do governo estadual, parece que as famílias que estavam nos locais descritos pela reportagem não serão atendidas pelo Estado, a matéria não explica quais critérios serão utilizados para beneficiar os sem-tetos que estavam na ocupação.

Na Edição Nº. 2.152 de 20 de maio de 2001, o Jornal do Tocantins apresenta um Caderno Especial Palmas 12 anos, na pág. 6, publica matéria especial com o título “*Falta de moradia ainda é um problema crônico*”. A reportagem expõem o problema da falta de moradia em Palmas, esclarece que este surgiu antes do início da construção da capital.

“O problema habitacional de Palmas existe desde a criação da Capital, quando o anúncio da construção de uma nova cidade no meio do Cerrado atraiu pessoas de todo o País. Buscando uma vida melhor e sonhando com a possibilidade de conquistar a casa própria, milhares de pessoas migraram para Palmas e esbarraram no primeiro problema. Onde morar? [...]. Os anúncios de liberação de lotes por parte do Governo acabou agravando o problema. Surgiram as invasões de terrenos públicos e a luta em manter um crescimento organizado na cidade. O presidente da Agência de Desenvolvimento do Tocantins (AD-TO), Alexandre Ubaldo, diz que existem casos de pessoas que não receberam seus lotes devido irregularidades constatadas em cadastro. Ele concorda que há mesmo um problema habitacional na cidade, como em todo o País, mas frisa que desde 1998 até hoje 3.600 famílias já foram beneficiadas com lotes. Para Alexandre o déficit habitacional da Capital hoje gira em torno de 7.600 casas.”

O representante do Estado que reconhece o déficit habitacional na capital narra o que está sendo feito pelo governo para resolver o problema da falta de moradia. A matéria

não apresenta foto e nem chamada de capa, no entanto destaca a fala do responsável do órgão que cuida da questão habitacional no Estado.

Em 26 de agosto de 2001, na Edição Nº. 2.236, o Jornal do Tocantins, publica três matérias dando ênfase para as ações que o governo estava realizando com objetivo a combater as “invasões”, destacava com a chamada de capa *“Ocupação de áreas públicas aumenta no Estado e gera reação do Governo”*, a reportagem foi publicada na Editoria de Estado, pág. 10 e era dividida em três títulos que destacavam as ações do governo para conter as “invasões”. O primeiro título afirma que *“Invasões começam a ser combatidas”*, segunda matéria enfatiza que *“Governo quer acabar com ocupações ilegais”*, na terceira abordagem a reportagem explica *“Incêndio em favela impulsionou”*. A reportagem é enriquecida com foto e legenda: *“Área do Setor Santa Bárbara, próximo ao Jardim Aurenny I, já está totalmente invadida”*.

O critério de escolha da edição para análise tem o propósito de demonstrar, o Movimento mesmo não coordenando ocupações, todavia não deixava de apoiá-las e apresenta dados sobre o déficit habitacional na capital. A matéria 1 explica detalhadamente a situação da habitação no Estado, destacando Palmas, que devido o grande fluxo de migrantes o governo reconhece que quase 50% da população moram em imóvel alugado. Aborda o Movimento Nacional de Luta pela Moradia positivamente, uma vez que este apresenta dados sobre o déficit habitacional em Palmas e no Estado confira o fragmento:

“O Governo do Estado do Estado, em parceria com a prefeitura de Palmas, lançou na última semana uma ofensiva contra invasores de áreas públicas no Tocantins. A ordem é desocupar todas as moradias instaladas de forma ilegal. A Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado ainda não possui um levantamento completo sobre essas regiões, mas segundo o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLML), só em Palmas existem 4,4 mil famílias ocupando áreas públicas [...]. Às vésperas de completar 13 anos de criação, o Tocantins já enfrenta um problema sério, comum nos estados mais antigos: as invasões em áreas públicas que são provocadas por falta de moradia suficiente para atender o grande fluxo de pessoas que chegam ao lugar atualmente. As ocupações de áreas públicas na cidade já fazem parte da história da criação de Palmas, pois a questão começou a existir por volta de 1993, três anos depois da implantação do município. O coordenador estadual do MNLML, José Pereira da Silva, diz que só na região norte de Palmas existem oito áreas invadidas, que estão espalhadas pela região das Arns 21, 43, 72 e 73 e Arns 51 e 61. Além dessas áreas está ocupada parte do Jardim Santa Bárbara em Taquaralto”.

A reportagem 2 destaca o título, “*Governo que acabar com ocupações ilegais*”, esclarece as ações do Governo do Estado para combater as “*ocupações ilegais*”. O termo tem sentido pejorativo. Embora use a sentença “*ocupação*”, que é acompanhado do adjetivo “*ilegais*”, denota ato proibido, criminoso e clandestino, com o objetivo de por fim às ações dos sem-tetos. A matéria detalha o conteúdo do decreto editado pelo Poder Executivo Estadual que cria o serviço de vigilância ao uso do solo, com a finalidade de evitar as invasões, tal ação do governo denota o quanto as ações do Movimento causou desconforto aos donos do poder. Enquadra os sem-tetos como invasores criminosos.

“Baseado no fato de que invasão é um crime, o Governo do Estado quer prevenir, controlar e erradicar as invasões de terras e ocupações irregulares nos municípios tocantinenses, principalmente em Palmas. Para isto, assinou um decreto criando o Sistema de Vigilância do Uso do Solo (Sivus). O grupo vai atuar na vigilância de áreas públicas e na desocupação das mesmas, caso venha ser invadidas. Com a formação do Sivus, a ordem é desocupar todas as áreas invadidas na Capital no interior. O coordenador do MNLM concorda que há pessoas que estão no movimento para tirar proveito, mas ressalta que a grande maioria está no local, porque realmente não tem onde morar. Por esse motivo, ele diz que ser difícil tirar o pessoal dos lugares onde estão alojados”.

A reportagem com título “*Incêndio em favela impulsionou...*” elabora um relato detalhado das ocupações que ocorreram em Palmas a partir de 1993 até 2000, e quais ações o governo estadual fez para coibir as “invasões”. A matéria explica que somente a partir de 1995 começa-se a ter um controle maior das “invasões”, confira:

“A facilidade do acesso a lotes na Capital, através de invasões começou a partir de 1993, segundo o presidente da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano (AHDU), Alexandre Ubaldo. Ele comenta que essa prática teve início depois de um incêndio, que houve na favela Cascalheira, uma das três principais favelas existentes na época, em Palmas (além dela tinha o Golfo Pérsico e a Kwait), onde hoje é a Arno 32. Foi a partir de 1995, que Ubaldo diz que começou a haver um maior controle de invasões na cidade, mesmo assim as apropriações de áreas públicas ainda eram uma realidade na Capital. Porém, no ano passado, uma invasão na Arse 132, que é destinado aos funcionários públicos municipais [...]. A desocupação do local rendeu até conflito com a polícia. Atualmente, a invasão maior na área da Capital está localizada na região do setor Santa Bárbara, em Taquaralto, onde, segundo estimativa da coordenação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, estão instaladas mais de 2 mil famílias”.

Percebe-se que o governo, através do representante da agência que cuida da habitação no Estado, está fazendo crítica ao governo anterior, de Moises Avelino (1991-

1994 do Partido da Mobilização Democrática do Brasil-PMDB)<sup>39</sup>, que “afrouxou” controle de acesso ao Plano Diretor da cidade, já citado neste trabalho. Os sem-tetos são enquadrados na categoria de “invasão”, criminalizando estes por não ter acesso ao direito garantido na constituição.

A seleção dessa edição do jornal para análise tem como referência a atuação do Centro de Direitos Humanos de Palmas – CDHP, que atua em parceria com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO, haja vista que, moradia é um Direito Humano, assegurado em lei. O periódico na Edição Nº. 2.422, de 9 de abril de 2002, ilustra na capa a *Foto-legenda Prazo – “Após medição da articuladora do Centro de Direitos Humanos (CDH) de Palmas, Fátima Dourado, parte das 21 famílias que ocupam área reclamada pela prefeitura- na 403 Norte (Arno 41) ganhou prazo até hoje para desocupar o local. Já as famílias que moram na área há mais tempo podem ser transferidas para uma área regularizada, após análise da Agência Municipal de Desenvolvimento Urbano”*. A reportagem é publicada na editoria Estado, pág. 7, com o título “Área pública será desocupada hoje”, a matéria não tinha foto.

A narrativa descreve a situação de 21 famílias que estão ocupando uma área que segundo a Prefeitura de Palmas é terreno público. Detalha a atuação do Centro de Direitos Humanos de Palmas (CDHP), na tentativa de retardar a desocupação, inevitável segundo a reportagem. Quando se examina o conteúdo da reportagem o enquadramento dispensado aos sem-tetos é de “ocupantes” e “invasores”, veja a abordagem:

“Parte das 21 famílias que ocupam uma área reclamada pela prefeitura de Palmas como área pública municipal, na quadra 403 Norte (Arno 41), tem até hoje para deixar o local. Isso porque numa decisão tomada ontem pela Agência Municipal de Desenvolvimento Urbano (AMDU), foi garantida, temporariamente, a permanência dos invasores que estão na área há mais tempo. [...]. Alguns moradores já estão na área há alguns anos como é caso de Josefa Carvalho da Silva, 61 anos, e de Lourenço Pindaíba, 55 anos, que há quatro anos residem no local. Em situações como essas a presidente da (AMDU), Valéria Hollunder diz que será estudada uma forma para remanejar esses moradores para áreas regularizada. Num levantamento feito pelos próprios moradores, a pedido da articuladora do CDH de Palmas pelo menos 132 pessoas vivem na área. A presidente da AMDU foi enfática ao declarar que a prática das invasões em Palmas será combatida mais agilidade de agora em diante”.

Ao observamos a fala da presidente da AMDU, depreende-se que a Prefeitura não apresenta nenhuma alternativa para solucionar o problema dos sem-tetos, sendo que o

<sup>39</sup>Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/avelino-moisés>>. Acesso em 18 de nov. de 2018.

discurso apresentado é que o executivo municipal usará apenas o poder de polícia para fazer a retirada dos ocupantes, que deve, inclusive, ser combatida com mais agilidade.

Já na cobertura da edição Nº. 2.588, de 19 de outubro de 2002, o MNLM/TO recebe referência positiva com o título da reportagem “*Movimento prepara diagnóstico habitacional*”, e subtítulo com um texto que reforça a ação propositiva indicada no título “*Os dados serão encaminhados até fevereiro a membro da equipe de transição do Governo Lula*”. A matéria é publicada na Editoria de Estado, pág. 9 contendo foto com a legenda “*Questão habitacional será discutida em encontro*”, a matéria não ilustra chamada de capa e nem foto-legenda.

A reportagem apresenta o trabalho que o Movimento está fazendo, um levantamento do déficit de moradia popular no Estado; no trabalho realizado é destacado que o maior problema habitacional acontece nas cidades de Araguaína e na capital. Explica que Yves Cabane, Coordenador de Gestão Urbana da Organização das Nações Unidas (ONU), solicita o relatório com o diagnóstico. Faz referência ao Estatuto da Cidade, quando explica que os instrumentos de gestão deste podem ser aplicados para regularizar áreas ocupadas há mais de cinco anos. Na fala do coordenador do Movimento, apresenta dois exemplos de ocupações que podem ser aplicados às ferramentas da lei, para regularizar duas áreas ocupadas na região sul de Palmas.

“O maior problema habitacional do Estado está em Araguaína, mas a Capital do Estado é campeã em especulação imobiliária, pois “é a cidade do País, onde o público não é dono de terrenos do município”. Diagnóstico ainda está em levantamento e não há dados concretos, mas a ação é do coordenador no Tocantins do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), José Pereira Silva que realiza de hoje até domingo o “IV Encontro Estadual de Habitação no Tocantins”. Por solicitação do Coordenador de Gestão Urbana da Organização das Nações Unidas (ONU), Yves Cabane, até fevereiro do próximo ano a conclusão de um diagnóstico habitacional no Tocantins deve ser encaminhado à coordenadora nacional do Fórum de Reforma Urbana, [...]. Segundo o presidente do MNLM, os integrantes do movimento já querem escolher os delegados que vão levar os dados precisos quanto ao problema habitacional no Estado. [...] a Lei 10.257 que trata do Estatuto das Cidades. Primeira de iniciativa popular, a lei obriga os municípios articular o plano diretor da cidade, de forma que os espaços destinados a áreas verdes ser ocupados, caso o município não esteja utilizando adequadamente e ainda obriga a regularização de ocupações irregulares depois de cinco anos. Apesar da ameaça de despejo, a ocupação do bairro Sol Nascente, situado na região Sul de Palmas é um exemplo apontado por Silva. A ocupação do Jardim Santa Bárbara também na região sul da Capital é outro exemplo citado pelo coordenador. Ali, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Silva lembra que 360 famílias serão beneficiadas com casas próprias e ainda há um

compromisso de o município ampliar o benefício para 901 famílias. ‘Mas tudo isso resultou da ação do movimento’, destaca”.

O diário enquadra o Movimento como propositor para ajudar a solucionar o problema da falta de moradia para famílias de baixa renda no Estado citando três vezes de forma positiva; ainda faz referência implícita quando informa que os resultados do estudo serão discutidos no Encontro Estadual. Percebe-se que o tratamento dispensado pelo jornal ao Movimento de Moradia e sua causa mudou, a abordagem está mais fundamentada e aprofundada, um dos motivos para tal mudança pode ser resultado das novas estratégias do MNLM/TO, a partir de 2000, com o fortalecimento do relacionamento com a imprensa de forma contínua. Contudo, inferimos que a mudança no contexto político nacional também contribui para a abordagem, pois o Estatuto das Cidades data de 2001.

Na Edição Nº. 2.721, de 27 de março de 2003, jornal apresenta a chamada de capa sem foto com o título: *“Áreas invadidas são desocupadas em duas regiões da Capital. Duas áreas consideradas irregulares foram desocupadas ontem em Palmas pela AD-Tocantins e pela Agência Municipal de Desenvolvimento Urbano (AMDU). Cerca de 200 famílias foram desalojadas do Sônia Regina (Taquaralto). A outra desocupação ocorreu na região norte próximo ao Condomínio Santo Amaro, onde moradores compraram terrenos de um loteamento clandestino tiveram que deixar o local”*. A reportagem foi publicada na Editoria de Estado, pág. 5 em duas matérias; a primeira com título: *“Desocupadas áreas invadidas em Palmas”* e subtítulo *“A retirada aconteceu ontem, em terreno em Taquaralto e em loteamento da região Norte da Capital”*, foto com legenda *“Morador assiste à derrubada de sua morada”*. A segunda destaca: *“Loteamento irregular é barrado pela AD”*, a legenda da foto explica: *“PM e tropa de choque participaram da operação”*.

A primeira matéria narra à retirada de cerca de 200 famílias na região Sul de Palmas (loteamento Sônia Regina). Explica que segundo a prefeitura os invasores já tinham recebido várias notificações para deixar a área. Alguns ocupantes explicam que não tem para onde ir. Como justificativa da prefeitura para realizar a reintegração esclarece que é para não causar o subdesenvolvimento da área.

“O município entrou, ontem, com liminar de reintegração de posse de uma área localizada na Fazenda Santa Bárbara, mais conhecida como Sônia Regina em Taquaralto, onde moram cerca de 200 famílias. Caminhões com fiscais da Agência Municipal de Desenvolvimento Urbano (AMDU) recolheram objetos dos moradores. Tratores derrubavam cercas e casas de madeira. Um dos moradores, Raimundo dos

Santos, recebeu das mãos do oficial de justiça o documento. “ Não sei o que fazer, não tenho para onde ir”. Segundo os moradores a invasão começou há mais de um ano. “Procuramos esta semana a prefeita para tentarmos encontrar uma solução para estas famílias, mas ela disse que não podia fazer nada por nós”, falou a representante dos moradores, Josineide de Oliveira. [...] O advogado-geral do município, Paulo Leniman, afirmou que várias notificações foram entregues as famílias para que elas deixassem a área. “Estas famílias devem retornar onde viviam. “Não podemos promover o subdesenvolvimento, atendendo aquela área e deixando de atender outros setores com moradores que residem em Palmas a(há) mais tempo”, declarou Leniman. O material recolhido na invasão, segundo o advogado, foi levado para a Agência de Desenvolvimento e estará a disposição das famílias 24 horas depois da retirada”.

Na reportagem os sem-tetos são tratados como obstáculos ao desenvolvimento daquela área, o poder público municipal não reconhece a necessidade dos sem-tetos e muito menos vê na ação um apelo para a solução do problema social. O jornal destaca a ação da Prefeitura e os sem-tetos são enquadrados com os invasores.

A reportagem descreve a perplexidade dos ocupantes da área ao verem os barracos desmontados/destruídos pelos agentes da Agência de Desenvolvimento do Tocantins (AD-Tocantins) acompanhado da Polícia Militar-PM; narra à história do sem-teto José Maria dos Reis, que têm três filhos e não possui casa própria, e que já havia construído sua moradia. A foto mostra a pá carregadeira utilizada pelo Estado derrubando sua casa. O sem-teto afirma que já tinha pagado R\$ 1.000,00 pela compra do lote.

“Segundo o gerente técnico da AD-Tocantins, José Carvalho Filho que comandou a operação, o local integra a Área de Expansão do Plano Diretor Norte e, portanto, o loteamento já com ruas abertas e lotes demarcados por piquetes é ilegal. [...]. Filho lembrou ainda que o próprio Condomínio Santo Amaro também é irregular e encontra-se em processo de tramitação no Ministério Público Estadual. [...] Segundo Filho antes de efetuar a compra de um lote a pessoa deve certificar junto à Agência, ou na Prefeitura se o loteamento está regular”.

Como denota a narrativa existe a falta de políticas públicas de habitação de interesse social contribuiu para que as pessoas de má fé se aproveitassem da condição dos sem-tetos que na expectativa de ter a casa fazia a aquisição de imóvel não regularizado segundo a prefeitura. Atualmente o Setor Santo Amaro é totalmente regularizado. A ocupação não foi organizada pelo MNLM/TO, por se tratar de um loteamento que já tinha sido comercializado, mas o Movimento apoiou a luta dos moradores no processo de regularização.

Uma publicação do diário ajuda a compreender o novo *modus operandi* do Movimento Nacional de Luta pela Moradia depois de ficar “recolhido” sem liderar nenhuma ocupação e nem realizar grandes manifestações, e em 17 de junho de 2003 realiza a primeira grande marcha depois desse período de recolhimento. O Jornal do Tocantins na Edição Número 2.790 de 18 de junho de 2003 ilustra na capa a foto-legenda “Estado e sem-teto discutirão moradia. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e o Governo do Estado começam a discutir no dia 5 de agosto uma agenda para tentar minimizar o problema da falta de moradia em Palmas. O canal de diálogo foi aberto ontem, depois de manifestação do movimento em frente do Palácio Araguaia”. A reportagem foi publicada na Editoria de Estado, pág. 6, está dividida em duas subretrancas: a primeira destaca com o título: “Governo abre diálogo com grupo de sem-teto”, esse título vem acompanhado de foto e legenda: “Representantes do movimento fizeram manifestação em frente ao Palácio Araguaia ontem”; na segunda o periódico destaca que “Movimento faz cobrança de lotes prometidos”, sem foto.

A reportagem apresenta o resultado da reunião dos líderes do Movimento com o governo e parlamentares da oposição ao governo e mostra ação proativa do movimento como líder do grupo de sem-tetos. Informa que do encontro ficou construída uma agenda positiva. Explica ser esta a primeira vez que representantes do Movimento de Moradia são recebidos pelo governo estadual com o objetivo de discutir o problema e juntos buscar uma solução para o déficit habitacional, não só em Palmas, mas no Estado.

“Representantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), e do Governo Estadual, por meio da Agência de Desenvolvimento Urbano do Tocantins (AD-TO) e da Secretaria de Governo e com apoio de deputados estaduais do grupo oposicionista, vão iniciar no dia 5 de agosto, às 15 horas, na Sala de reuniões da Presidência da Assembleia Legislativa, a confecção de uma agenda positiva para minimizar o problema da falta de moradia na Capital especialmente para as camadas menos favorecidas da população. O agendamento da reunião marca o início do diálogo entre Governo e MNLM, jamais ocorrido no Estado. Para Bismarque Roberto de Sousa Miranda, o agendamento da discussão marca um novo tempo para o movimento. Segundo ele, na reunião em agosto a coordenação do MNLM apresentará suas propostas. Ele adiantou que se o Governo acenar com lotes, o movimento tem condições de viabilizar a construção das moradias, por meio de cooperativas que já vêm sendo criadas com esse fim”.

O jornal aborda na matéria que o MNLM faz cobrança ao Chefe do Executivo Estadual dos 30 mil lotes prometidos em 2000. Explica que o Movimento solicita ao Estado que revogue a lei que criou a Orla S/A. O Estado esclarece que está buscando

atender as demandas de falta de moradia, justifica que o problema não é resolvido tão rápido, afinal não se faz um bairro da noite para o dia, pois levar a infraestrutura básica custa caro, justifica.

“Durante a reunião, os coordenadores do movimento apresentaram a cobrança da promessa, feita conforme eles em setembro de 2000, da distribuição de 30 mil lotes e da construção de 21 mil casa para a população de baixa renda. Eles também reivindicaram a anulação da Lei Estadual 1.363 de 31 de dezembro em que o Governo do Estado transferiu lotes públicos da Capital para a empresa Sociedade Orla Participações e Investimentos S/A. Os manifestantes alegaram que os preços dos lotes negociados pela Orla não tem preços acessíveis para a maioria da população e que isso contraria a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, mais conhecido como Estatuto da Cidade. A coordenação do MNLM estima que só na Capital haja um déficit de 25 mil moradias. O Governo do Estado, por meio do presidente da Agência de Desenvolvimento Urbano do Tocantins (AD-TO), Alexandre Ubaldo argumentou que não houve a promessa de distribuição de 30 mil lotes. Segundo ele, ainda em 1998 foi elaborado um cadastro para recebimento de 20 mil lotes. O presidente da Agência explicou que dotar um loteamento como o Taquari I com infraestruturae transporte (água, energia, escola, posto de saúde e transporte) é o mesmo que formar uma cidade do porte de Taguatinga e que isso é muito caro para o Estado [...]. Quanto a Orla Ubaldo disse que o Governo continua no comando, apenas deixou de ser ele mesmo a grande imobiliária do Estado”.

Na presente edição fica explícita a mudança de enquadramento que o Jornal dispensa aos sem-tetos, esta é a primeira identificação do destaque na capa apresentando a ação do Movimento como representante e interlocutor com o Governo, que se reúnem para juntos buscar uma solução ao problema da falta de moradia, como atores centrais do processo. Destaca que houve uma mudança na atitude do Poder Executivo Estadual, ao informar que é a primeira vez que ocorre esse tipo de encontro. Em toda a reportagem os sem-tetos são enquadrados como colaboradores do Estado para solucionar o déficit habitacional em Palmas. Na abordagem do diário, pode-se inferir que o contexto político e o trabalho de relacionamento com atores externos que o MNLM/TO desenvolvia contribuíram para o novo enquadramento dos sem-tetos.

Na Edição Nº. 3.061 de 3 de maio de 2004, o jornal apresenta uma reportagem destacando os loteamentos irregulares, ilustra na capa uma foto com a legenda “*Vista do loteamento irregular na região dos Aurenys, segundo a prefeitura de Palmas*”. Apresenta a retranca com o período de texto: Moradia – “*Farra de loteamento irregular. Cerca de 800 famílias estão nessa situação na Capital; Movimento pela Moradia diz que há mais*”. A reportagem é publicada na Editoria Estado, pág. 3, com título e subtítulo “*Palmas têm*”

*800 famílias em locais irregulares” “AMDU informa que os loteamentos União e Irmã Dulce têm problemas; MNLM aponta mais outras áreas”.*

A reportagem apresenta a situação dos loteamentos irregulares em Palmas, reconhece apenas 800 famílias que estão nesta situação em dois loteamentos. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia aponta um número maior de famílias e em outros loteamentos que estão irregulares. A prefeitura informa que as invasões existentes no centro da cidade já foram resolvidas.

“Cerca de 800 famílias moram em loteamentos irregulares na Capital, segundo dados da Agência Municipal de Desenvolvimento Urbano (AMDU). De acordo com a presidente da Agência, Valéria Hollunder, os loteamentos são União que atualmente conta com aproximadamente 300 famílias, e o Irmã Dulce, com 500, ambos localizados entre os Jardins Aurenny III e IV região Sul. Ainda segundo Valéria, as áreas estão em processo de regularização. Já o membro da coordenação estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Hilton Faria da Silva, afirma que estão irregulares, também, o Condomínio Santo Amaro, na região Norte a área verde do Jardim Sol Nascente em Taquaralto e algumas áreas verdes espalhadas pela cidade. De acordo com o membro do MNLM, Hilton Faria da Silva, um levantamento realizado pelo Governo Estadual, em 1998 apontou um déficit habitacional em um número superior a 20 mil famílias. Ele disse, no entanto, que o MNLM, em Palmas, é composto por 8 mil famílias. A prefeitura também trabalha com número aproximado de 8 mil”.

O enquadramento que o jornal dispensa ao Movimento é de propositos, ou seja, mesmo questionando dados oficiais e a observação tem a finalidade de ajudar a resolver o problema da falta de moradia na capital, constata-se que o jornal mais uma vez trata o Movimento como um agente legítimo para tratar do problema social que necessita de políticas públicas para ser solucionado.

Outra matéria que merece uma observação mais detalhada no presente estudo é a da Edição 3.083, de 4 de junho de 2004, por esta destacar a manifestação do Movimento de Moradia que tem o objetivo de pressionar a Prefeitura de Palmas que está demorando em colocar infraestrutura básica na quadra conquistada, a conquista da quadra foi resultado da manifestação de 18 de junho de 2003. O protesto foi noticiado pelo jornal na capa com foto-legenda com retranscrição *“Moradia, e chamada Reivindicando obras de infraestrutura na quadra 1.306 Sul (Arse 132), cerca de quatro mil pessoas, segundo a Polícia Militar, fizeram manifestação pelas ruas da Capital ontem, no Dia Nacional de Luta pela Moradia”*. Representantes do movimento foram recebidos pela prefeita Nilmar Ruiz, que afirmou que a prefeitura está impossibilitada de atender ao pleito este ano em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal. O movimento vai tentar recursos junto ao Governo

*Estadual e Federal. A matéria sem foto, com título “MNLM que regularizar quadra”, publicada na Editoria de Estado, pág. 3.*

“Cerca de quatro mil pessoas segundo a Polícia Militar participaram ontem de manhã no Dia Nacional de Luta pela Moradia, de um ato público na Capital reivindicando a Prefeitura Municipal a regularização da quadra 1.306 Sul (Arse 132), com a abertura de ruas e implantação de rede de água e energia elétrica. A prefeita Nilmar Ruiz recebeu uma comissão do Movimento por aproximadamente duas horas, mas ao final da reunião, o impasse continua. “Voltamos à estaca zero”, afirmou o membro da coordenação estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Bismarque Roberto de Sousa. De acordo com o movimento, os primeiros entendimentos com o Governo Estadual e a prefeitura contemplavam o assentamento de 1.250 famílias de baixa renda cadastradas no MNLM. Mas foi feito um novo projeto pela prefeitura reduzindo para 950 lotes. “Diminui o número de famílias, mas as pessoas vão viver com maior qualidade de vida com escolas, área verde, como em todas as outras quadras da Palmas”, explicou Nilmar.

O tratamento do jornal para a ação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia-MNLM, mesmo em uma ação reivindicatória ao poder público, foi positiva. Depreende-se que tal comportamento do veículo em dispensar tratamento positivo aos sem-tetos, mesmo quando protesta, tem como plano de fundo o contexto político em nível Estadual e Nacional e a prática de Assessoria de Imprensa do Movimento.

A Edição Nº. 3.390, de 12 de maio de 2005, noticia com destaque na chamada de capa e retranca *“PESQUISA: Ipea aponta Estado como um dos piores em saneamento. Dados de 2003 revelam que 78,1% dos tocantinenses vivem sem esgoto”*. Contrariando o texto que aponta os dados positivos da pesquisa ilustra com uma foto e legenda: *“Patrícia Ferreira, acesso à água através de gambiarra: “a gente vive num verdadeiro inferno”*“. A reportagem apresenta o título *“Movimento contesta dados positivos”*, na Editoria de Estado, pág. 6.

A pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), apresenta dois índices positivos no Tocantins, os quais o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) não concorda porque conhece a realidade dos sem-tetos *in loco* em Palmas e no Estado, por isso fez crítica ao dados positivos.

“Integrante da coordenação do MNLM Bismarque Roberto Miranda, contesta a pesquisa, mas apenas nos dados positivos. Ele afirma que cerca de 40% da população do Estado vivem em casas irregulares, e não apenas os 2,4% apontados na pesquisa. Quanto ao gasto excessivo com aluguel, Miranda acredita que 20% do total da população do Estado (e não os 16,6% apontados pela pesquisa) comprometem sua renda com o pagamento de aluguel”.

Assim, ao lhe dar voz, o enquadramento que o jornal dispensou ao MNLM/TO foi positivo, especialmente por buscá-lo como fonte para contestar a pesquisa realizada por órgão federal, subentendendo que o jornal reconhece que o Movimento tinha dados que condiziam com a realidade do Estado.

A escolha do conteúdo da Edição Nº. 3.447 de 13 de agosto de 2005 para análise teve como critério a ação política do Movimento, sendo o protesto tinha como objetivo avançar ainda mais na implantação de políticas de habitação popular, bem como o tratamento que o jornal destinou ao ato. Ficou evidente que o jornal deu relevância a uma causa válida do MNLM quando o destaque na capa com foto-legenda e retranca “*MORADIA - Integrantes do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNML) voltaram a cobrar ontem, durante passeata em Palmas, políticas voltadas para Habitação Popular. O Movimento pretende enviar ao Governador Marcelo Miranda e ao Prefeito Raul Filho um documento com 14 reivindicações*”. O título da reportagem vem acompanhado de retranca “*MOVIMENTO PELA MORADIA: Manifestação reivindica melhores condições*”, publicada na Editoria de Estado, pág. 6. A matéria apresenta uma manifestação realizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), com o objetivo de chamar a atenção das autoridades sobre as condições de quem vive sem casa própria.

“Cerca de 200 pessoas participaram de uma manifestação para reivindicar melhores condições sociais e implantação de políticas públicas para o desenvolvimento das cidades. A atividade foi coordenada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), em parceria com diversas organizações não governamentais. Das reivindicações, eles leram inclusive a Plataforma de Reivindicações, contendo 14 itens, que será encaminhada ao governador Marcelo Miranda e ao prefeito de Palmas, Raul Filho. Segundo o coordenador do movimento na Capital, frei José Afonso de Oliveira, o objetivo da marcha, cuja programação acontece em diversas capitais do País, é divulgar as propostas da Reforma Urbana, que será discutida em Brasília, nos dias 15 e 16 de agosto. “Temos uma carta mundial dos direitos das cidades. “Nós queremos que o presidente Lula assine essa carta”, segundo o coordenador.

Fica nítido que o Jornal do Tocantins muda a abordagem a causa dos sem-tetos percebida a partir de 2003, o tratamento corrobora para a hipótese da pesquisa, no entanto é necessário reconhecer que o Movimento também mudou.

Outra matéria que chamou a atenção foi a que fez referência ao desempenho político do Movimento, em 2004 elegeu um representante para a Câmara de Vereadores da capital, pelo Partido dos Trabalhadores (PT); em 2006 o Movimento decide declarar apoio ao Governador Marcelo Miranda (PMDB) e candidato à reeleição. De acordo com o

recorte temporal da pesquisa é a primeira vez que o Movimento é noticiado na Editoria de Política, pág. 4B, da Edição Nº. 3.755, de 17 de agosto de 2006, a reportagem apresenta título com retranca “*ELEIÇÕES*, com título *Peemedebista conversou com membros do MNLM em Palmas e Tucano circulou pela Região e Porto Nacional. Siqueira fala de estrada e Marcelo, de habitação*” estampa o texto com foto e legenda “*Marcelo (E) em reunião com membros do MNLM em Palmas*”. A reportagem não apresenta chamada de capa e nem foto-legenda.

A matéria apresenta a agenda dos dois candidatos a governador do Tocantins que estão liderando as pesquisas eleitorais para o cargo. Destaca os temas que cada postulante ao cargo discute durante as atividades de campanha. Explica as razões que levaram o Movimento de Moradia a declarar apóio ao peemedebista Marcelo Miranda.

“Os dois candidatos que lideram as pesquisas Siqueira Campos (PSDB) e Marcelo Miranda (PMDB), fizeram atividades diferentes ontem. Habitação foi à tônica do discurso do candidato a reeleição da coligação Aliança da Vitória, ontem, na praça da 1.206 Sul. E não poderia ser diferente. Ali se concentraram cerca de 200 pessoas que participam do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). Antes o governador visitou a 1.306 Sul, onde está sendo desenvolvido o projeto Construindo Juntos. No local, serão erguidas 1.180 casas destinadas aos cadastrados do MNLM. Com candidatos filiados ao PT, o movimento decidiu apoiar a reeleição de Marcelo Miranda “por todo o avanço que houve na política habitacional durante o seu Governo”, segundo informou o coordenador estadual do MNLM, Alecsandre Oliveira”.

Ao declarar apoio ao candidato à reeleição o Movimento estava buscando avançar nas políticas públicas de habitação de interesse social, uma vez que o diálogo com o governo estadual iniciou-se em 2003 e ampliou, devido à conjuntura política favorável nos três níveis da gestão pública, tendo em vista que o governo estadual trabalhava alinhado com os governos nacional e municipal, estes petistas. O fato de o Movimento não apoiar o candidato a governo que fez coligação com o PT era segundo o MNLM/TO se justificava porque este não representava os sem-tetos.

A seleção da Edição 3.594, de 5 de fevereiro de 2006, tem sua relevância para análise por ser uma reportagem especial sobre habitação em Palmas e no Estado. Logo na capa o jornal destaca com Fotolegenda: “*Favelas- Em seus 17 anos Palmas convive com o paradoxo de uma cidade planejada e moderna que contrasta com as favelas, redutos que já surgem em algumas de suas regiões (foto), onde cerca de 20 mil famílias vivem em condições precárias. Onze delas segundo o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) seriam resultados, principalmente, do desemprego. O secretário Eduardo*

*Manzano (Desenvolvimento Urbano e Habitação) diz que o problema vem sendo atacado de forma completa e complexa. As favelas surgem também em cidades do interior, onde os governos tentam minimizar a situação através de programas como Cheque Moradia, Meu Teto e Habitação para Todos Nós”.*

A matéria publicada na editoria de Estado, pág. 6, apresenta no título as causas da quantidade de assentamentos precários: *“Problemas sociais como o desemprego e o baixo grau de instrução podem ser os principais causadores do surgimento de favelas na Capital e no interior. Em 17 anos, Palmas já tem 11 favelas”*, ilustra o texto com duas fotos que mostram a realidade dos moradores das favelas: legenda foto 1: *“Casal Maria e Antônio de Souza acredita que a casa própria soluciona falta de perspectiva”*; legenda foto 2: *“Mara das Graças, apesar do pouco conforto da moradia, mantém a casa limpa e em ordem”*.

A matéria apresenta o problema das favelas tanto na Capital, quanto no Estado. Descreve quais as ações estão sendo realizadas pelo governo estadual e municipal para resolver o problema do déficit habitacional, na Capital e no interior do Estado. Infere-se que o jornal tem o objetivo de entender o problema, pois busca ouvir autoridades, lideranças comunitárias, movimentos sociais e os moradores.

“Palmas é uma cidade planejada. Criada há 17 anos, a cidade possui traços modernos, avenidas largas, espaços de lazer e muita área verde. Vista do alta a Capital do Estado é bem dividida. Vista de perto, algumas quadras oferecem conforto e comodidade, enquanto algumas regiões carecem de infraestrutura. Segundo o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), a Capital já conta com 11 favelas espalhadas entre o Plano Diretor e a região Sul. A prefeitura entende o problema e aponta a falta de terreno como principal dificuldade em implantar mais programas habitacionais. Segundo o Coordenador Estadual do MNLN, Bismarque Roberto, no Estado existem cerca de 30 favelas. Só na Capital, são 11 favelas, sendo os pontos de maior incidência as regiões Norte e Sul. Coordenador aponta o surgimento de favelas tanto na Capital quanto no interior. “Percebemos, mas em Araguaína na região Norte são comuns esses aglomerados de famílias sem condições básica de moradia”. O secretário municipal do Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), Eduardo Manzano informa que a Prefeitura de Palmas está trabalhando a questão habitacional de forma completa e complexa. “Entendemos que a habitação não é só a produção de casas”. Tem o acesso ao lote, existe toda a estruturação da área junto à secretaria”, informou. Segundo o presidente da Agência Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (AHDU), Aleandro Lacerda, no ano passado a agência teria colocado à disposição do município duas áreas, sendo uma para o programa municipal *Meu Teto*, que já está em desenvolvimento e outro na região Norte próximo Praia das Arnos que ainda não foi micro parcelada”.

O problema da falta de moradia agora é tratado pelo Jornal do Tocantins como um problema de todos, isso significa dizer que o veículo de comunicação quer contribuir para

solucionar o problema do déficit habitacional para os pobres. A reportagem aborda os problemas que os moradores das ocupações enfrentam pela falta de infraestrutura, ouve os anseios e sonhos dos sem-tetos que moram nas favelas. Portanto, o enquadramento dispensado à causa do MNLM/TO é de reconhecimento da luta por políticas públicas de habitação de interesse social.

A Edição Nº. 3.915, de 1º. de março de 2007, estampa a “Foto-Legenda: **INVASÃO:** Santa Bárbara- Cerca de pessoas em 16 tendas de lona invadiram terrenos nas quadras 5 e 6 do Setor Santa Bárbara, em Palmas, há três dias. Elas afirmam ter vindo do Ceará em busca de melhores condições de vida e esperam que a prefeitura da Capital lhes dê um lugar para morar”. A matéria destaca no título: “Santa Bárbara - Cem pessoas ocupam área na Capital”, o texto é complementado com uma legenda: “Tendas foram erguidas há três dias e não oferecem nenhuma infraestrutura”, noticiado na Editoria de Estado, pág. 6.

A matéria descreve a situação das famílias que ocuparam duas quadras no Setor Santa Bárbara, em Palmas. Relata a postura da prefeitura em relação aos ocupantes.

“Cerca de 100 vivendo debaixo de lonas no Setor Santa Bárbara, região Sul de Palmas. O grupo diz ter vindo de Fortaleza (CE) e há três dias invadiram áreas localizadas nas quadras 5 e 6 daquele setor montando 16 tendas no local. Dentre o grupo a presença de crianças é grande, são cerca de 60. O local não possui nenhum tipo de estrutura com as chuvas, os lotes acumulam lama e muita sujeira. A Prefeitura de Palmas através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) informa que enviará uma equipe de fiscalização até o local com o intuito de verificar as condições da ocupação e da área ocupada a exemplo da propriedade do terreno. A prefeitura ressalta que, se o terreno for de propriedade do município, será providenciada a retirada dos ocupantes, [...]”.

O jornal trata os sem-tetos enquadrando-os em duas categorias: primeiro destacando a expressão “invasão”; segundo o descritor “ocupação”, que aparece na fala do representante da prefeitura, denotando mudança de abordagem do problema social.

A escolha da Edição Nº. 4.044, de 29 de julho de 2007, para finalizar a análise qualitativa do corpus, teve com critério o viés que a reportagem deu ao tema, com destaque na chamada de capa e retranca a política de habitação e a necessidade de tratamento mais completo do problema: “**HABITAÇÃO:** Beneficiados com lotes continuam em invasões. Alegação é que falta condições financeiras para construir no imóvel”, reforça a manchete com a legenda: “Deusida diz que não tem condições de construir no lote que ganhou no Taquari”. O conteúdo da reportagem é enriquecido com retranca e título “**HABITAÇÃO -**

*Constatação é da Seduh, que afirma que muitas das famílias contempladas em programas habitacionais acabam comercializando imóvel”. Beneficiados com lotes continuam em invasões, o texto é realçado com foto e legenda: “Levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano identificou 80 áreas ocupadas irregularmente em Palmas”, publicado na Editoria Estado, pág. 6.*

É uma matéria especial sobre os 18 anos da Capital que destaca o déficit habitacional e as 80 ocupações, numerando o quantitativo de famílias que estão nas áreas ocupadas. Relata quais as ações realizadas pela Prefeitura de Palmas para solucionar o problema. Explica que algumas famílias beneficiadas com programas habitacionais vendem os imóveis.

“Palmas tem 18 anos e seu déficit habitacional ainda é muito grande, nove mil moradias segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh). Em várias regiões da Capital, famílias ainda moram em áreas invadidas, vivendo em condições muitas sub-humanas. Em contrapartida, tanto o Governo do Estado quanto à prefeitura vêm na doação de lotes e casas um meio de acabar com esse problema e regularizar áreas invadidas que pertencem ao poder público. Mas o que acontece em alguns casos é que mesmo sendo beneficiados com imóveis, algumas dessas pessoas continuam nas invasões. Um levantamento feito pela Seduh diagnosticou 11 loteamentos e cerca de 80 áreas ocupadas irregularmente. Embora não disponha de números a Seduh informa que muitas dessas pessoas que se inscrevem em diversos programas quando são contemplados nem sempre ocupam o lote ou casa doados, acabam vendendo os imóveis e continuam nas invasões. Para combater esse tipo de atitude de alguns e dar habitação a quem realmente precisa, a Seduh ao realizar o cadastro de pessoas que buscam a doação de um lote ou casa, tem confrontado as diferentes listas de programas do Estado e até mesmo da prefeitura para verificar se essas pessoas já foram contempladas em algum dos outros programas”.

O Jornal do Tocantins no corpo do texto da reportagem enquadra os sem-tetos como invasores, no entanto chama a atenção para as condições sub-humanas que as famílias vivem nas ocupações, a prefeitura informa que muitas famílias já foram beneficiadas em programas habitacionais o que denota ser preciso desenvolver mecanismo das políticas públicas para diminuir essa prática. No contexto apresentado pela reportagem verificamos que houve maior destaque para o problema, parcialmente resolvido pelo poder público, que fez a doação do lote, mas não forneceu condições para a construção da moradia.

## 6. Considerações Finais

Durante a pesquisa foi possível perceber a importância do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins-MNLM/TO na organização dos sem-tetos, grupo composto por centenas ou milhares de trabalhadores que vieram para Palmas ajudar a construir a capital planejada, muitos atraídos pela intensa campanha publicitária que forjaram uma imagem de Eldorado, de desenvolvimento e de território de expansão econômica e social no Brasil. O Movimento trouxe à tona um problema político e social que poderia ter ficado à margem da opinião pública. Vimos ainda que tanto o contexto político quanto o amadurecimento do Movimento de Moradia em Palmas, especialmente ao refletir sobre a comunicação interna e com a imprensa, foram importantes para aos poucos tornar a sua imagem mais positiva.

Estes trabalhadores ao chegar a Palmas foram impedidos de morar próximo ao local onde estavam sendo erguidos os prédios oficiais e as casas de autoridades (governador, deputados, juízes) e empresários. Estas pessoas estrategicamente foram segregadas pelo poder público que usando o método de controlar os acessos ao centro da cidade por estes trabalhadores “*expulsava-os*” fornecendo benefícios como lote com material de construção em bairros periféricos criados especificamente para este fim. Eu e meu pai pudemos presenciar essa prática quando viemos à capital tentar uma oportunidade de melhorar a vida no início dos anos 90 fomos encaminhados para o Bairro Aurenny IV.

Como instituição formalizada a partir de 1995, o MNLM no Tocantins realizou grandes mobilizações para pressionar o poder público a fim de encontrar soluções para o problema da falta de moradia. Organizou várias ocupações em diversas áreas no Plano Diretor de Palmas, lutou, resistiu e conquistou muitas quadras no centro da cidade.

Ao analisar o material selecionado percebi que existiram dois momentos no enquadramento da cobertura da imprensa tocantinense sobre as ações de realizar ocupações no centro da cidade, isso implica dizer que de 1995 a 2002 o Movimento como organizador dos sem-tetos recebia tratamento pejorativo e com um tom que criminalizava os militantes com narrativas tais como: “invasores queriam um pedaço do cerrado”, “Polícia surpreende e invasão é frustrada” e “invasores serão investigados”. A partir de 2003 o MNLM/TO adquire maior destaque como organização formal, sendo destaque com chamada de capa do jornal pesquisado, quando realiza a maior manifestação popular rumo à sede do Poder Executivo Estadual e também passa a ser um efetivo negociador junto ao poder público.

Diante da constatação da mudança do tratamento que a imprensa tocantinense dispensou para o Movimento podemos inferir que a hipótese levantada no início da pesquisa foi confirmada uma vez que as mudanças no contexto político e de organização do Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Palmas estiveram acompanhadas de mudanças de enquadramento em que houve uma tímida abordagem positiva ao problema social, o que antes era renegado. Um destes contextos foi quando internamente o MNLM/TO percebeu sua força a partir do momento que o Governador Marcelo Miranda conversa com os representantes dos sem-tetos em 18 de junho de 2003.

Foi identificado que o Movimento também modificou a sua estratégia de atuar e de se comunicar. Depois do episódio da desocupação sofrida em 2000 o MNLM/TO temporariamente não realiza mais ocupação. Também compreende que é preciso falar a “língua da imprensa” para se fazer ouvido; para que isso pudesse ocorrer militantes começam a desenvolver Assessoria de Imprensa a ponto de o MNLM/TO chegar a pautar a imprensa. Como Meneses comentou, os movimentos descobrem que é preciso criar instrumentos e capacitar-se para “o planejamento, a gestão e o marketing de instituições do terceiro setor; para estratégias de captação de recursos; para sistematização de metodologias utilizadas nestas instituições; para a divulgação e avaliação das experiências” (BNDES apud MENESES, 2006, p. 4). No campo político o Movimento passou a se tornar agente propositor e colaborador na elaboração e implantação das políticas públicas de habitação de interesse social. Contudo, esta estratégia (necessária) contribuiu para que o Movimento se distanciasse um pouco das bases e se enfraquecesse como organização que pressiona o poder público na solução do problema da falta de moradia. Este cenário é destacado por Gohn (2004), uma vez que os movimentos sociais passam a se tornar mais institucionalizados, especialmente a partir dos anos 1990. Constatamos, entretanto, que as ações coletivas são instrumentos potenciais das camadas subalternas de se fazerem vistas e ouvidas e o MNLM não abandonou completamente estas ações.

Também ficou evidenciado neste trabalho que existem muitas pesquisas sobre a segregação sócio-espacial de Palmas, mas poucas falam da atuação do MNLM/TO, portanto existe um vasto campo, seja político, econômico, social ou comunicacional, para realizar pesquisas que busquem resgatar e registrar as ações realizadas pelo Movimento e sua imagem para a mídia, para os governos e para a sociedade, bem como sua contribuição para incluir os sem-tetos que sofreram o “*apartheid habitacional*” no início da construção da cidade.

Depois de analisar as matérias das edições do Jornal do Tocantins que apresentavam os descritores do *corpus* da pesquisa identificamos que os termos “ocupação” e “invasão” foram os mais utilizados para se referenciar às ações do Movimento, em detrimento de termos e expressões que poderiam destacar mais o MNLM/TO como um movimento social e a causa da moradia popular como um problema complexo na sociedade, especialmente em Palmas. Assim, o viés mais político dos movimentos sociais é menosprezado em relação aos “transtornos” que causam, nem sempre são vistos e representados como atores sociais competentes ou capacitados para discutir e negociar com os poderes constituídos sobre os problemas da cidade.

Assim, o veículo analisado promoveu mais as vozes oficiais do governo. Esta percepção é mais evidente no período que compreende os anos de 1998 a 2002. A partir de 2003 o Movimento começa a receber tratamento mais positivo por parte do periódico que passa a tratar as ações realizadas pelo MNLM/TO como uma organização que busca soluções para um problema social. Entretanto, ficou evidente que o diário privilegiou as vozes oficiais em detrimento das vozes dos militantes.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme do Couto de. Invasão ou ocupação? Ensaio sobre a função social da propriedade. 2011. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26812-26814-1-PB.pdf>. Acesso 02 nov. de 2018.

ALMEIDA, Wallissia Assis Cavalcanti Albuquerque de. Comunicação Interna nos Movimentos Sociais: a comunicação interna do Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Palmas. Anais... Encontro de História da Mídia da Região Norte, Palmas, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/noticias-dos-nucleos/artigos/Comunicacao%20Interna%20nos%20Movimentos%20Sociais.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. São Paulo, SP, Edições Graal Ltda, 2003.

ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa-Portugal: edições 70, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAZOLLI, João Aparecido. *Os Efeitos dos vazios urbanos no custo de urbanização da Cidade de Palmas-TO*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente. Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes, Petrópolis, RJ, Vozes, 2004.

BESSA, Kelly; LUCINI, A. C. G. C; SOUZA, J. A. N. Do plano à produção territorial da cidade: uma análise a partir da habitação em Palmas-TO (p. 125-154). In. *GeoTextos*, vol. 14, n. 1, julho 2018.

CARDOSO, Patrícia. Sistema nacional de habitação de interesse social à luz do novo marco legal urbanístico: subsídios para implementação nos estados e municípios lei federal nº 11.124/05. [Patrícia Cardoso, Paulo Romeiro]. – São Paulo: Instituto Pólis, 2008.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERRAZ, Sílvio. A corrida à última terra da promessa: a última fronteira. *Revista Veja*, edição Nº. 1.299, de 4 de agosto de 1993. Disponível em:

<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/1299?page=46&section=1&word=dia%20de%20agosto%20de%201993>. Acesso em: 25 jul 2017.

FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana. A cidade que queremos. Informativo semestral agosto/dezembro de 2007. Rio de Janeiro, 2007.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo; GÓES, José Cristian. Contribuições da teoria do enquadramento para compreender o sensacionalismo no jornalismo. *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, V.12, Nº. 22, p.291-310, (2013-2016). Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/6564/pdf>. Acesso em: 31 out. 2018

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia*. Ed. Loyola, São Paulo Brasil: 1991.

\_\_\_\_\_. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os Sem-Terra ONGs e Cidadania*. Ed. Cortez. 3 ed. São Paulo, SP: 2003.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Tradução Nestor Coutinho. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, RJ: 1991.

HÖFLING Eloisa de Mattos. *Estado e políticas (públicas) sociais*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf). Acesso em: 14 fev. 2018.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução Wladir Dupont. Xxxx, 2ª. Geração Editorial, 2005.

LEITÃO, José Carlos M.. *Tocantins: Eu também criei*, Brasília, DF: Edição JCL/Brasil, 2000

LIRA, Elizeu Ribeiro. *A gênese de Palmas–Tocantins*. A Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal. Goiânia-GO: Kelps, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Gênese de Palmas-Tocantins*. Dissertação (Mestrado). Programa pós-graduação em geografia, área de concentração, “desenvolvimento regional e planejamento ambiental”, da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente, SP, 1995.

McCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MENESES, Verônica Dantas. Comunicação social no terceiro setor: a busca de credibilidade na relação com o Estado. *Unirevista*, Vol. 1, n. 3, julho/2006. Disponível

em: <http://www.unirevista.unisinos.br/index.php?e=3&s=30&a=653>. Acesso em: 20. nov. 2017.

MIRANDA, Bismarque Roberto de S. *A Luta Pela Moradia nas Cidades Brasileiras: História da Ocupação da Quadra 1.306 Sul*, em Palmas. TCC- Trabalho de Conclusão do Curso Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros - UFMA- Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2005.

MNLM/TO, Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins. Arquivo do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia no Tocantins – Palmas - TO: Quadra 1.306 Sul, Alameda 25, Lote 32.

MORAIS, William C.; SILVA, Edna de Mello. A tematização da cultura no Jornal do Tocantins: do Arte & Vida ao Magazine. *Temática*, Ano XIV, n. 1. Janeiro/2018. NAMID/UFPB. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MOVIMENTO Nacional de Luta pela Moradia. **Anais** do I Seminário Nacional de Moradia Popular. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, Pastoral da Moradia de São Paulo. Janeiro de 1989.

\_\_\_\_\_. Arquivo do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM – São Paulo-SP: Rua José Córdoba, n.º 202, sala 03-sobreloja, Bairro Jardim Ataliba Leonel.

\_\_\_\_\_. Movimento, Nacional de Luta Pela Moradia. *Análise do processo de reforma urbana no Assentamento Canaã*. Disponível em: [www.mnml.org.br](http://www.mnml.org.br). Acesso em: 18 mai. 2016.

NASCIMENTO, Giovanni B.. Mobilização e desmobilização social em Palmas-TO; In: Josué Vieira Filho, Lúcia Maria Moraes, (Orgs). **Políticas sociais urbanas: a cidade para todos**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.

OLIVEIRA, Alecsandre A.. *A Relação do Jornal do Tocantins com o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia*. Monografia (Graduação). Bacharelado em Comunicação Social. Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO, 2008.

OLIVEIRA, Alecsandre A.; BIAVATTI, Cidiclei Alcione; MENESES, Verônica D.; ERTZOGUE, Marina H.. Charges e habitação: uma análise de imagem e discurso (p. 221-243). In: PÔRTO JR, G. et. al. (Orgs.). **Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo**, Vol. 2: Efeitos da Terceira Pessoa, enquadramento e teoria do cultivo [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS/Boa Vista: Editora Fi/Editora da UFRR, 2018. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em 15 set. 2018.

OLIVEIRA, Alecsandre A.; HENRIQUE, Joésia C.. Identidade do Território da Região Sul de Palmas. *Anais... II Jornada Interdisciplinar do PPGCOM/UFT*, Palmas, 2017, pp. 212-219. Disponível em: [www.uft.edu.br/ppgcom](http://www.uft.edu.br/ppgcom). Acesso em: 12 dez. 2018.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

PENTEADO, Claudio Luís de Camargo; FORTUNATO Ivan. Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. RBCS, vol. 30, n. 87, 2015. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/3087129-141/2015>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. Relatório do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais do município de Palmas. Relatório Final. Palmas: Prefeitura, 2001.

\_\_\_\_\_.Relatório 2006. Diretoria de Habitação. SEDUH - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Palmas: Prefeitura, 2006.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. *Modernidades tardias no cerrado: discursos e práticas na história de Palmas - TO (1990-2010)*. Tese (doutorado). UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2011.

RESENDE, Fernando. Cidade, comunicação e cultura: a diferença como questão. Logos, vol. 12, n. 01, set/2005. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/15305>. Acesso em: 11 nov. 2018.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Segregação socioespacial: contradições presentes em Palmas/TO. Risco, n.º. 9, 2009, Programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo. EESC-USP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44767>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SILVA, Maria José Antunes da. *Sujeito em cena: processos de organização dos movimentos sociais em Palmas/TO, 1989/2008*. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Departamento de Serviço Social, Goiânia-GO, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e os seus efeitos*. As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos *media* jornalísticos. Coimbra-Portugal: Edições Minerva Coimbra, 2000.

SOARES, Osvaldo. Mãos à obra pela casa própria. O GLOBO – Razão Social. N.º. 53, de 7 de out. de 2007.

SUZUKI, Flávia Hissaemi. *As ocupações dos movimentos de moradia em Palmas e a disputa pelo espaço urbano*. Monografia f. 115, Palmas-TO, 2016 -(Graduação em Arquitetura e Urbanismo)–Universidade Federal do Tocantins.

TEIXEIRA, Luís Fernando Cruvinel. A Formação de Palmas. Revista UFG, Ano XI, n.º 6, 2009, pp. 91-99. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48234/23590>. Acesso em: 26 mar. 2018.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*; tradução de Wagner de Oliveira Brandão, 10ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

## ANEXOS

ANEXO-A: Campanha publicitária da CONORTE, para criação do Tocantins

**Capítulo V**

**Para quem não apoia  
o Tocantins,**

**lembre-se:  
86 lhe espera.**

Para criação  
do Estado  
do Tocantins

**AVANÇAR** **SUMÁRIO**

José Carlos Leite  
Escritor  
**Tocantins**  
*Eu Criei*

## ANEXO – B: Relatório da primeira reunião dos sem-tetos com lista de presença

INFORMATIVO DA 1ª REUNIÃO DA LUTA PELA MORADIA

Durante a reunião foram discutido os seguintes pontos:

Quadra 73- Os moradores estão sempre com ameaça de despejo, já foram retirados 208 moradores, e os que ficaram, não sabem quando serão retirados e se forem retirados para onde vão. Há grande preocupação pois esta para chegar a estação das chuvas e até agora nenhuma providência no sentido de colocar infra-estrutura foi tomada. Segundo os moradores os poderes constituídos alegam que não tem condições de colocar infra-estrutura na quadra.

Sol-Nascente- Moradores ameaçados de despejo, não tem energia-elétrica, não tem água-encanada é uma calamidade. Alunos após o término da aula tem que fazer um trajeto perigosissimo no escuro.

ASRNE-15-Quadra sob júdice, ha a possibilidade da construção de um muro que vai atrapalhar muito a vida dos moradores. Ha falta de água, a área é considerada de serviços regionais(segundo o plano diretor).

Quadra 112- Foram feitas algumas valas que seriam para a encanação da água, mais a SANEMATINS não enviou a água.

Quadra 75-Loteada e distribuida pelo governo, alguns moradores tem documentos fornecidos pela CODETINS;

Hoje alguns moradores dividiram os lotes ao meio.

Alguns lotes foram doados no governo passado e agora o atual governo cobrará novamente. Principalmente na Vila União, Quadra 81 entre outras.

Moradores estão preocupados com a noticia de que o centro comunitário da Vila União será derrubado.

Existe uma Lei que protege os moradores nas quadras 31, 32, 33, 122.

Há conflito entre moradores das Aurenys, 3 e 4 em relação aos lotes vazios que tiveram a documentação anulada.

Palmas, 03 de Setembro de 1995.

*Joaquim P. S.*  
*Jamirina Lima*

08.09.95

Reunião no U.F. Independência (11)

às 11:45 no centro Comunitário.

- Moradores serão retirados mas ninguém sabe pra onde vai
- quem tem material comprado não sabe pra onde vai.
- Fizem mutirão do pessoal ficou 208 famílias pq não sabem qdo serão retirados.

Difficultades

- Não tem água
- energia
- segurança

- 1800hs se saiu foi sujeito a levar um boleço
- Tinetas são frequentes
- Escola bastante longe
- Não tem supermercado
- É feijão Arroz e ovo.
- Não tem comércios.
- Acompanhamento de plástico é dinheiro jogado fora
- É impossível construir.
- Todo trabalho é perdido

ANEXO – C: Jornal do Tocantins, edições 1.706, de 4 de dezembro e a edição de 1.708 de 7 de dezembro de 1999- Retirada de famílias de Quadras localizadas na Região Norte do Plano Diretor





Palmas, sábado, 4 de dezembro de 1999

Cidades

# Famílias são obrigadas a deixar área invadida

### Juiz determina cumprimento de posse e invasores são obrigados a desocupar quadra

MAX ANDRADE

A juíza substituta da 2ª Vara Cível da Comarca de Carvalho Henriques decretou na tarde de quinta-feira a desocupação imediata do terreno da Comunidade Irmãos, localizada na 804 Norte (Arué 71). A Polícia Militar começou a cercar a área por volta das 5 horas e, segundo alguns moradores, usaram bombas de efeito moral, mas esta informação não foi confirmada pelo secretário de Segurança Pública do Tocantins, Coronel Napoleão da Luz Sobrinho, que acompanhou a operação de perto. Ele disse que a desocupação foi pacífica e que a polícia só estava presente para garantir a ordem. A área já estava quase toda desocupada por volta das 10 horas, quando as famílias estavam se mobilizando para uma assembleia.



Policiais militares acompanharam a saída das famílias da área que estava invadida há 15 dias

Um dos líderes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNL), Jairo Pagano, disse que a parte jurídica da ação de desocupação é que não deixa um pouco temeroso. O Governo não foi servível em nenhum momento para entender que este povo é um povo sem teto", disse Pagano. Ele falou que o próximo passo é a contestação judicial da ação de desocupação e que este movimento é muito importante para que se

ache uma melhor política de loteamento para a Capital. O presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado (AD-TOcatingas), Alexandre Ubaldini, declarou por ocasião da ocupação da área, que o Governo não reconhece o movimento como legítimo, mas com carência de moradia, uma vez que usa estas famílias para ser promovido politicamente, estimulando a "indústria da invasão" e fazendo com que o Governo seja encarado como um vilão e não como um poder que está buscando soluções para o problema.

# Chuva causa transtorno na Capital

Os moradores da 612 Sul (Arué 85) estão passando por grande aperto sempre que chove na Capital. A falta de infraestrutura na quadra faz com que se formem grandes poças de lama provocadas pela água da chuva. Em algumas ruas o problema é mais grave, pois além da lama, que dificulta o acesso às casas e o tráfego de

veículos até de pedestres, a água chega a invadir algumas casas. A dona de casa Divalva de Souza Santos, grávida de quase nove meses, reside em um barraco que fica na Q1-7, 11, 71 da quadra. Ela enfrenta sérios problemas com o alagamento de sua casa, pois todas as vezes em que chove, ela é surpreendida pelas águas da

enxurrada que vêm das ruas de cima e acabam espalhando-a de casa. A Prefeitura da Capital informou, através de sua assessoria de comunicação, que não recebeu nenhum comunicado oficial sobre os problemas que a quadra está enfrentando por causa da chuva. Informou também que a quadra possui situação

completamente irregular, o que desobriga legalmente o poder público municipal de quaisquer obras de infraestrutura no local. Entretanto, o fato de estar sendo feito um estudo para ver que medidas paliativas poderão ser tomadas para evitar maiores transtornos para as famílias que residem no local. (Ivanyá Rodrigues)

# Lama provoca isolamento da população

de enormes buracos, fora a lama que dificulta a passagem de veículos e até mesmo de pedestres. "A gente fica isolada do resto da cidade", afirma a dona de casa Maria de Jesus Carvalho. No Jardim Tocantins, localizado em região extrema ao setor Novo Horizonte, a situação é a mesma. Os moradores reclamam que falta infraestrutura, principalmente quando o assunto é o asfalto. "No período das chuvas são os buracos e no

período da seca é a poeira. A nossa situação, é sempre complicada", afirma o secretário Solange Martins. No bairro Santa Rita, há anos os moradores esperam pelo benefício do asfalto e água encanada. Segundo eles, com as chuvas as ruas de terra ficam impraticáveis e a água das cisternas fica suja. "Sair de casa só de avião", ironiza a dona de casa Marliete de Andrade.

No centro da cidade o problema são os buracos no asfalto que ainda por cima acumulam a água. "Tem algumas locais que a situação é problemática, fora o carro da gente que vive quebrando", enfatiza o empresário Antônio Loureiro. O secretário municipal de Obras de Gurupi, Itamar Dante Zochi, foi procurado para falar sobre as providências que estão sendo tomadas para acabar com os problemas dos moradores, mas não foi encontrado pela reportagem.

Correspondente - Pela terceira ano consecutivo o município de Gurupi estará realizando a campanha "Natal na Capital da Amizade", que premia a residência e o comércio mais enfeitados com tema "Natal". Conforme o regulamento da campanha, só podem participar moradores e comerciantes individualmente e que fizer as inscrições até o dia 15 de dezembro na sede da secretaria municipal de Obras de Gurupi. De acordo ainda com o regulamento da campanha, fica proibido o comércio ocorrer na categoria residencial e vice-versa, como também a participação de funcionários do primeiro e segundo escalão da Prefeitura de Gurupi, mas bem ornamentadas e iluminadas vão ser premiadas com duas motos zero quilômetros.

# JTo faz encontro com distribuidores

Além de uma conversa entre as partes envolvidas na venda do JTo, o encontro vai servir para o pré-lançamento da venda de um CD com músicas natalinas. O CD "A vida de Jesus Cristo - nascimento e juventude", é narrado pelo ex-apresentador do Jornal Nacional, Cid Moreira, e contém músicas de Natal. A circulação do CD vai acontecer na edição do dia 12 de dezembro. A campanha na TV Anhanguera e no Jornal começa na segunda-feira e no domingo, dia 12, o leitor poderá comprar o JTo e com mais R\$ 4,50 levar o CD. (M.A.)

Além de uma conversa entre as partes envolvidas na venda do JTo, o encontro vai servir para o pré-lançamento da venda de um CD com músicas natalinas. O CD "A vida de Jesus Cristo - nascimento e juventude", é narrado pelo ex-apresentador do Jornal Nacional, Cid Moreira, e contém músicas de Natal. A circulação do CD vai acontecer na edição do dia 12 de dezembro. A campanha na TV Anhanguera e no Jornal começa na segunda-feira e no domingo, dia 12, o leitor poderá comprar o JTo e com mais R\$ 4,50 levar o CD. (M.A.)

Nome	Endereço	Premiação
Banka Fátima Santo Antônio	704 Sul (Arué 71)	Benedicto
Banka da 51	524 Sul (Arué 51)	Vilva Negreiros da
Banka Brasil	104 Sul (Arué 011 Centro)	Rozani Coelho
Banka Central	104 Sul (Arué 011 Centro)	Georget Corta
Banka da Prefeitura	Prça. São Francisco	Neilson Aguiar
Banka da Rodoviária	Rodoviária de Palmas	José Cosme Filho
Banka do Aeroporto	Aeroporto de Palmas	Elizete Aguiar
Banka de	Galeria JK	Dominique Netto
Banka Roma	Av. JK Centro	Hermando
Banka Fátima	Prça. São Sebastião	Wendell Sanches
Banka Nova	União de São João	Centro
Palmas Shopping	706 Sul (Arué 22)	Adriano Costa
Parfumerias Bragança I	108 Sul (Arué 11)	Andréia Costa
Parfumerias Bragança II	702 Sul (Arué 70)	Isolda Felipe
Parfumerias Fátima	932 Sul (Arué 93)	Adriano Moreira
Parfumerias Vozes	104 Sul (Arué 21)	Gil Marques
Costa Cristóvão	Av. República	Amândio Pereira

# Porto realiza mutirão de registros

A Comarca de Porto Nacional realiza até amanhã um mutirão de registros de nascimento, dentro da campanha nacional de Registro Civil, do Governo Federal, em parceria com estados e municípios. A banca estará

monhada no Edifício de Fórum, no setor aeroporto, antigo Meridional Hotel. Os interessados em fazer a primeira via da certidão de crianças de até 12 anos de idade devem comparecer ao local munidos de documentos pessoais. As informações foi repassadas pela juíza Helvécia Tália Sandes Pereira, de Porto. Já em Araguaína, o Cartório de Registro Civil já volta a percorrer os bairros da cidade na próxima terça-feira. De acordo

com o oficial do Cartório, Jardenir Jorge Frederico, a pausa é para contabilizar os números de novembro e também por falta de material de expediente usado na confecção das certidões. (Samuel Lima)

# Escola Agrotécnica está com inscrições abertas

Araguaína - A Escola Agrotécnica Federal de Araguaína está com inscrições abertas para prosseguir (1ª) vagas em quatro cursos técnicos, com 40 para cada curso. As inscrições vão até o dia 10 de dezembro e as provas serão realizadas no dia 12. A Escola de Araguaína possui uma média de 350 alunos, que estudam em regime de internato e semi-internato, fazendo os cursos de Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Pesca, Engenharia de Minas, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Química, Engenharia de Transportes, Engenharia de Turismo, Engenharia de Saúde Pública, Engenharia de Segurança do Trabalho, Engenharia de Saneamento Ambiental, Engenharia de Sistemas de Informação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia de Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Tecnologia de Materiais, Engenharia de Tecnologia de Plásticos, Engenharia de Tecnologia de Têxtil e Engenharia de Tecnologia de Alimentos.

As inscrições vão até o dia 10 de dezembro e as provas serão realizadas no dia 12. A Escola de Araguaína possui uma média de 350 alunos, que estudam em regime de internato e semi-internato, fazendo os cursos de Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Pesca, Engenharia de Minas, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Química, Engenharia de Transportes, Engenharia de Turismo, Engenharia de Saúde Pública, Engenharia de Segurança do Trabalho, Engenharia de Saneamento Ambiental, Engenharia de Sistemas de Informação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia de Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Tecnologia de Materiais, Engenharia de Tecnologia de Plásticos, Engenharia de Tecnologia de Têxtil e Engenharia de Tecnologia de Alimentos.

Cursos	Vagas	Idade
Arquitetura	40	16 a 24 anos
Arquitetura (M)	40	16 a 24 anos
Arquitetura (P)	40	16 a 24 anos
Arquitetura (R)	40	16 a 24 anos

# Cursos podem ser avaliados

O Ministério da Educação (MEC) realizou uma avaliação nacional de 103 cursos de graduação em Engenharia Civil e Administração de Empresas. O motivo foi avaliar e que todos eles obtiveram conceitos D ou E em três provas consecutivas ou C1 (Condições Insuficientes) na Avaliação das Condições de Oferta. No Tocantins nenhum curso foi avaliado porque ainda não obtiveram três notas ruins seguidas ou ainda não participaram de três avaliações pelo Proview. Segundo a assessora do MEC, a nota do Proview 99 sai no próximo dia 15 e os cursos que completarem três notas D ou E serão avaliados só no próximo ano.

Dois 101 cursos visitados pelo MEC, em todo o Brasil, não foram reconhecidos e agora têm seis meses para se reestruturarem e apresentar melhores resultados. No Estado, só o curso de Medicina Veterinária de Duinins de Araguaína já recebeu duas avaliações D, nos dois últimos anos. O levantamento foi feito pelo MEC

Araguaína - O curso de Administração de Empresas da Universidade Federal do Tocantins (UFTO) em Palmas, está com mais de 100 alunos matriculados. O curso é considerado um dos mais modernos do Tocantins. O curso de Administração de Empresas da UFTO em Palmas, está com mais de 100 alunos matriculados. O curso é considerado um dos mais modernos do Tocantins.

# Gurupi realiza campanha natalina

Correspondente - Pela terceira ano consecutivo o município de Gurupi estará realizando a campanha "Natal na Capital da Amizade", que premia a residência e o comércio mais enfeitados com tema "Natal". Conforme o regulamento da campanha, só podem participar moradores e comerciantes individualmente e que fizer as inscrições até o dia 15 de dezembro na sede da secretaria municipal de Obras de Gurupi. De acordo ainda com o regulamento da campanha, fica proibido o comércio ocorrer na categoria residencial e vice-versa, como também a participação de funcionários do primeiro e segundo escalão da Prefeitura de Gurupi, mas bem ornamentadas e iluminadas vão ser premiadas com duas motos zero quilômetros.

Correspondente - Pela terceira ano consecutivo o município de Gurupi estará realizando a campanha "Natal na Capital da Amizade", que premia a residência e o comércio mais enfeitados com tema "Natal". Conforme o regulamento da campanha, só podem participar moradores e comerciantes individualmente e que fizer as inscrições até o dia 15 de dezembro na sede da secretaria municipal de Obras de Gurupi. De acordo ainda com o regulamento da campanha, fica proibido o comércio ocorrer na categoria residencial e vice-versa, como também a participação de funcionários do primeiro e segundo escalão da Prefeitura de Gurupi, mas bem ornamentadas e iluminadas vão ser premiadas com duas motos zero quilômetros.

Nome	Endereço	Premiação
Banka Fátima Santo Antônio	704 Sul (Arué 71)	Benedicto
Banka da 51	524 Sul (Arué 51)	Vilva Negreiros da
Banka Brasil	104 Sul (Arué 011 Centro)	Rozani Coelho
Banka Central	104 Sul (Arué 011 Centro)	Georget Corta
Banka da Prefeitura	Prça. São Francisco	Neilson Aguiar
Banka da Rodoviária	Rodoviária de Palmas	José Cosme Filho
Banka do Aeroporto	Aeroporto de Palmas	Elizete Aguiar
Banka de	Galeria JK	Dominique Netto
Banka Roma	Av. JK Centro	Hermando
Banka Fátima	Prça. São Sebastião	Wendell Sanches
Banka Nova	União de São João	Centro
Palmas Shopping	706 Sul (Arué 22)	Adriano Costa
Parfumerias Bragança I	108 Sul (Arué 11)	Andréia Costa
Parfumerias Bragança II	702 Sul (Arué 70)	Isolda Felipe
Parfumerias Fátima	932 Sul (Arué 93)	Adriano Moreira
Parfumerias Vozes	104 Sul (Arué 21)	Gil Marques
Costa Cristóvão	Av. República	Amândio Pereira

# Voluntário

Encerrando a programação do Voluntariado, em Palmas, aconteceu a 3ª edição do Mutirão de Registro Civil, do Governo Federal, em parceria com estados e municípios. A banca estará

Encerrando a programação do Voluntariado, em Palmas, aconteceu a 3ª edição do Mutirão de Registro Civil, do Governo Federal, em parceria com estados e municípios. A banca estará

## ANEXO – D: Estatuto da SALM-TO.

DTP/PT. 1800/18 em 28/04/10 Pm 002/06

**Estatuto Social**  
**Sociedade de Apoio à Luta pela Moradia do Tocantins – SALM-TO**  
C.N.P.J. – 03.330.820/0001-30  
REFORMA ESTATUTÁRIA – APROVADA NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01/12/2007  
3224-5312  
**CAPÍTULO PRIMEIRO**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADE.**

Artigo 1º - A Sociedade de Apoio à Luta pela Moradia do Tocantins, também designada pela sigla SALM-TO, com atuação em todo o Estado do Tocantins e sede na Quadra ARSE 132, QI-01, Alameda 02, Lote 42, Palmas, Estado do Tocantins, é uma Associação Civil, de direito privado, de caráter habitacional, ambiental, social, educacional e cultural, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais que lhes forem aplicadas.

Artigo 2º - A SALM-TO tem como objetivos principais:

I – apoiar a luta pela Reforma Urbana, estimulando a aplicação dos instrumentos contidos na Lei 10.257/01 denominada Estatuto da Cidade;  
II – apoiar o Movimento Nacional de Luta pela Moradia e as articulações dos movimentos e organizações sociais que lutam pela reforma urbana;  
III – executar projetos, programas e parcerias de construção de moradia popular, equipamentos comunitários, atividades de educação popular, educação ambiental, esporte, lazer, cultura, democratização da informática, comunicação social, economia solidária, geração de trabalho e renda;  
IV – implementar experiências das diversas tecnologias para a produção de moradia popular e bairros auto-sustentáveis;  
V – estimular a parceria, o diálogo e solidariedade entre os diversos segmentos sociais, participando junto a outras entidades que visem interesses comuns;  
VI – participar dos Conselhos de Políticas Públicas visando o controle social nas instâncias Federal, Estadual e Municipal;  
VII – incentivar e mobilizar a comunidade para a prática de mutirões coletivos visando a melhor qualidade de vida da população;  
VIII – Defender os Direitos da Criança, Adolescentes, Jovens e Mulheres;  
IX – Defender os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

Artigo 3º - A SALM-TO, é isenta de quaisquer preconceitos ou discriminação relativa à cor, raça, credo religioso, classe social, orientação sexual, nacionalidade, concepção político-partidária ou filosófica, em suas atividades, dependências ou em seu quadro social.

Artigo 4º - A SALM-TO não remunera, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, não distribui lucros, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, a qualquer título ou sob nenhum pretexto, a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou equivalentes, sendo que os excedentes de receita, eventualmente apurados, serão obrigatória e integralmente aplicados no desenvolvimento dos objetivos institucionais das finalidades a que está vinculada.

Artigo 5º - A SALM-TO poderá aceitar auxílios, contribuições ou doações, bem como, firmar convênios com Órgãos Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Fundações, Organizações Não Governamentais, Agências de Cooperação Nacional e Iniciativa Privada, contanto que não impliquem em sua subordinação a compromissos e interesses que conflitem com seus objetivos e finalidades ou arrisquem sua dependência.

  
15

DTP/PT. 1800/18 em 28/04/10 Pm 002/06

Artigo 6º - O material permanente, acervo técnico, bibliográfico, equipamentos adquiridos ou recebidos pela SALM-TO através de convênios, projetos ou similares, são bens permanentes da associação e inalienáveis, salvo autorização em contrário expressa pela Assembleia Geral de sócios.

**CAPÍTULO SEGUNDO**  
**DA CONSTITUIÇÃO SOCIAL**

Artigo 7º - A Associação será formada de um número ilimitado de sócios, que se dispunham a viver os fins da sociedade, não respondendo nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais ou compromissos assumidos pela SALM-TO.

Artigo 8º - O quadro social da entidade será formado das seguintes categorias:

I – **Sócios Fundadores:** os que participaram da Assembleia Geral de Fundação da Associação e assinaram a Ata de Fundação, com direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias;  
II – **Sócios Efetivos:** homens e mulheres dispostos a colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população; qualquer associado ou pessoa que não seja fundador da SALM-TO, aprovados em Assembleia Geral dos Sócios. Possuem direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias da sociedade;  
III – **Sócios Colaboradores:** pessoas físicas que, identificadas com os objetivos da entidade, solicitarem seu ingresso e pagarem as contribuições correspondentes, segundo critérios determinados pela Diretoria.

Artigo 9º - São direitos dos sócios fundadores e efetivos:

I – propor à Diretoria da Associação, por escrito, sugestões e propostas de interesse coletivo;  
II – solicitar à Diretoria reconsideração de atos que julguem não estar de acordo com os estatutos;  
III – tomar parte dos debates e resoluções da Assembleia;  
IV – apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas da entidade;  
V – ter acesso às atividades e dependências da SALM-TO;  
VI – votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, após um ano de filiação como sócio efetivo;  
VII – convocar Assembleia Geral, mediante requerimento assinado por 1/5 dos sócios efetivos;

Artigo 10 – São deveres dos sócios fundadores e efetivos:

I – prestigiar e defender a associação, contribuindo pelo seu engrandecimento;  
II – trabalhar em prol dos objetivos da Associação, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome da SALM-TO, agindo com ética;  
III – não faltar às Assembleias Gerais;  
IV – satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a Associação, inclusive mensalidades;  
V – participar de todas as atividades sociais e culturais, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas e nações;  
VI – observar na sede da Associação ou onde a mesma se faça representar as normas de boa educação e disciplina;

Artigo 11 - São direitos dos sócios colaboradores:

I – propor à Diretoria da Associação, por escrito, sugestões e propostas de interesse coletivo;



IMPRESSÃO EM 10/05/2009 POR 78344-10/00 Por 000006

II – solicitar à Diretoria reconsideração de atos que julgem não estar de acordo com os estatutos;  
 III – tomar parte dos debates e resoluções da Assembléia;  
 IV – apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas da entidade;  
 V – ter acesso às atividades e dependências da SALM-TO;

12 – São deveres dos sócios colaboradores

I – prestigiar e defender a associação, contribuindo pelo seu engrandecimento;  
 II – contribuir com a SALM-TO, financeiramente ou com atividades voluntárias, de acordo com suas condições e disponibilidade;  
 III – trabalhar em prol dos objetivos da Associação, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome da SALM-TO, agindo com ética;  
 IV – participar das atividades sociais e culturais, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas e nações;

Artigo 13 – Os associados que infringirem as normas estatutárias estará sujeito a penalidades, que serão aplicadas em conformidade ao grau da infração, na seguinte ordem: advertência por escrito; suspensão; exclusão.

Parágrafo Único – As penalidades serão aplicadas pela diretoria obedecendo às disposições estatutárias depois de apuradas as causas, cabendo, entretanto aos sócios envolvidos, recursos a serem apresentados e apreciados em Assembléia Geral.

Artigo 14 – Serão excluídos do quadro social da SALM-TO:

I – Mediante solicitação por escrito;  
 II – Aquele que, prejudicar o bom nome da entidade, em virtude do descumprimento das disposições estatutárias, assim como a prática de atos lesivos aos interesses e objetivos da entidade;  
 III – Os associados que, se desligarem do quadro social na forma do inciso I poderão ser readmitidos, mediante aprovação da assembléia;  
 IV – Os que por livre e espontânea vontade solicitarem seu desligamento desde que estejam em dias com as obrigações estatutárias e no caso dos sócios colaboradores, após quitar seus débitos junto à tesouraria;  
 V – Aquele que persistir em prejudicar o bom nome da entidade, cometer falta grave e infringir os princípios estatutários.

Parágrafo Único: Os sócios que sofrerem processo de exclusão terão amplo direito de defesa, conforme prevê a lei.

### CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 14 – São órgãos que administram a SALM-TO:

I – Assembléia Geral;  
 II – Diretoria;  
 III – Conselho Fiscal

Artigo 15 – A Assembléia Geral é o órgão máximo da SALM-TO, dela participando todos os sócios fundadores e efetivos que estejam em pleno gozo de seus direitos, conforme previstos nos estatutos.

Artigo 16 – A Assembléia Geral elegerá uma Diretoria e um Conselho Fiscal, sendo que suas funções, atribuições e responsabilidades, estão contidas no presente estatuto.

Ass. 2. de 10/05/2009  
Por 000006

Artigo 17 – A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente, no final de cada ano para apreciar as contas da Diretoria, aprovação de novos sócios efetivos e a cada 03(três) anos para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; e extraordinariamente, a qualquer período convocada pela Diretoria, Conselho Fiscal e por 1/5 dos sócios em pleno gozo de seus direitos, por motivos relevantes.

Parágrafo único: As Assembléias Gerais realizar-se-ão em primeira convocação com 2/3 dos sócios, em segunda convocação a ser realizada depois de sessenta minutos após a primeira convocação, com qualquer número de presentes.

Artigo 18 – Compete a Assembléia Geral:

I – eleger a Diretoria e Conselho Fiscal;  
 II – Competência exclusiva da Assembléia Geral a destituição da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como decidir sobre as reformas do Estatuto;  
 III – deliberar sobre o relatório de atividades, balanço e demais contas da associação, a serem apresentadas pela Diretoria;  
 IV – propor e aprovar a admissão de novos sócios efetivos;  
 V – autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes a SALM-TO;  
 VI – determinar e atualizar as linhas de ação da Sociedade;  
 VII – estabelecer o montante da anuidade dos sócios;  
 VIII – elaborar um Regimento Interno para organizar administrativamente a entidade;

Art. 19 – A Diretoria da SALM-TO é um órgão colegiado, subordinado à Assembléia Geral de sócios, bem como possui a responsabilidade administrativa da sociedade, composta de sócios efetivos, com mandato de 03 anos, permitindo a reeleição, formada pelos seguintes membros: Coordenador (a) Administrativo, Coordenador (a) de Finanças; 1º e 2º secretário (a).

Parágrafo Único – Caso de haja vacância na Diretoria será convocada uma Assembléia Geral com a finalidade de sua recomposição.

Artigo 20 – Compete a Diretoria:

I – cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos e as resoluções da Assembléia;  
 II – aprovar a criação ou extinção de programas e órgão gestores;  
 III – elaborar o orçamento anual das receitas e despesas;  
 IV – contratar e demitir funcionários;  
 V – entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua, colaboração em atividades de interesse da comunidade.

Artigo 21 – compete ao Coordenador (a) Administrativo:

I – representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo contratar e organizar o quadro administrativo, instituir programas, projetos, contratar serviços e terceiros;  
 II – presidir a Assembléia Geral;  
 III – convocar e presidir a reunião da Diretoria;  
 IV – Assinar e movimentar, juntamente com o Coordenador (a) de Finanças, as contas bancárias da Entidade;  
 V – cumprir e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento Interno.

Artigo 22 – Compete ao Coordenador (a) de Finanças:

I - Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;

J6

IMPRESSÃO EM 10/05/2009 POR 78344-10/00 Por 000006

Ass. 2. de 10/05/2009  
Por 000006

II - Assinar e movimentar, juntamente com o Coordenador (a) Administrativo as contas bancárias da Entidade;  
 III - Pagar as contas da Associação;  
 IV - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;

Artigo 23 - Compete ao 1º e 2º Secretario (a);  
 I - Secretariar as reuniões da Diretoria, Assembléia Geral e redigir as Atas;  
 II - Organizar os relatórios e publicar as ações da entidade.

Artigo 24 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos da diretoria executiva no setor financeiro composto por três membros efetivos e três membros suplentes, será eleito simultaneamente com a Diretoria, na mesma Assembléia Geral, com mandato de 03 anos.

Artigo 25 - compete ao Conselho Fiscal:  
 I - examinar os livros de escrituração da Entidade;  
 II - apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;  
 III - auxiliar a Diretoria na Administração da SALM-TO;  
 IV - analisar e fiscalizar as ações da Diretoria, a prestação de contas e demais atos administrativos e financeiros;

**CAPÍTULO IV  
 DAS ELEIÇÕES**

Artigo 26 - As eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal ocorrerão a cada três anos, pela Assembléia Geral, podendo compor chapa todos os sócios efetivos maiores de dezoito anos, quites com suas obrigações estatutárias, mas concorrendo apenas em uma única chapa e deverá ser convocada com antecedência mínima de 30(trinta) dias.

Artigo 27 - Será designada pela diretoria, uma Comissão Eleitoral formada por três membros para coordenarem todo o processo eleitoral.

**CAPÍTULO IV  
 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Artigo 28 - O presente estatuto poderá ser reformulado a qualquer momento, através de Assembléia geral, extraordinária especialmente convocada para este fim com quorum mínimo de 1/3 de seus associados em pleno gozo dos seus direitos, e o mesmo entra em vigor a partir da data do registro em Cartório.

Artigo 29 - Os casos omissos nesse estatuto serão resolvidos pela diretoria com recurso voluntário para a Assembléia Geral.

Artigo 30 - A SALM-TO aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no Território Nacional.

Artigo 31 - Em caso de dissolução ou extinção da entidade, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou a outra entidade pública a critério da Assembléia Geral.

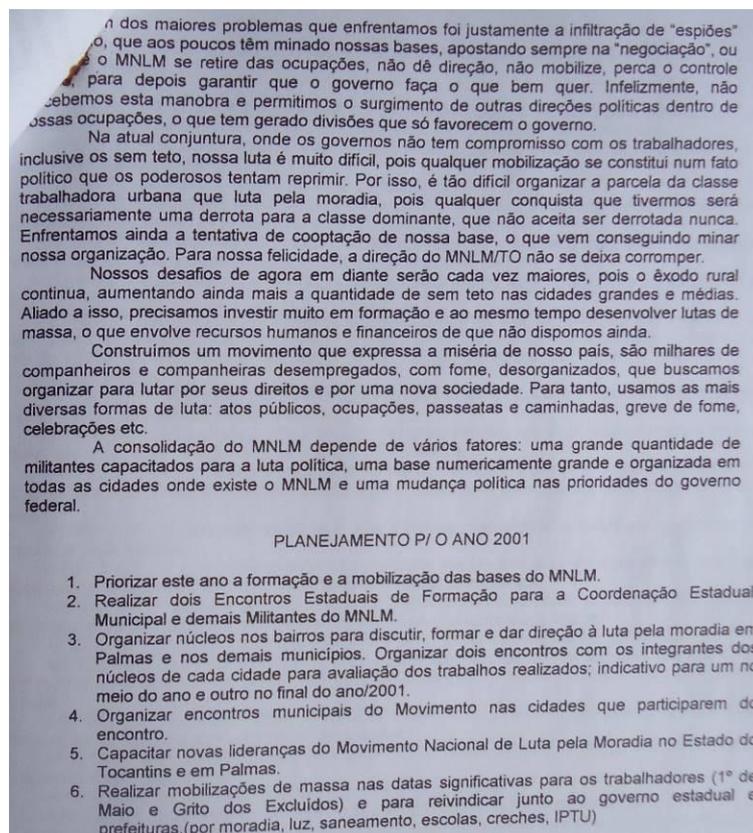
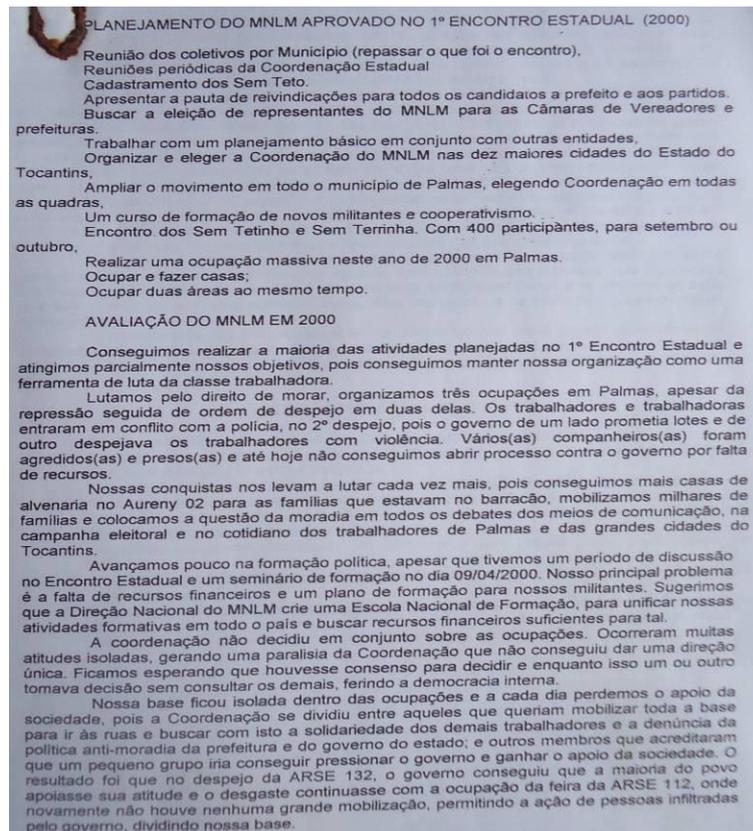
Palmas - TO, 01 de dezembro de 2007.

  
**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - Livro A**  
Apresentado hoje para AVERSIÃO, autenticado e digitalizado sob o nº 18.009,  
 averbado sob nº 010 à margem do Livro nº 758, Dou 16, Palmas 24/01/2008.  
 Emolumentos: R\$ 20,00 Cadastro; R\$ 1,20 Taxa Judicial; R\$ 3,00  
 FUNGIONAIS; R\$ 3,50 Tabela; R\$ 36,70  
 Pelgion Roberto, Caetano da Costa - Substituto

## ANEXO E: Formação Política MNLM/TO



Fotos: Arquivo pessoal José Pereira



MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA  
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO TOCANTINS

Of. 003/2001

Palmas, 05 de fevereiro de 2001.

Caros(as) Companheiros(as),

Vimos por meio deste convidar-lhes para o 2º Encontro Estadual do MNLM no Tocantins, que será realizado com objetivo de discutir a situação nacional e estadual, a pré-tese do Encontro Nacional do MNLM, avaliar o ano de 2000 e planejar o ano 2001, bem como eleger a Coordenação Estadual.

O Encontro será realizado no Centro de Formação Marista em Palmas (ARSE 51), próximo ao Parque Cesamar, com abertura às 13h do dia 03/03 e encerramento no dia 04/03.

Pedimos a todas as entidades que têm apoiado o MNLM que contribuam com a realização deste Encontro, doando o que for possível da lista abaixo:

150 canetas	1 kg de café em pó;
2000 cópias xerox	30 litros de leite;
20 cartolinas	4 Kg de Açúcar;
2 resmas de papel A4	10 kg malancia;
1 bulto de gás;	10 kg laranja;
1 kg de Arisco	10 kg banana;
10 Kg de Macarrão	5 kg cebola;
1 saco de arroz;	10 kg tomate;
50 Kg carne (cassada para sopa);	10 kg repolho;
5 latas de óleo;	10 kg mandioca;
20 Kg de Feijão;	1 kg limão
150 pães	

Solicitando resposta breve, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Pela Coordenação Estadual  
P.S. Qualquer dúvida, o contato é com José Pereira (9977-2208)

*José Pereira da Silva*  
*Kellen Lima da Silva*  
*1999 Rodrigo (1999)*

ANEXO – F: Jornal do Tocantins, edição 2.790, de 17 de junho de 2003, marcha sede governo estadual



ANEXO - G: Ata da Primeira do MNLM com órgãos públicos

1

07 de agosto

Ata de reunião do movimento nacional de luta pela moradia (MNLM)

foram sete dias do mês de agosto de dois mil e três reuniram-se na sala de reuniões da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a representante da secretaria de governo, o sr. Adalgemar Jacinto, o presidente da AB TUA, o sr. Alexandre Ubaldo e demais representantes do movimento nacional de luta pela moradia - MNLM, que trouxeram como pauta a luta pela moradia, oportunidade em que foram apresentadas as seguintes propostas: transformar parte da **VARZADA** em áreas para moradia de interesse social; que na próxima reunião este para presentes representantes da Câmara Econômica Federal, da prefeitura da Câmara Municipal, CREA, universidades, governo do Estado, ministério público, assembleia legislativa e demais órgãos afins, viabilizar quadras no plano diretor de Palmas para fins sociais na proporção de 50% (cinquenta por cento) das áreas vazias existentes no Estado; trabalhar com novas tecnologias para construção de casas, a exemplo da tecnologia **SENO**, da tecnologia solar e concreto, etc. projetos de moradia social implantados em todas as regiões de Palmas e a apropriação das quadras particulares para fins sociais; que o Estado reconheça o caráter que o movimento vem organizando, continuando as casas em mutirão, sera for

recido pela agência de desenvolvimento de habitação, modelos de ficha cadastral, o movimento tem a preocupação também por casas no interior do Estado, a exemplo da cidade de Itaquaiara. O governo do Estado e o movimento nacional de luta pela moradia se responsabilizarão de fazer o convite para as áreas que serão consideradas a participarem das reuniões, o movimento reivindica ainda uma área no plano diretor de Palmas para construção de sua sede e do centro de geração de renda. Ficando marcada a próxima reunião para o dia 25 de agosto de 2003, às 15:00 horas no Palácio Itaquaiara. Não havendo nada mais a tratar, eu Raimundo P.S. Pereira Oliveira encerro a presente ata, que segue assinada pelas representantes do Estado e representantes do movimento nacional de luta pela moradia.

**Raimundo P.S. Pereira Oliveira** - Presid. do M. de Hab. Rural Urb.  
**Adalgemar Jacinto** - Rep. Sec. de Governo  
**Roberto P. Silva** - Presid. do M. de Hab. Rural Urb.  
**Raimundo P.S. Pereira Oliveira** (MNLM)  
**Raimundo P.S. Pereira Oliveira** - Presid. do M. de Hab. Rural Urb.  
**Marcos Vinícius Ribeiro / Sílvio M. P.**  
**Dir. Geral Carlos Henrique Silva**  
**Ortila** grupo do movimento  
**Cláudia Paula M. Ferreira**  
**Mauro de Jesus Costa Damasceno**  
**Luiz Carlos Bidinheiro Roberto de Sousa Miranda**  
**Leandro Monteiro + Maria Purisa P.S. Silva**

# ANEXO –H: Jornal do Tocantins, edição 3.083 de 4 de junho de 2004, Marcha cobrando a prefeitura para colocar infraestrutura na Quadra 1.306 Sul



**ANEXO – I:** Jornal o Globo, Caderno Razão Social de 7 de outubro de 2007. Feito por Todos





**Cimento Portland e integrantes do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, que organizam mutirão**

**Ópria**



Fotos de divulgação

o cumprimento de 600 horas de trabalho



AS CASAS de 40 metros quadrados, do modelo idealizado pela ABCP, erguidas com blocos de concreto

**Grupo cria cooperativa de construção**

Os integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) já fundaram uma cooperativa, aproveitando a capacitação da mão-de-obra para os trabalhos do Construindo Juntos. Os futuros moradores da ARSE 132 estão sendo treinados para atuar como mestres-de-obras, encanadores,

eletricistas, pedreiros etc. A ideia, segundo o coordenador Bismarque Roberto de Sousa Miranda, é que esse grupo entre em ação após a conclusão do projeto, prestando serviço na construção civil. Um outro projeto do MNLN, de acordo com Bismarque, é criar no local um centro de capacitação,

para ensinar os moradores a trabalharem em atividades como costura e marcenaria. Ele diz ainda que a quadra já tem áreas reservadas para a construção de escola, creche, posto de saúde e área de lazer — obras que, segundo Bismarque, já foram prometidas pelo poder público.

oferecido pelo município, como explica Bismarque Roberto de Sousa Miranda, coordenador estadual do movimento. Ele diz que as 1.170 famílias beneficiadas foram sorteadas entre cerca de cinco mil. A prioridade foi para aquelas com filhos menores de 18 anos e idosos. A maioria está na faixa de renda de um salário mínimo. Há 120 operários contratados para a obra. Eles foram selecionados e treinados entre os futuros moradores. Além disso, esse grupo e os demais beneficiados pelo pro-

jeito contribuem atuando em mutirão nos seus dias de folga, principalmente nos fins de semana, para baratear o custo da casa (que, de acordo com Bismarque, caiu de R\$ 18 mil para R\$ 12.500). Cada um precisa cumprir 600 horas, o que dá 72 dias de trabalho. A previsão é de que, até o fim deste mês, 438 casas fiquem prontas. Todas as moradias deverão ser entregues até maio do ano que vem. — Esta é a primeira quadra de habitação popular na região central de Palmas — diz Bis-

marque. — Para mim, este é um projeto exemplar para o país inteiro. Estamos transformando um espaço que não tinha uma função social. E isso só é possível porque o projeto tem a participação dos governos e da sociedade organizada. Ele conta que 40% dos beneficiados são migrantes do Maranhão, do Piauí, do Pará, da Bahia e do interior do Tocantins. A maioria vive em cortiços e ocupações. São trabalhadores como empregadas domésticas, catadores de material reciclável e operários de construção

civil, além de pessoas que vivem de bico. Gente como Liene e Kátia Cristina da Silva Santos, de 31 anos, que pensam num futuro melhor para os filhos. — Não posso dar faculdade, mas quero que meus filhos estudem — diz Liene. — Eu penso nas minhas filhas fazendo faculdade — diz Kátia, doméstica maranhense, casada e mãe de duas filhas, de 12 e 16 anos. — Quero que elas tenham tudo que eu não tive.

**QUEM GANHA**

“ Eu tenho cinco filhos, o menor de 2 anos e o maior de 7. Cursei até a sexta série e faço facina em várias casas. Agora, moro de aluguel, pago R\$ 50 por uma quitinete. Já é um avanço, porque antes eu morei de favor com uma tia. Também vivi numa invasão. Eu já cumpri as minhas horas do mutirão, mas continuo trabalhando na obra para ajudar, porque gosto daqui. Estou muito satisfeita. Nem tenho palavras para dizer como me sinto, porque já passei por tanta coisa... Já chorei, já fui muito humilhada, por viver em ocupação, por ter que criar filho sozinha e ainda morar de favor na casa dos outros. Me sinto só. É a maior batalha. Mas vou conseguir sair dessa. Espero que a casa seja o início de uma nova vida. Aprendi sozinha a fazer tapetes com retalhos. Então, meu sonho é viver desse artesanato. A casa própria vai me ajudar nisso.”

Maria Liene Alves Titor, de 27 anos, futura moradora



Rafael Social • 15

ANEXO – J: Jornal do Tocantins- Desocupação da Quadra Arse 132





**Viros injeta economia**

Policial tem estado combatido

Policial tem estado combatido

**plência**

A



**Cenas de violência foram inevitáveis**

Palmas - Apesar da presença do comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar e Palmas, tenente coronel Hamilton Francisco da Silva de dois promotores de justiça, pequenos e grandes conflitos ocorreram na desocupação, a ponto de o comando da PM chamar a atenção para o fato de que os policiais estavam ali somente para garantir a desocupação e não para destruir casas.



**Operação policial retira invasores da Arse 132**

Polícia Militar, com 100 homens, chegou ao local de ocupação em três dias de trabalho. Os invasores foram retirados das áreas de ocupação em três dias de trabalho.

Polícia Militar, com 100 homens, chegou ao local de ocupação em três dias de trabalho. Os invasores foram retirados das áreas de ocupação em três dias de trabalho.



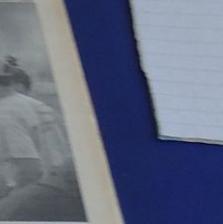
Policiais militares cercam casa de invasores que resistiram a desocupação e obrigam uma família a se retirar do local

**Cenas de violência foram inevitáveis**

Palmas - Apesar da presença do comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar e Palmas, tenente coronel Hamilton Francisco da Silva de dois promotores de justiça, pequenos e grandes conflitos ocorreram na desocupação, a ponto de o comando da PM chamar a atenção para o fato de que os policiais estavam ali somente para garantir a desocupação e não para destruir casas.

**MEP acompanhava toda ação**

MEP acompanhava toda ação



Família visitada por equipe de trabalho social da prefeitura

**Sem-teto serão investigados**

Palmas - De acordo com o delegado Lindalva Segura, do 2º Distrito Policial, todas as pessoas detidas pela polícia, independentemente por qual motivo, serão encaminhadas ao sistema legal.

**A história da ocupação**

Palmas - Os sem-teto ocuparam as Arses 131 e 132 há cerca de 50 dias, ainda no período das eleições e, desde o início, as famílias viviam sendo comunicadas pela prefeitura sobre a ilegalidade da invasão.

ANEXO K – Matéria da revista Veja, 4 de agosto de 1993

VIDA BRASILEIRA

## A última fronteira

*Setenta mil brasileiros vivem a aventura de Palmas, a capital da poeira e das oportunidades*

SILVIO FERRAZ, de Palmas

José Agenor sacou da arma, mirou e acertou na mosca. Em meio à poeira vermelha ele sabe que não está em Dodge City, que não é John Wayne, mas sabe também que está numa dessas fronteiras que começam com algumas ruas poeirentas e explodem numa cidade movimentada em pouco tempo. Aos 29 anos, mineiro, José Agenor montou um empório para vender armas e munições em Palmas, capital do Tocantins, talvez a última cidade a ser planejada e construída no século XX. Fundada oficialmente em 1990, um ano após a criação do novo Estado do Tocantins, que resultou da divisão de Goiás em duas metades, Palmas é um bom lugar para o sonho e para a riqueza.

Aqui não se fala em inflação nem em Itamar Franco, Fernando Henrique ou PC. Um terreno a 500 metros do palácio do governo fica em 3 000 dólares, uma chácara a 2 quilômetros sai por 15 000 dólares e há todo tipo de oportunidade para quem não se incomoda com a poeira avermelhada que invade todos os lugares e todas as roupas, tocada pelo vento da Serra do Lageado. Situada na metade norte do que era Goiás e plantada bem no coração do Brasil, a meia distância entre Belém, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo, a cidade já tem 70 000 habitantes

lá tudo está por fazer. É lugar para todos. E do mundo mete o pé na poeira da cidade em uma decisão: ficar ou não. Há dinheiro remeado pela União, através de transferências de postos arrecadados, como manda a Constituição. Há ainda a arrecadação local. E o dinheiro e a energia de quem chega disposto a construir seu lugar numa terra ainda virgem.

No fim do século passado, foi Belo Horizonte, hoje com 2 milhões de

habitantes. Depois, no final dos anos 30, veio Goiânia, ocupada agora por 1 milhão de pessoas. Nos anos 50, Brasília surgiu no Planalto Central como a maior aventura desse tipo. Neste momento, toda a febre envolvida no nascimento de um Estado e de uma capital está concentrada no cerrado do Tocantins, em Palmas mais precisamente. Há dinheiro. É a febre das oportunidades que atrai as pessoas para lugares assim. Um dos recém-chegados é o mineiro de Ibiraci Cosme Neves Barbosa, 36 anos. Em Franca, no interior paulista, era dono de um pequeno supermercado. Quando ouviu falar de Palmas não pensou duas vezes. Vendeu tudo o que tinha, arrumou suas tralhas e pôs o pé na estrada. Chegou, viu e comprou. Com oitenta sacas de café e vinte bois tomou-se proprietário de quatro terrenos residenciais e um comercial. Ao construir sua pequena casa, encostou numa árvore o único bem que não vendera: a piscina de fibra, presente de aniversário para seu filho. Nisso, parou um carro.

— Você tem piscina para vender?

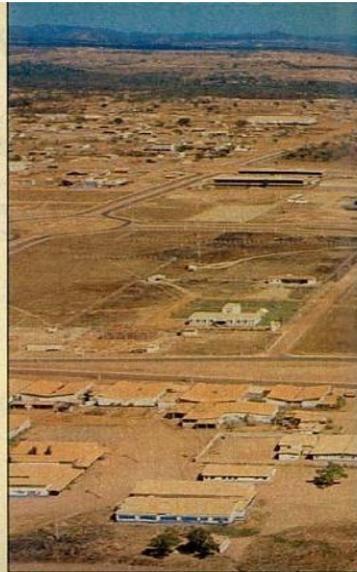
Ele titubeia, mas responde:

— Não tenho, mas vou ter.

Dai a minutos, outro carro pára.

— Você tem uma piscina maior?

— Está chegando de caminhão — ar-



risca com ar confiante, ao perceber que sua vocação de vendedor de piscinas estava selada.

**PROPOSTA INDECENTE** — Hoje, Cosme é o feliz proprietário da Piscinas Araguaia, encravada no eixo monumental Juscelino Kubitschek, a uma centena de metros do Palácio Araguaia, a sede do governo do Tocantins — um Taj Mahal plantado em pleno cerrado brasileiro, cercado de deserto por todos os lados. “Estou faturando quase 15 000 dólares por mês. Nunca estive tão bem”, conta com um riso de orelha a orelha. Místico, abre os braços, olha para cima e desabafa: “Parece que veio tudo de lá” — e seu olhar se perde no céu azul profundo, sem nenhuma poluição.

Desse exército que nem mesmo aos domingos abandona o trabalho fazem parte a matemática paranaense Marina e seu marido, o engenheiro civil Carlos Koike. Carlos desceu em Palmas em

**Cosme, o rei das piscinas, fatura 15 000 dólares por mês**





1989, comprou um terreno cercado de mato e construiu, com suas mãos, um barracão que daria início à próspera Encantel — hoje uma das maiores lojas de material de construção da cidade. Atuando na retaguarda, Marina enviava de Umuarama um caminhão por mês repleto de mercadorias.

Passado um ano, chegava Marina para administrar com mão de ferro e um permanente sorriso nos lábios um negócio para o qual 1,5 milhão de dólares seria hoje uma proposta indecente. Chegar lá não foi fácil. Durante os últimos quatro anos, o casal compartilhou o estreito quarto contíguo ao depósito de material com suas duas filhas pequenas, e o regime de trabalho foi e continua sendo das 7 da manhã às 11 da noite. A contrapartida para tanto esforço: inauguraram na semana passada a casa dos seus sonhos, com duas salas, cinco quartos e sauna que se espalham por 380 metros quadrados de construção implantados no meio de um belo jardim. "Conseguimos em quatro anos o que levaríamos quarenta para fazer no Paraná", garante Marina.

Mas atenção: Palmas não é um garimpo, apesar do calor sufocante e da aparência. Do pobre solo ninguém extrairá uma pepita de ouro e ficará rico de um dia para o outro. Os moradores advertem: quem não estiver disposto a trabalhar de sol a sol, é melhor não vir. Outra das vantagens do lugar é o ambiente pacífico em que se vive. No primeiro semestre

deste ano aconteceu um único crime sangue: um acerto entre combados.

Um pioneiro que apostou desde o primeiro minuto neste novo Eldorado: Corné, 61 anos. Chamou o filho Juninho, 30 anos, e rumaram para Palmas. Jair recebeu que parou em um terreno muito próximo ao local onde se erguiam os andaimes obra do palácio e disse para o filho:

— Vamos comprá-lo imediatamente.

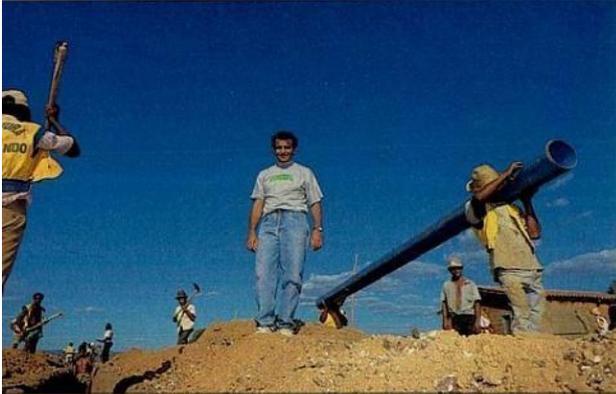
— Para fazer o quê? — espantou-se o rapaz.

— Amanhã a gente vê.

Jair comprou o terreno, decidiu com um hotel. Vendeu as quatro fazendas que tinha, encomendou um prédio pronto e em 65 dias inaugurava a Py Girassóis — até hoje a melhor. Com 64 apartamentos, custou 4 milhões e em apenas quatro anos limpinhos, 600 000 dólares de lucro. Contrariando o hábito de quem já teve essa quantia nas mãos, Jair não partiu para aplicações no mercado financeiro tampouco para apartamentos em Miami. Tratou de reinvestir o lucro em Palmas: construiu um matadouro-modelo por 400 000 dólares e com os 200 000 restantes iniciou a construção de



VEJA, 4 DE AGOSTO, 1993



O prefeito Eduardo Siqueira criou mutirões para a instalação da rede de água

FOTOS: ANTONIO MULLER



Marina e Carlos, de Umuarama a Palmas: quarenta anos de realizações em quatro



— o bar Alquimia —, onde a turma agitada e solitária da cidade vem à cata de conversa fiada, muita cerveja e uísque nacional.

A cidade também se caracteriza por ser um porto seguro para uma legião de descaçados em busca de liberdade, trabalho a milhares de quilômetros das "ex", além da possibilidade de começar uma nova vida. Como há poucos corações disponíveis, não se registram cenas de ciúme que poderiam apagar o brilho do único ponto agitado da noite de Palmas. As mãos atam-se e desatam-se e, com muita frequência, voltam a se atar. Uma testemunha desse vai-e-vem é o engenheiro civil Francisco Ubirajara de Oliveira, "Bira" para os íntimos. Aos 62 anos ele deixou para trás sua Guarujá para se fixar na capital do Tocantins. "Lá eu apenas esperava o fim. Aqui, enfrente desafios", conta, transbordando juventude enquanto ergue um copo de uísque na mesa animada em que tem assento cativo uma das musas locais, a louríssima gaúcha Li-ane Muller, 30 anos.

O economista Adjaír Lima e Silva, 49 anos, atual secretário de Finanças e Administração da prefeitura, é um que se deu bem na nova capital brasileira. Foi para lá para não deixar passar a chance que Palmas oferece aos que trabalham. "Já vi Goiânia crescer, Brasília explodir, não posso deixar meus filhos longe de uma das últimas grandes oportunidades deste século", declara. Daí ter comprado um grande terreno no centro da cidade, em meio a ruas de pedestres, e já no ano próximo começa a construir com 2 milhões de dólares um hospital para o filho mais moço, Paulo Henrique, que neste ano termina a residência de Medicina na Universidade Federal de Goiás. Detalhe: os construtores serão outros dois filhos engenheiros.

E não se pense que apenas de senhores de meia-idade vive Palmas. Claudio Daniel Vieira, 23 anos, surfista carioca, deixou a prancha em Ipanema e partiu para o Tocantins numa Kombi. Lá fundou a Jack of All Trade, um pequeno topa-tudo com o sugestivo slogan "O seu problema é o meu negócio". Já está na segunda Kombi e uma moto.

**INVESTIMENTO PRIVADO** — Com os termômetros marcando 36 graus no inverno e 40 no verão, brasileiros vindos das pradarias gaúchas, das praias cearenses, dos sertões alagoanos, das úmidas florestas de Rondônia e da sufocada pântica estabeleceram um forte vínculo de solidariedade como única forma de sobreviver às quase desumanas condições que muitos foram obriga-

**Família Jair Corrêa: investimento de 400 000 dólares rendeu 600 000 em quatro anos**

VEJA, 4 DE AGOSTO, 1993

dos a suportar nos primeiros tempos. Os gerentes dos sete bancos que dividem a praça — Bandeirantes, Itaú, Bradesco, Brasil, BCN, Bamerindus e Caixa Econômica Federal — criaram o que poderíamos chamar de sistema informal de informações sobre pilantras — Siip. "Quando um aparece, a primeira coisa que fazemos é avisar os colegas, para evitar prejuízos", conta William Martins de Souza, 34 anos, o primeiro gerente a abrir num trailer um Bandeirantes em Palmas. Pelo menos na forma de implantação, Palmas difere muito de Brasília. Em vez do dinheiro a rodio que desaguava no planalto para garantir o ritmo das obras, na capital do Tocantins as construções estão a cargo de particulares. E o resultado não foi decepcionante, contrariamente ao que gostam de acreditar os inveterados estatizantes: 80% das casas e edifícios foram construídos com recursos próprios, independente de favores ou juros subsidiados da Caixa Econômica Federal. O resultado é que o plano diretor até agora nada mais é que um salpicado de construções esparsas — cada uma em diferente estágio. "Não tivemos preocupação com inaugurações. Quisemos fazer uma cidade onde imperasse o desejo dos habitantes e sua própria iniciativa", explica o arquiteto Walfredo Antunes de Oliveira, 45 anos, que juntamente com Luís Fernando Cravinel Teixeira é o responsável pelo traçado do plano diretor da cidade.

**RECOMPENSA** — Mas nada disso teria do papel se não fosse a decisão deputado Siqueira Campos, patrocinador da emenda na nova Constituição criou o Estado do Tocantins. Esse cearense longa data ligado à região, foi o primeiro governador do novo Estado. Buscando Juscelino um modelo, Siqueira Campos mandou até construir uma réplica do 6 tinho — de onde JK acompanhava e f lizava o crescimento de Brasília. E Siqueira evita qualquer comparação JK. "Nada disso. Aqui é só palac mesmo. Quem sou eu para me compa Juscelino?" Sua sucessão foi desastros não ter sabido escolher o candidato. A prepara-se para ir à fora. As pesquisas Gallup já o dão como o favorito pa governo com 70% das intenções de nas próximas eleições.



Praia, axé music e moças bonitas:

## O Tocantins e o charme da Graciosa

Caldeirão do inferno ou qualquer apelido semelhante é pouco para qualificar Palmas em pleno verão. A 8 quilômetros do centro os habitantes buscam refúgio nas praias que surgem no Rio Tocantins quando é época de seca — entre maio e outubro. A mais famosa, a Ipanema local, é a Praia da Graciosa. Lá a prefeitura monta, há dois anos, uma infra-estrutura para atender uma multidão

de 10 000 pessoas — barracas cobertas de palha para aluguel por temporada, palco para shows de axé music, com bandas contratadas na Bahia, posto policial e até agência do Banco do Brasil.

As famílias que alugaram as barracas por cerca de 80 dólares por temporada de quarenta dias não raro vão passar todas as noites na praia. É mais divertido e mais fresco. O prefeito Eduardo Siqueira Campos investe pesado no projeto

do não pa re, toc tra t co na me ca, de pa jar o